

Um grande 1.º de Maio!



Semana

Nota da comissão política A preparação do XIII Congresso e a situação política

1. A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, na sua reunião de hoje, considerou aspectos da situação política e social e debruçou-se sobre os trabalhos preparatórios do XIII Congresso (extraordinário), nomeadamente sobre o intenso e amplo e democrático debate travado em todo o Partido em torno das Teses do Comité Central.
2. A Comissão Política sublinha que os últimos acontecimentos confirmam a intensificação da ofensiva do Governo PSD contra as conquistas democráticas dos trabalhadores portugueses. As recentes decisões de aceleração da desampliação da rede pública de saúde e da redução da rede pública de educação, bem como a redução da rede pública de habitação, são exemplos da ofensiva do Governo PSD contra as conquistas democráticas dos trabalhadores portugueses.
3. A Comissão Política considera que a situação política e social em Portugal é extremamente grave. A situação económica é desastrosa, com uma inflação galopante e um desemprego massivo. A situação social é igualmente grave, com uma população que vive em condições de extrema pobreza e com uma rede pública de serviços sociais que está a ser desmantelada.
4. A Comissão Política considera que a situação política e social em Portugal é extremamente grave. A situação económica é desastrosa, com uma inflação galopante e um desemprego massivo. A situação social é igualmente grave, com uma população que vive em condições de extrema pobreza e com uma rede pública de serviços sociais que está a ser desmantelada.
5. A Comissão Política considera que a situação política e social em Portugal é extremamente grave. A situação económica é desastrosa, com uma inflação galopante e um desemprego massivo. A situação social é igualmente grave, com uma população que vive em condições de extrema pobreza e com uma rede pública de serviços sociais que está a ser desmantelada.

vor da autonomia e meios do Poder Local contrasta vivamente com a actividade centralizadora do Governo, expressa de forma constante, como ainda recentemente aconteceu com a revisão do regime dos Planos Directoriais municipais, submetidos a ratificação parlamentar a requerimento do PCP. Tal legislação, além de prever ingerências excessivas do Governo, estabelece um prazo tão curto que inviabiliza a elaboração de planos sérios e fundamentados.

O PCP renova, por outro lado, o seu empenho na Regionalização e a denúncia do prosseguimento do bloco do Governo do PSD e anuncia que tomará novas iniciativas a curto prazo. Igualmente importante é a apresentação pelo PCP do projecto de lei que tem em vista a criação da Área Metropolitana de Lisboa.

A Comissão Política apreciou as conclusões da reunião de Dublin e considera, no seguimento da interpelação, a criação da Área Metropolitana de Lisboa.

Congresso

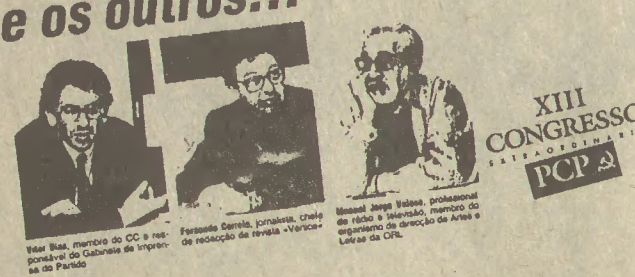


Mesas Redondas

INTEGRAÇÃO EUROPEIA E CAPITAL ESTRANGEIRO EM PORTUGAL Uma estratégia de defesa dos interesses nacionais



MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS, VALORES E PADRÕES SOCIAIS Os problemas da comunicação... e os outros...



XIII CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

XIII CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

Editorial

Avante!

Ano 60 — Série VII
N.º 853

3 de Maio de 1990

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

O mandato de Abril e Maio

Passou anteontem um dia invulgar da história e da luta da classe operária:

Cem anos sobre o primeiro 1º de Maio inscrito nos Anais do Movimento Operário como Dia Internacional dos Trabalhadores;

Vinte anos sobre a criação da CGTP-Intersindical Nacional, a grande central sindical unitária dos trabalhadores portugueses forjada na dura luta em plena noite do fascismo;

Dezasseis anos sobre a extraordinária consagração de massas da vitória do 25 de Abril de 74 e a mais genuína expressão popular da vontade nacional em apoio da gesta heróica dos jovens Capitães configurada na aliança Povo-MFA;

E numa conjuntura internacional e nacional de características singulares - eis as grandes vertentes que estiveram na base das excepcionais comemorações nacionais do 1º de Maio de 1990 em Portugal.

Foi uma centésima edição sem paralelo do Dia Internacional dos Trabalhadores nesta época de complexa viragem na história da Humanidade.

E entre nós um vigésimo aniversário da CGTP-IN marcado também pela unidade em torno de reivindicações profundamente expressivas de uma aspiração generalizada de melhores condições de vida dos trabalhadores portugueses.

Em mais de 30 cidades e centros de grande actividade laboral, com destaque natural para Lisboa e Porto, muitas centenas de milhares de trabalhadores envolvidos pela solidariedade da imensa maioria dos portugueses ganharam as ruas numa grande jornada de festa e luta e de uma determinação de alcançarem conquistas inadiáveis:

Subida dos salários reais; horário máximo de 40 horas; maior protecção social; trabalho com direitos socialmente garantidos, foram as grandes reivindicações expressas por centenas de milhares de bocas nas ruas e praças do País.

Inevitavelmente, as reivindicações do 1º de Maio foram dirigidas contra a força que, alancorada no Poder, mais obstaculiza e nega essa impreterível melhoria das condições de vida do povo trabalhador - o governo PSD/Cavaco Silva, servidor do alto patronato.

Os trabalhadores portugueses têm feito a prova de que só pela luta tem sido possível enfrentar e em muitos casos fazer recuar a determinação política do governo cavaquista de garantir ao grande capital português e multinacional a exploração nas condições mais deplorentes e injustas da mão-de-obra nacional à

custa da qual lhes proporciona elevados superlucros.

A questão vital da elevação dos salários reais dos trabalhadores assume particular importância quando se avizinham passos decisivos no processo de integração da CEE.

Forças poderosas do capital financeiro português e internacional pressionam para a manutenção dos baixos salários e da injusta repartição dos rendimentos do trabalho em Portugal.

A criação do Mercado Único em 1993 e a projectada adesão de Portugal ao Sistema Monetário Europeu poderão, nestas condições efectivar em termos de desenvolvimento económico uma Europa comunitária «a duas dimensões» colocando o nosso País num plano de subalternidade que o remeterá em definitivo na inteira dependência dos países mais desenvolvidos da CEE, em que assume particular gravidade a eventual reunificação da Alemanha em perspectiva nos anos mais próximos.

É significativo que uma instituição financeira como a SAER (Sociedade de Avaliação de Empresas de Risco) diga que o crescimento da economia portuguesa associada às tendências para o baixo nível do desemprego em Portugal e às comparações com os níveis salariais da CEE têm vindo a estimular indesejavelmente para o grande capital os aumentos salariais.

Proclama a SAER que os «estímulos e reivindicações salariais interferem com o equilíbrio da economia portuguesa», prevenindo que o crescimento da nossa economia de 4 a 5% conduziriam à queda do desemprego para menos de 5%, provocando a escassez da mão-de-obra e a redução do «exército de reserva» dos desempregados o que poderia criar um nível de evolução perturbador» (evidentemente para os superlucros do grande capital).

O «jogo» inflacionista do governo de Cavaco obedece claramente a estas determinantes tentando importectos salariais ao nível de uma taxa de inflação fictícia abaixo do nível real, evocando-a para as baixas despesas orçamentais no plano social e utilizando a taxa real mais elevada para as receitas do Estado.

Contra os 9/10% das falsas previsões do governo cavaquista a inflação galga para níveis que já ultrapassam os 13%, as tendências são para novas elevações dos preços, como delas é um índice o anúncio de um novo e escandaloso aumento dos combustíveis pelo governo quando ainda há poucos dias um dos governantes previra e garantira uma baixa de preços!

Ao referir na sua Nota de 30 de Abril a ofensiva contra as conquistas democráticas do povo e dos trabalhadores portugueses (denunciadas com vigor nas manifestações do 25 de Abril e agora do 1º de Maio), a Comissão Política do CC do PCP punha igualmente o acento nas decisões governamentais «visando a aceleração do processo de privatizações e a destruição da Reforma Agrária».

A calendarização das privatizações integrais de oito empresas dos sectores cervejeiro, cimenteiro, bancário, segurador e da Transinsular para 1990, o desmantelamento da Quimigal e a privatização das unidades mais rentáveis, os projectos de entrega de novo ao grupo Champallmaud e a outros grupos estrangeiros da Siderurgia Nacional, a venda prevista da Tabaqueira ao grupo Espírito Santo e outras operações; o anúncio da liquidação ainda este ano das UCPs/Cooperativas e da entrega aos agrários ou venda de todas as terras expropriadas, são reveladores dos planos do governo PSD/Cavaco Silva para a entrega ao grande capital, em particular a poderosos grupos estrangeiros dos sectores básicos da economia nacional.

No caso do sector bancário de importância estratégica basilar, os planos de reprivatização são altamente lesivos dos interesses do País.

O Encontro dos Bancários do PCP, visando a preparação do XIII Congresso (extraordinário) reflectindo a gravidade dos projectos governamentais e os problemas laborais dos trabalhadores que não foram objecto de quaisquer melhorias nos últimos três anos, consideram «em absoluto indispensável a existência de um sector bancário forte e nacionalizado como instrumento autónomo de apoio aos interesses económicos nacionais».

A dependência da política económica e financeira do governo PSD/Cavaco Silva, das flutuações e oscilações conjunturais da economia capitalista mundial, que até à alguns meses jogou - e em mais reduzida medida ainda joga - a favor de Portugal e que proporcionou ao governo cavaquista fundos líquidos que só da CEE, em 1989, ascenderam a mais de 100 milhões de contos, além de muitos milhões oriundos do diferencial dos preços de importação de combustíveis, cereais e outros produtos, está agora a modificar-se num sentido desfavorável tendente a agravar-se em resultado das alterações nos países socialistas do Leste europeu.

O caudal de dinheiros estrangeiro, que poderia ter exercido uma função benéfica na superação dos nossos atrasos e desequilíbrios económicos e estruturais, foi canalizado de

modo irresponsável para o consumo (não para o consumo de bens e serviços essenciais mas principalmente de produtos sumptuários) tornou-se um factor inflacionista da economia nacional.

Oa malabarismos ao nível do Orçamento de Estado cujo défice se prevê mais elevado e cada vez menos controlável pela Assembleia da República, levaram agora o governo a cortar nas despesas sociais e do sector público 40 milhões de contos e outros 40 milhões estão previstos.

As exigências da redução do consumo não afectam a carga fiscal sobre as empresas e o grande capital (o IRC foi reduzido enquanto que os créditos à habitação, as rendas de casa e a elevação dos preços de produtos e serviços de primeira necessidade estão em agravamento.

É neste quadro que se inscrevem os esforços actuais do PCP na viabilização de uma alternativa democrática ao governo e à política da direita cavaquista nos diversos terrenos de acção, no debate interno e na austerização da opinião democrática no âmbito das discussões das Teses para o XIII Congresso (extraordinário) do Partido.

As imponentes manifestações do 25 de Abril e do 1º de Maio reflectiram sem equívoco a enorme força de massas para uma alternativa democrática, mesmo contra as tendências no seio de partidos democráticos para enveredar por caminhos que poderão resultar em novo êxito eleitoral do PSD, através do uso demagógico e eleitoralista do aparelho de Estado, e na recuperação da direita governante actualmente em nítida perda de força.

Justamente a Nota da Comissão Política assinala as «contradições e dificuldades internas do governo e do PSD, a crescente redução da sua base de apoio e o seu maior isolamento político, social e eleitoral».

Os que jogam no «esvaziamento do PCP» como esperança de triunfo das suas concepções bipolarizantes na alternativa do Poder e na hegemonia de um só partido - o PS - na esquerda portuguesa arriscam-se a uma tremenda desilusão e a um fracasso de desastrosas consequências.

O mandato popular é cada vez mais evidente e imperioso. Não o ouvir nem compreender constitui prova de irrealismo político e de leitura errónea não só da situação objectiva e das disposições populares de luta como da força e influência do PCP, do seu papel indispensável e insubstituível na grande conjugação de forças para uma verdadeira alternativa a Cavaco, ao PSD e à sua política.

Resumo

26 Quinta-feira

Mário Soares e Cavaco Silva declararam-se, durante a cerimónia de abertura do I Congresso de Quadros Angolanos no Exterior, confiantes no futuro de Angola e na instauração da paz ■ O Conselho de Ministros aprova uma legislação que concede benefícios fiscais em áreas como a habitação e a reforma ■ A JCP faz a apresentação do documento preparatório do I Encontro Nacional dos Jovens Trabalhadores Portugueses ■ O presidente da Comissão da CEE, Jacques Delors, admite em Bruxelas que a união europeia é um assunto ainda não suficientemente amadurecido para merecer um tratamento igual ao da união económica e monetária ■ O presidente François Mitterrand e o chanceler Helmut Kohl celebram em Paris a «união sagrada» entre a França e a RFA, dois dias antes da cimeira extraordinária da CEE em Dublin ■ Soldados israelitas abrem fogo sobre uma marcha de um milhar de palestinianos matando quatro e ferindo pelo menos 140 ■ O secretário da Defesa Dick Cheney, propõe no Congresso cortes nos programas de modernização da Força Aérea e da aviação naval ■ É assassinado o candidato de esquerda à presidência da Colômbia.

27 Sexta-feira

O PCP entrega na Assembleia da República um projecto de lei que preconiza a criação da autarquia «Área Metropolitana de Lisboa» ■ Delegações do PCP e da UDP reúnem-se na Sede da Soeiro Pereira Gomes para discutir as próximas eleições legislativas ■ Mário Soares inicia uma visita ao Vaticano onde terá uma audiência com o Papa ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Eduard Chevardnadze, defende a criação de uma Alemanha neutra ■ O ministro português da Defesa afirma que a falta de verbas tem

impedido que todos os jovens cumpram o serviço militar ■ O presidente interino romeno, Ion Iliescu, pronuncia um discurso em que rejeita as exigências de manifestantes que reclamavam a sua demissão e de outros dirigentes do partido ■ Os ministros da Defesa das duas Alemanhas, reafirmam por ocasião do seu primeiro encontro oficial a sua hostilidade a qualquer extensão das estruturas militares da NATO à RDA.

28 Sábado

Álvaro Cunhal participa em quatro iniciativas ligadas à participação do XIII Congresso, designadamente em Faro, S. Bartolomeu de Messines, Seixal e Monte da Caparica ■ Termina o III Congresso dos Magistrados do Ministério Público, organizado pelo respectivo sindicato em Lisboa ■ O presidente do Sindicato dos Maquinistas faz o balanço da greve, que além da supressão de todas as circulações de mercadorias provocou supressões e atrasos em cerca de 70 por cento dos comboios de passageiros ■ O Governo português anuncia que as primeiras negociações directas e oficiais entre o MPLA e a UNITA para o cessar-fogo e a instauração da Paz em Angola decorrerão em Portugal nos próximos dias ■ Os contactos entre o governo de Angola e a Unita poderão prosseguir em Portugal ou em qualquer país africano, segundo afirma o ministro angolano das Relações Exteriores, Pedro de Castro Van Dunem «Loy» ■ Os chefes de Estado e de Governo da Comunidade Europeia, reunidos em conselho especial, decidem preparar um novo salto em frente no processo de integração europeia.

29 Domingo

Realiza-se em Lisboa um Encontro Nacional dos Jovens trabalhadores comunistas ■ Decorre uma reunião do Conselho Nacional do PRD, em

que Pedro Canavarró, actual presidente do partido, afirma que não tenciona demitir-se do cargo, apesar das divergências no seio dos renovadores ■ Moscovo promete aliviar parte da pressão sobre os separatistas lituanos com o anúncio de que uma fábrica de fertilizantes vai receber gás natural ■ Muitos milhares de trabalhadores sul-coreanos protestam, perto de Ulsan, contra a repressão do movimento grevista no estaleiro de Hyundai, atirando pedras contra a polícia e gritando palavras de ordem antigovernamentais ■ O primeiro-ministro de Israel, Isaac Shamir, prepara-se para chefiar o governo mais à direita que o seu país teve, afirmando desde já que rejeita o plano Baker para uma solução do conflito com os palestinianos e que nunca cederá às pressões dos governos estrangeiros para negociar com a OLP ■ O governo da Guiné-Bissau apela à comunidade internacional para ajudar a evitar o confronto militar com o Senegal ■ O vice-presidente do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela, chega à cidade do Cabo para preparar as conversações preliminares com o governo sul-africano.

30 Segunda-feira

O PCP vai apresentar na AR propostas para desgovernamentalizar a Alta Autoridade para a Comunicação Social, anuncia José Casanova ao divulgar as conclusões da Comissão Política do CC do PCP ■ 20 mil trabalhadores da fábrica de automóveis Hyundai, em protesto contra a intervenção policial no fim-de-semana nos estaleiros do grupo, aprovam um plano de greve de dois dias.

1 Terça-feira

Em ambiente de festa popular e de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, comemora-se pela centésima vez o 1º de Maio.



Avante!

Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX: Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00
CRC matriculada: 47059
NIF - 500 690 440

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais:
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto - Rua do Almada, 18-2.º
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

Composto e impresso na Heka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Abril: 20 800 exemplares

Nota da comissão política

A preparação do XIII Congresso e a situação política

1. A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português na sua reunião de hoje considerou aspectos da situação política e social e debruçou-se sobre os trabalhos preparatórios do XIII Congresso (extraordinário), nomeadamente sobre o intenso, amplo e democrático debate travado em todo o Partido em torno das Teses do Comité Central.

2. A Comissão Política sublinha que os últimos acontecimentos confirmam a intensificação da ofensiva do Governo PSD contra as conquistas democráticas do povo e dos trabalhadores portugueses. As recentes decisões governamentais visando a aceleração do processo de privatizações e a destruição da Reforma Agrária (anúncio da liquidação das UCP's e da entrega aos agrários, ou venda de todas as terras expropriadas), exemplificam o carácter e os objectivos da ofensiva governamental.

Tais práticas, acompanhadas de uma escandalosa acção demagógica e eleitoralista, não conseguem esconder, entretanto, nem a acentuação das contradições e dificuldades internas, do Governo e do PSD, nem a crescente redução da sua base de apoio e o seu maior isolamento político, social e eleitoral. Dados elucidativos destas situações são designadamente: por um lado, as sucessivas remodelações e substituições ministeriais que transformam o Governo num factor de desestabilização da vida nacional; por outro lado, o desenvolvimento e intensificação da luta por melhores condições de vida e de trabalho e contra a política do Governo PSD, envolvendo as massas trabalhadoras e vastos sectores sociais diversificados. A Comissão Política sublinha, ainda o facto de o partido do Governo — claramente derrotado nos dois últimos actos eleitorais — registar significativas perdas na generalidade das eleições para Comissões de Trabalhadores que têm vindo a realizar-se, enquanto as listas unitárias aumentam a sua expressão e influência.

3. A Comissão Política avaliou positivamente a decisão do Presidente da República de vetar a lei sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social. Relembrando que os problemas hoje existentes nesta matéria têm origem na clamorosa cedência do PS face às pretensões do PSD e da direita aquando da revisão da Constituição, a Comissão Política considera, entretanto, que a situação criada com o veto presidencial abre novas possibilidades de luta e de intervenção com vista à eliminação dos aspectos mais negativos da lei.

A Comissão Política, ao mesmo tempo que reafirma a disponibilidade do PCP para considerar com o PS todas as possibilidades de acção conjunta, confirma a decisão de apresentar na Assembleia da República, em 10 de Maio, as propostas do PCP visando assegurar a desgovernamentalização da Alta Autoridade para a Comunicação Social, a defesa dos direitos dos jornalistas e a manutenção do Conselho de Imprensa.

4. A Comissão Política sublinha o interesse e a solidariedade fraterna com que o PCP acompanha os esforços dos Governos da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique no sentido de porem termo às agressões instigadas e apoiadas pelo imperialismo contra os seus países.

A Comissão Política considera, ainda, que qualquer apoio português aos esforços de paz daqueles Governos só será benéfico e eficaz (quer para os povos dos

dois países africanos, quer para o povo português) desde que prestado com total respeito pela independência de Angola e Moçambique e pela plena soberania dos seus Governos, com a rejeição de qualquer tentativa de ingerência, parternalismo ou pretensões neocolonialistas.

5. Apreciando as Comemorações do 16.º aniversário do 25 de Abril, o seu conteúdo e a ampla adesão de que foram objecto, a Comissão Política considera que elas evidenciaram uma forte reafirmação do apoio popular à Revolução de Abril e aos seus objectivos e conquistas fundamentais, e constituíram uma expressiva demonstração da vontade de concretização de uma alternativa democrática.

A amplitude das manifestações populares tornou mais evidentes e ridículas, quer a incomodidade que esta data gloriosa da luta pela liberdade e pela democracia continua a provocar nas forças da direita (que não se poupam a esforços para a silenciar ou denegrir), quer algumas leituras distorcidas e oportunistas do 25 de Abril e do seu significado visando obscuros objectivos ideológicos e partidários.

A manifestação de Lisboa e as comemorações populares do Porto e as muitas centenas de iniciativas levadas a cabo em todo o País pelas autarquias locais, pelo movimento sindical unitário, pelas várias estruturas do movimento associativo popular e pelas organizações do PCP, confirmam que Abril está vivo e que os seus ideais se reforçam como referência essencial para todos os que lutam e continuam a lutar pela democracia, pela liberdade, pela paz e pelo bem estar do povo e dos trabalhadores portugueses.

6. A Comissão Política debruçou-se sobre as Comemorações do Dia dos Trabalhadores promovidas em todo o País pela CGTP/IN e saúda o movimento sindical unitário e todos os trabalhadores portugueses, exortando-os a fazer do próximo 1.º de Maio uma grande jornada de luta pela defesa dos seus direitos e interesses, por melhores salários, por mais protecção social e pelo reforço e consolidação da sua unidade.

A Comissão Política considera que a previsível grande jornada do 1.º de Maio constituirá uma resposta firme e decidida às manobras divisionistas que pretendem colocar os justos sentimentos de unidade dos trabalhadores ao serviço de mal disfarçadas estratégias hegemónicas.

A Comissão Política manifesta a convicção de que as manifestações do 1.º de Maio contribuirão para dar um poderoso impulso à luta de massas e à intensificação, unificação e coordenação das múltiplas lutas em curso.

7. A Comissão Política salienta a importância do próximo Congresso da Associação Nacional de Freguesias que se realizará em 4, 5 e 6 de Maio, esperando que se traduza num importante contributo para o fortalecimento das freguesias e da sua intervenção na resolução dos problemas das populações e no estímulo à sua participação.

Nesse sentido, será importante seguramente a marcação feita pelo PCP para o próximo dia 8 de Maio, do debate na Assembleia da República do Projecto de Lei n.º 417-V, sobre o regime de competência e meios financeiros das freguesias.

O empenho do PCP e de outros democratas a fa-

vor da autonomia e meios do Poder Local contrasta vivamente com a actividade centralizadora do Governo, expressa de forma constante, como ainda recentemente aconteceu com a revisão do regime dos Planos Directores municipais, submetidos a ratificação parlamentar a requerimento do PCP. Tal legislação, além de prever ingerências excessivas do Governo, estabelece um prazo tão curto que inviabiliza a elaboração de planos sérios e fundamentados.

O PCP renova, por outro lado, o seu empenho na Regionalização e a denúncia do prosseguimento do bloqueio do Governo do PSD e anuncia que tomará novas iniciativas a curto prazo. Igualmente importante é a apresentação pelo PCP do projecto de lei que tem em vista a criação da Área Metropolitana de Lisboa.

8. A Comissão Política apreciou as conclusões da Cimeira Europeia de Dublin e considera, no seguimento da proposta do PCP apresentada na Interpelação ao Governo na Assembleia da República, que antes da próxima Cimeira dos Doze, em Junho, e das Conferências Intergovernamentais, se deve proceder a um amplo e profundo debate nacional sobre a União Económica e Monetária e sobre a União Política, com vista a salvaguardar os interesses, a soberania e a independência nacionais.

A Comissão Política considera ainda que os princípios da «Coesão Económica» e da «dimensão social do desenvolvimento», a problemática do reforço e extensão dos fundos estruturais para além de 1993 e capacidade de decisão autónoma nacional nas matérias de interesse específico de Portugal não podem ser subalternizadas ou sacrificadas aos novos desenvolvimentos da integração.

9. A Comissão Política apreciou o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios do XIII Congresso (extraordinário) e realça a amplitude e a riqueza do debate sobre as Teses do Comité Central, traduzidas na participação, até agora, de cerca de 30 mil militantes e na apresentação de um vasto conjunto de propostas de emenda e de alterações às Teses.

Tal situação confirma o Partido como o mais amplo e dinâmico espaço de debate demonstrando que é no Partido que melhor os militantes podem proceder ao aproveitamento pleno da riqueza incorporada na diversidade de opiniões e que melhor se pode dar ao debate a continuidade necessária e indispensável, através da concretização colectiva das conclusões colectivamente obtidas.

A Comissão Política considera que o forte empenhamento do Partido na preparação do Congresso e a forma como o debate tem vindo a processar-se exemplificam claramente o carácter interessado, responsável e fraterno da intervenção dos militantes comunistas. Tais factos (que constituem uma significativa e concludente resposta às deturpações, falsificações e calúnias veiculadas pela campanha anticomunista), evidenciam, de facto, uma riqueza de vida democrática única no quadro partidário nacional.

Lisboa, 30 de Abril de 1990

A Comissão Política
do Comité Central do
Partido Comunista Português

Os comunistas fazem-se ouvir

Os comunistas agem. Pela liberdade, pela democracia, pela justiça, pelo progresso. E contra tudo o que se opõe a essa marcha pelo futuro.

Agem e não estão sozinhos. Porque o não fazem para si, mas para todos. Porque lutam com os explorados contra a exploração, com os democratas pelos direitos e liberdades, com os progressistas pelo socialismo. Muitas vezes, porém — a maior parte das vezes — a voz deles não se ouve fora do terreno de cada luta. Os comunistas, além de agirem, e ao mesmo tempo que o fazem, falam. Para enunciar os seus princípios, anunciar as lutas, traçar os rumos, debater as ideias. Desde o 25 de Abril de 1974, falam em voz alta. Mas mesmo antes falavam. Em murmúrio, claro. E expunham as suas ideias, e a convicção dos seus princípios, e a voz dos seus apelos no papel fininho do «Avante!» de então. Dessa voz sussurrada nasceu o grande clamor de Abril.

Nas sucessivas jornadas de luta, os comunistas continuam a falar. A expor. A explicar. A esclarecer. Em voz alta.

Só que a sua voz, para além do campo restrito de cada acção — numa empresa, numa escola, numa instituição — é sistematicamente abafada pelo manto de silêncio com que a cobrem; ou envenenada pela mentira com que a cercam; ou distorcida pela especulação que lhe introduzem.

Nos últimos tempos assim tem sido, cada vez mais fortemente.

No entanto... apesar da brutal e sistemática campanha anticomunista, os comunistas continuam a ser ouvidos, entendidos e apoiados.

Não faltam exemplos desse entendimento e desse apoio. Exemplos recentes. Bem podem os mestres da manipulação e os seus lácaios tentar esconder, deturpar ou inventar cenários, porque é a realidade a impor-se.

Bem podem falar de preparação do XIII Congresso do PCP como se de um pote envenenado de intrigas se tratasse; bem podem silenciar a apreciação que a Comissão Política do CC fez sobre o andamento dos trabalhos do Congresso, registando o amplo debate em que participaram já mais de trinta mil comunistas (a nota que o «Avante!» publica apenas pode ser lida no nosso jornal); bem podem exaltar as «vias grupusculares aumentando-lhes a importância e o peso ínfimo através da promoção de personalidades a quem fornecem tribuna nos seus órgãos; bem podem especular sobre a direcção do Partido e a sua unidade usando o velho baralho dos «sucessores», das «vias» e dos «grupos». O Congresso — que é uma realidade em desenvolvimento — vai fortalecer o Partido e não pulverizá-lo.

Bem podem anunciar o fim do apoio eleitoral aos comunistas — como muitos o fazem extrapolando «exemplos» que nos não servem. A recuperação eleitoral do PCP e dos seus aliados desmente-o. E o frentismo de direita, em que o PS se deixa tentar, prova mesmo que é política que não pega. As últimas eleições na freguesia da Quinta do Anjo — valha o que valha um exemplo tão localizado — em que o PS se aliou à direita para camufladamente fazer frente à CDU, não fez mais do que reforçar não apenas a percentagem e a maioria dos comunistas e dos seus aliados, mas também o número de votos, como aconteceu na semana passada.

Bem podem — como uns fizeram descaradamente — dizer que o 1.º de Maio foi de luta o comunismo. Mentir uma vez mais como o fez a RTP ao anunciar para Moscovo umas comemorações «pela primeira vez» sem desfile de tropas. Ou congratular-se por algumas vaias ou assobios ao PCUS. Ou esfregar as mãos em frente do leitor ou do espectador para o encorajar a fazer o mesmo, perante «a exigência de tirar os comunistas do governo» na Roménia. Bem podem tentar virar o 1.º de Maio contra os comunistas, que era o mesmo que virá-lo contra os trabalhadores.

O 1.º de Maio em Portugal — não apenas em Lisboa, não apenas no Porto — foi o que se viu. E quem lá foi é porque continua a não engolir o veneno tão abundantemente distribuído. É porque continua a confiar — e a reforçar a sua confiança no PCP e nas organizações verdadeiramente unitárias onde os comunistas dão o melhor de si próprios.

■ LM

Nacional

Um desmentido categórico

Os Presidentes de Câmara do PCP do Distrito de Setúbal, reunidos na Comissão Coordenadora Distrital de Autarquias no dia 30 de Abril de 1990, tendo tomado conhecimento da notícia publicada no jornal Expresso no dia 28.04.90 sob o título «Câmaras do PCP não aprovam "sucessor oficial" de Cunhal», desmentem categoricamente terem feito qualquer iniciativa com o objectivo específico de discutir o futuro cargo de Secretário-Geral adjunto do PCP.

Esta questão tem sido abordada em inúmeras reuniões no âmbito da discussão das Teses do PCP

ao XIII Congresso e conforme as próprias Teses o sugerem, tendo vindo a ser manifestadas as mais diversas opiniões.

Os presidentes de Câmara do PCP recusam ser utilizados quanto ao apoio a pretensas linhas, correntes ou fracções que sempre reprovaram no selo do PCP, rejeitando, portanto a especulação jornalística feita pelo «Expresso».

A Coordenadora Distrital da Autarquias da DORS do PCP
30/4/90

Encontro de democratas do distrito de Setúbal

Mais de uma centena de democratas do distrito de Setúbal reuniu no passado dia 27 de Abril, no Monte da Caparica, Almada, para, segundo documento que aprovaram, «denunciar as desigualdades económicas que acentuam o fosso social, a restrição de direitos e o agravamento da insegurança do trabalho, a frustração da maioria da juventude face às dificuldades do acesso à Universidade, o individualismo selvagem e a violência que irrompe na sociedade».

O Encontro de Democratas foi promovido por uma comis-

são constituída por Alcídio Torres, André Martins, António Estevão, Apolónia Teixeira, Arnaldo Gamito, Carlos Humberto Carvalho, F. Soares Feio, José Reis, Nuno Bernardo, Marcos Antunes, Ribeiro Dias e Valdemar Santos.

Conforme foi afirmado, não se tratou de uma iniciativa de partidos políticos, mas no conjunto dos promotores e na globalidade das presenças e das intervenções era possível reconhecer um vasto leque partidário à esquerda do PSD, unido na «proclamação de que é tempo de pôr fim à política de direita».

«Pugnando pela mais rápida institucionalização das Regiões Administrativas, estamos a pensar no imenso potencial humano, social, cultural e económico que constitui o distrito de Setúbal, sem dúvida um dos do País com melhor qualidade de vida, mas onde nos debatemos com o atraso de medidas de fundo quanto às acessibilidades, a ameaça do alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, a deterioração das condições de vida e de trabalho» — sublinhou o Encontro.

José Manuel Maia, Vice-Presidente da Assembleia da

República e Presidente da Assembleia Municipal de Almada, fez a primeira intervenção de saudação aos presentes. O Encontro recebeu mensagem de apoio de Joel Hasse Ferreira e Marques Junior. Entre os democratas presentes, estiveram Romeu Correia e inúmeros eleitos das autarquias locais.

«Pela nossa postura de convergência democrática, fazemos apelo à unidade que não regateou espaços de multidão, saída às ruas e praças e que gritou: **25 de Abril Sempre!**» — termina assim o manifesto aprovado.



25 de Abril, 1.º de Maio — São, desde 1974, dias de festa nas ruas. De norte a sul do País. Dos Açores à Madeira. Dias de festa com uma clara mensagem de unidade e de confiança no futuro, como o testemunham as imagens que aqui deixamos, captadas na cidade do Porto.

JF de Ermesinde em situação ilegal

Mantém-se a situação de anormalidade na autarquia de Ermesinde, em Valongo. À Junta, eleita democraticamente pela Assembleia de Freguesia, não foi ainda dada posse. Em sua substituição funciona uma «Junta fantasma», não reconhecida pela maioria da Assembleia. Entretanto esta não é convocada para reunir, com manifesto prejuízo para a população que vê assim impossibilitada a resolução dos problemas, e muitos são, que a afectam.

A CDU, que tudo tem feito para resolver a situação, responsabilizou, na passada semana, em conferência de imprensa, o Partido Socialista pelo problema criado. Em devido tempo apresentou queixa no Governo Civil e no Ministério do Plano e Administração do Território e estuda ainda a possibilidade de demandar criminalmente «os que ilegal e abusivamente se assumiram como executivo da Junta».

Também na Câmara e na

Assembleia Municipal, foi na altura denunciado, «o PS, que detém a maioria absoluta, usa ditatorialmente essa maioria, marginalizando os elementos de outras forças políticas, a quem não foi atribuído qualquer papel». Outro exemplo dado desta política é o facto de os sete elementos do Conselho de Administração dos SMAES serem todos do PS.

Entende a CDU de Valongo que «a gestão autárquica, a resolução dos prementes problemas que afectam a popula-

ção do concelho passam pelo empenhamento, pelo esforço e dedicação de todos os eleitos a quem devem ser concedidas condições de trabalho». Cheiros pestilentos da «LIPOR», ruas esburacadas e com morosidade nos arranjos, obras de saneamento intermináveis, a adiada abertura das piscinas, são alguns dos problemas que, nomeadamente em Ermesinde, exigem solução no concelho de Valongo.

Assembleia da República

Escutas telefónicas

PCP exige esclarecimento

O Grupo Parlamentar do PCP reclamou que sejam rapidamente accionados os mecanismos regimentais adequados que permitem esclarecer cabalmente todos os factos relacionados com a alegada existência de escutas telefónicas.

Esta posição da bancada comunista foi defendida hoje oito dias na Assembleia da República pelo deputado Lino de Carvalho que a fundamentou tomando por base, entre outros elementos, a «atmosfera da clandestinidade e de conspiração que parece viver-se hoje no seio do Governo».

A admissão pública pelo ministro da Justiça da existência de escutas telefónicas, vem de resto adensar ainda mais na perspectiva dos par-

lamentares comunistas o «clima de suspeições» existentes, pondo em relevo um quadro — «facilitado pela existência de uma selva tecnológica não controlável», como frisou o deputado do PCP — incompatível com um regime democrático e de liberdades constitucionalmente garantidas.

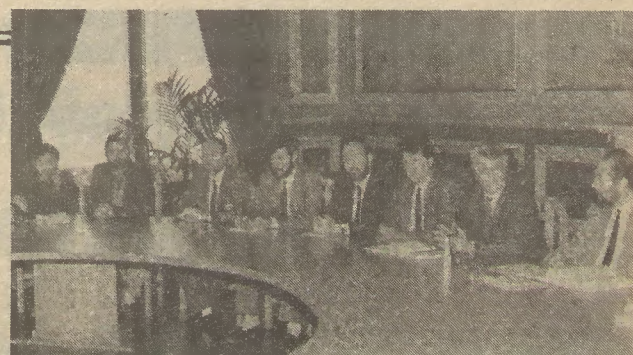
Comentando a última remodelação governamental, outra das matérias que abordou na sua declaração política, Lino de Carvalho afirmou que esta «reflecte cada vez mais a instabilidade que percorre o Governo» pondo ainda a nu o «progressivo isolamento do Primeiro-Ministro», e a «fusão e confusão que paira no PSD e no Governo entre os interesses do Estado e as questões internas partidárias e pessoais, as lutas

por lugares de influência e as suas evidentes repercussões na estabilidade governativa».

Verberadas pelo deputado comunista foram, por outro lado, algumas das orientações do Executivo no domínio da política económica e bem assim o seu autismo e a sua reiterada incapacidade para promover diálogo. Recordou, a este propósito, citando como exemplos, a Alta Autoridade para a Comunicação Social que Cavaco Silva insiste em governamentalizar contra uma larga faixa de opiniões, e o processo de regionalização que o Executivo mantém em «banho maria» contra a vontade expressa de todos os sectores da vida democrática do País.

A nova queda verificada no poder de compra dos trabalhadores em consequência

da tendência inflacionista que não pára de subir, situando-se hoje na casa dos 12,9 por cento, e a situação de instabilidade gerada na agricultura do Sul em torno da posse da terra, resultado de uma nova lei contra a Reforma Agrária, foram também alvo de severas críticas por parte de Lino de Carvalho que não poupou, por último, a forma como o governo tem conduzido a inserção da nossa economia na Comunidade, integração que tem deixado ao «arbitrio dos interesses dos mais fortes e do capital estrangeiro — as palavras são suas — aquilo que devia constituir uma estratégia de convergência e mobilização do País com base num sério diálogo institucional em torno de uma estratégia nacional e de objectivos prioritários».



Para passar o Tejo Tabuleiro inferior e nova ponte

O PCP reclamou do novo ministro dos Transportes a revogação da opção tomada pelo seu antecessor sobre o alargamento do tabuleiro rodoviário da Ponte 25 de Abril, por entender que tal solução «não passa de uma remendo», opinião hoje partilhada pela quase totalidade dos técnicos de transportes.

Esta posição foi tornada pública na sequência de uma reunião de deputados e autarcas comunistas dos distritos de Lisboa e Setúbal, no decorrer da qual foi defendida a construção de uma nova ponte para fazer a ligação do eixo Norte-Sul — única solução duradoura, salientaram — e a construção do tabuleiro inferior na actual ponte sobre o Tejo com implantação de um transporte rápido e de massas por carris.

Entre as conclusões da reunião, dadas a conhecer em conferência de imprensa no final da passada semana na Assembleia da República, conta-se a realização próxima de um debate com as autarquias locais interessadas para analisar o projecto-lei do PCP que cria a autarquia **Área Metropolitana de Lisboa**, estando para esse efeito a serem já solicitadas entrevistas com os presidentes de Câmaras e presidentes de Assembleias Municipais no sentido de obter os respectivos pareceres.

O projecto que cria esta nova autarquia, recorde-se, prevê a criação de órgãos próprios (uma Assembleia Metropolitana eleita pelos cidadãos; o Executivo Metropolitano; o Conselho de Municípios; e o Conselho de Coordenação com a Administração Central), órgãos esses com competências próprias retiradas da Administração Central e com uma intervenção determinada em certas áreas, como sejam o sistema de transportes, a rede viária regional, o ambiente e os recursos hídricos.

Analisando a situação existente na OID de Setúbal (Operação Integrada do Desenvolvimento da Península de Setúbal), os participantes na reunião constaram o «choque de competências existente entre a CCR e o Executivo da OID», facto que tem originado bloqueamentos na análise dos processos e na entrega de verbas, incluindo para obras realizadas, levando mesmo a que algumas Câmaras se tenham visto na contingência de serem obrigadas a recorrer ao crédito para, imagine-se, financiamento dos Fundos Comunitários!!!

OID do Norte Alentejano arrisca-se a ser «acto falhado» — alerta Grupo Parlamentar do PCP

A forma como a Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano está a ser implementada continua a suscitar fortes reservas junto dos mais variados sectores económicos e sociais, avolumando-se as críticas quer quanto à natureza das opções tomadas quer quanto à marginalização a que são votados neste processo os parceiros sociais.

A chamada Convenção para o Desenvolvimento do Alentejo, realizada no passado dia 27, em Tróia, por iniciativa da Comissão Coordenadora Regional do Alentejo (CCRA) — para a qual não foram convidados as autarquias locais, os sindicatos, a Federação Nacional de Cooperativas nem sequer a entidade organizadora do Congresso do Alentejo, como referiu na passada semana na Assembleia da República o deputado do PCP Luís Roque — é porventura o mais acabado exemplo dos conceitos e

da prática centralizadora do Governo que insiste em deixar à margem os parceiros sociais.

Abrangendo o distrito de Portalegre onde se verifica um dos mais altos índices de desemprego (cerca de 17 por cento) e onde se acentua a tendência para a desertificação, a OID Norte alentejano corre assim o risco de vir a ser um «acto falhado», para utilizar a expressão de Luís Roque, circunstância a que não serão alheios, por outro lado, as opções e prioridades nela definidas.

Com efeito, observou o deputado comunista, não se compreende que num distrito de vocação agrícola esta componente apareça em sexto lugar nas prioridades da OID, enquanto a valorização e aproveitamento do potencial turístico, com os seus quatro milhões e 250 mil contos, surge como actividade prioritária, ficando-se o desenvolvimento industrial por uns modestos 646 mil contos.

Acesce ainda — e estes foram aspectos em relação aos quais Luís Roque foi particularmente crítico — que a OID não integra vários projectos fundamentais para o desenvolvimento do distrito como a barragem do Pisão, a exploração de urânio de Nisa ou a agro indústria, enquanto outros são francamente valorizados como sucede com a produção florestal (leia-se eucaliptização) que tem inscrita

uma verba superior à prevista para o já referido desenvolvimento industrial.

Entretanto, como é seu hábito, a bancada comunista não se ficou apenas pelas críticas, deixando simultaneamente aqueles que são do seu ponto de vista as alternativas mais correctas para o adequado desenvolvimento da região. Referenciando-as, Luís Roque defendeu a necessidade de criar outros eixos rodoviários para além dos considerados fundamentais e a manutenção de vários troços ferroviários, a melhoria dos recursos hídricos e o melhor aproveitamento quer agrícola quer turístico das barragens existentes, a exploração das águas medicinais e do termalismo e a exploração dos recursos mineiros bem como a sua transformação na região.

Alentejo Opções governamentais bloqueiam desenvolvimento

O Grupo Parlamentar do PCP condenou vivamente o Governo por não apoiar os planos integrados de desenvolvimento para os distritos de Beja e Évora que as respectivas associações de municípios estão a elaborar e alertou para os perigos decorrentes do processo de despovoamento e desertificação em curso naquela região.

Defendida pelo deputado Joaquim Teixeira, numa das sessões plenárias da semana finda, esta posição surge na sequência de insistentes iniciativas e diligências da bancada comunista no sentido de chamar a atenção para a necessidade de aproveitar os enormes recursos humanos e naturais que existem no Alentejo com vista a dar um impulso sério ao seu desenvolvimento.

Desenvolvimento que até ao momento tem estado comprometido em resultado da política governamental, como se pode constatar a partir da observação das mais recentes opções que aquele tomou em relação ao Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) entregue em Bruxelas.

Contrastando com a propaganda oficial, com efeito, como acentuou Joaquim Teixeira, o referido plano que o Governo diz mobilizar cerca de dez milhões de contos corre o risco de no final da sua execução não ter dado lugar à criação de mais riqueza, não ter gerado um único emprego líquido, não sendo melhor a perspectiva quanto à população que se calcula poderá diminuir em cerca de dois por cento.

Um exemplo elucidativo, pois, de como as orientações do Governo continuam absolutamente estranhas aos verdadeiros interesses do Alentejo, facto que de resto não constitui propriamente uma novidade, lembrou-o Joaquim Teixeira, a avaliar por alguns dos seus actos concretos, como sejam a destruição da reforma agrária, o de privilegiar a estrutura latifundiária da propriedade, o incremento da floresta industrial de desenvolvimento rápido em detrimento dos montados de sobre tradicionais, o não aproveitamento pleno das riquezas minerais ou o bloqueamento da construção do Alqueva.

Problemas multiplicam-se no distrito de Coimbra

A progressiva desertificação das zonas serranas do seu interior quer em termos da população quer da paisagem natural e o acentuar das assimetrias e diferenciações, continuam a ser razões de fundo que estão na origem de muitos dos problemas que afectam o distrito de Coimbra.

A eles se referiu pormenorizadamente o deputado comunista Victor Costa, eleito por aquele círculo, numa das sessões plenárias da passada semana, inteiramente dedicada no seu período da ordem do dia à discussão de problemas locais e regionais.

Sem ser exaustivo no recensamento de todos eles,

por imperativas razões de tempo, Victor Costa começou por aludir aos problemas da rede rodoviária e ferroviária, num caso em virtude da diminuição ou cessação dos serviços prestados pela CP, no outro quer pela degradação das vias quer pelo passo lento de algumas das construções em curso.

Lentidão em tudo idêntica à verificada nas obras do Mondego — «arrastam-se e eternizam-se», disse Victor Costa —, com isso provocando ou facilitando a ocorrência de inundações como as recentemente verificadas nos campos de arroz que poderão ter comprometido as colheitas deste ano.

Problemas que têm ainda como uma das suas vertentes, observou o deputado do PCP, a «falta de legislação adequada e eficaz» no que diz respeito à instalação e alargamento de indústrias poluentes e tóxicas (como sucede na zona da Figueira da Foz), situação que poderá conhecer um novo agravamento com a anunciada instalação pela CELBI de uma nova unidade industrial para o fabrico de papel e a eventual instalação de uma fábrica de Soda.

Entretanto, por manifesta incapacidade dos órgãos locais ou pelo abandono da Administração Local, melhor

panorama não oferece, por outro lado, o concelho de Coimbra. Aqui, segundo as palavras de Victor Costa mais precisamente na sede de distrito, o quadro é mesmo de «pesadelo». Porquê? As palavras são suas: «a qualidade de vida urbana degradou-se a um nível inimaginável, há bem pouco tempo. Nas principais artérias não há circulação, mas sim bichas, engarrafamentos permanentes e muito monóxido de carbono. A Avenida Fernão Magalhães continua a suportar um tráfego médio/diário de 41 mil veículos, volume de tráfego só ultrapassado na Ponte 25 de Abril e na Marginal Lisboa/Cascais».

PCP

PCP na Assembleia Legislativa Regional

A CEE e as potencialidades da produção de leite e carne nos Açores

«Bem pode dizer-se que 1993 é quase já amanhã», comentava recentemente na Assembleia Regional dos Açores, na Horta, o camarada **Paulo Valadão**, deputado do PCP. As questões da economia regional e a sua interligação com a CEE têm sido motivo de análise entre os militantes comunistas e, naturalmente, nas suas tomadas de posição pública, tanto por intermédio de Paulo Valadão na Assembleia como nas (limitadas) oportunidades dadas pela Comunicação Social.

Intervindo em recente sessão legislativa o deputado do PCP abordaria o referido tema nesta perspectiva:

A existência de um relatório do grupo inter-serviços da Comissão da CEE, que servirá de base à elaboração por essa Comissão das **medidas específicas** e serem aprovadas pelo Conselho de Ministros da Comunidade, foi a causa próxima de vários encontros, reuniões, declarações tomadas de posição, todos muito recentes, sobre estes assuntos.

O PCP-Açores considera tal relatório como sendo um documento, no essencial, positivo, embora incompleto e carente de respostas sobre algumas das questões essenciais (...)

Disponibilidade do PCP

Será essencial, para que os legítimos interesses desta Região sejam de facto salvaguardados, encontrarem-se

propostas que possam obter um amplo consenso político e um forte apoio social na Região e no País. A disponibilidade do PCP no sentido de contribuir para que se encontrem estas respostas é tanto mais forte, quanto é certo **ter Regional uma questão que consideramos da mais alta importância e que se prende com a produção leiteira**, continuou Paulo Valadão, que acrescentou:

Os autores do relatório do grupo inter-serviços consideram que a definição das quotas leiteiras a aplicar nesta Região deverá ser estudada tendo em conta quer a especificidade da agricultura portuguesa, quer a situação específica dos Açores.

Tal posição indica a legitimidade de ser criado um regime para a Região, diferente sido o PCP a primeira força política desta Região a apontar a indispensabilidade de ser seguido esse caminho.

Quería referir perante esta Assembleia Legislativa do que foi adoptado para o Continente, desde que se justifique.

Isenção de quotas leiteiras

Na opinião do PCP-Açores, o único regime que serve a nossa economia é um **regime de isenção de quotas leiteiras**.

Proteger a produção leiteira e possibilitar, através de um claro aumento da produtividade, a sua expansão nos próximos anos, é a única orientação compatível com a defesa do princípio que temos de continuar a produzir aquilo para que temos especiais aptidões e até vantagens comparativas.

É previsível que uma justa,

equilibrada e competente modernização das explorações agro-pecuárias poderá motivar uma maior produtividade. Se assim é, impôr quotas de produção, é condenar a prazo, a lavoura açoriana a uma redução de efectivos leiteiros e área, o que não é aceitável e contradiz o justo aproveitamento das nossas aptidões.

À CEE cabe a responsabilidade de criar, nas várias áreas (fiscalidade, transportes e outras) formas específicas de aplicação das políticas comuns, que possibilitem que a nossa produção (acrescida), bem como os produtos industriais derivados tenham as necessárias condições de produtividade.

Não pode ser criada nenhuma situação que diminua as potencialidades e o peso do leite e da carne nesta economia.

Com isto não queremos dizer que não apoiamos o de-

senvolvimento de outras actividades agrícolas, nomeadamente, as culturas com tradicional aproveitamento industrial, bem como outras ainda sem significado, mas com potencialidades de mercados como a floricultura.

O que pensamos realmente é que tudo isso tem que ser encarado como importantes complementos da agro-pecuária e não como alternativas globais.

É com estas orientações principais que continuaremos a actuar, contribuindo para a defesa deste economia regional.

Pensa o PCP, que é necessário, ao longo deste ano, criar-se uma ampla movimentação político-social, com peso suficiente para que as garantias que ainda não existem sejam obtidas.

O tempo urge, pois pode bem dizer-se que 1993 «é quase já amanhã».

Iniciativa é com os comunistas



Évora: intensa actividade do Partido

Num balanço relativo ao período compreendido entre 6 de Março e 27 de Abril a organização distrital de Évora do PCP assinala a realização de uma centena de iniciativas para debater as Teses apresentadas pelo Comité Central e eleger os delegados do distrito ao Congresso.

Até àquele momento participaram cerca de 2500 camaradas nas iniciativas e foram eleitos nas assembleias plenárias, convocadas para o efeito 69 delegados, faltando ainda realizar cerca de meia centena de assembleias.

Além das assembleias plenárias e de iniciativas várias para discutir as Teses, a Comissão Distrital de Évora tem desenvolvido uma intensa actividade com reuniões específicas viradas para o reforço do trabalho do Partido nas diversas frentes, nomeadamente quadros sindicais, quadros eleitos no Poder Local, da Reforma Agrária, de diversos sectores relacionados com o desenvolvimento económico e social.

Em contacto com a Redacção do «Avante!» aquela Distrital do PCP refere a dado passo:

Toda esta actividade tem reforçado o Partido, temos entregue os cartões 90/91, os militantes têm feito várias sugestões para o reforço qualitativo da actividade propondo a realização de assembleias das Or-

ganizações e de iniciativas específicas para a juventude.

Tem havido também a preocupação de não fechar no Partido a preparação do Congresso. Além de iniciativas abertas e da acção de propaganda, a Comissão Distrital de Évora tem tomado posição em órgãos da imprensa regional e rádios locais.

Os comunistas de Évora também se têm empenhado na mobilização para as lutas e iniciativas de massas que têm ocorrido no distrito, como foi o exemplo recente das comemorações do 16.º aniversário do 25 de Abril, nas quais participaram milhares de pessoas nos diferentes concelhos.

Provocação fascista em Espinho

Tem-se verificado desde há alguns meses nalguns locais do distrito de Aveiro, um lento mas regular incremento das actividades neofascistas, particularmente através de inscrições murais. Apesar da situação não ter registado desenvolvimento mais graves ela não deixava de preocupar o PCP e outros democratas, já que comprovava o esforço de penetração e organização de grupos saudosos do passado, sublinha uma nota do gabinete de Imprensa da Comissão Distrital de Aveiro do PCP, que acrescenta:

Factos ocorridos na noite de 23 para 24 de Abril em **Espinho** proporcionam razões acrescidas a tal preocupação.

Quando militantes do PCP procediam à colagem de cartazes alusivos ao 25 de Abril foram abordados por seis indivíduos, que pintavam «slogans» e símbolos do «MAN», que de imediato passaram a proferir insul-

Além da festa popular, houve acções de rua e intervenções de diversas entidades, colocando os problemas dos trabalhadores, do povo e da região alentejana.

Excursão à Serra da Estrela

Aproveitando os feriados de Junho, vai realizar-se uma excursão à Serra da Estrela, Vale do Vouga, Douro e São Pedro do Sul, cujas inscrições funcionam no Centro de Trabalho de Arroios, em Lisboa (Telef. 56 16 72). Esta viagem de cinco dias (13 a 17 de Junho) inclui alojamento.

tos e ameaças do género «vermelhos e pretos deviam ser todos mortos».

Manifestando intenção de ultrapassar a simples contenda verbal, os «MAN» puxaram por matracas, martelos e tacos de «basebol» que traziam escondidos sob as roupas e só a serenidade e a firmeza dos comunistas aliada à proximidade de forças policiais evitou o consumo da agressão.

É importante sublinhar que pela primeira vez desde há alguns anos um grupo de arruaceiros afronta, de forma organizada e provavelmente premeditada, quem desenvolve acções protegidas pela Constituição. Constituição que não dá cobertura aos que de forma cada vez mais ostensiva escrevem pelas paredes que «25 de Abril=Traição» e que defendem «valores» e «princípios» definitivamente rejeitados pelo povo português naquela madrugada de 1974, recorda aquela Distrital do Partido.



3.º Rally-Paper

da célula do BPA

No próximo sábado, dia 5, a célula do PCP no Banco Português do Atlântico promove mais uma edição do seu *rally-paper*, desta vez inserido na campanha dos 150 mil contos para os terrenos da Festa do «Avante!» No convite, para esta iniciativa os camaradas do BPA informam:

A prova é aberta a todos que se dispõem a passar um dia divertido, que tenham apetite para uma sardinhada e outro intuito não tem que a divulgação da festa do «Avante!»

Os prémios... A maravilha do costume! Este ano, o primeiro classificado terá direito a um fim-de-semana num apartamento em Tróia (só alojamento).

A inscrição é simbólica — 500\$00 por carro — acrescidos de mais 500\$00, que serão descontados no preço da sardinhada. É a modos que um sinal.

O preço da sardinhada será dividido «por cabeça» e nunca costuma ir além dos 450\$ — 500\$00.

Haverá o tradicional concurso de bolos e este ano uma novidade: jogos tradicionais portugueses.

Vem connosco. Vais passar um dia diferente.»

Aceitem o convite.

Valpaços: Hospital e promessa

O chamado **Hospital de Valpaços**, apesar das verbas sucessivamente prometidas pelo Governo (ainda há quem se lembre das promessas feitas pela própria ex-ministra da Saúde), continua a ter as piores instalações do distrito — sublinhou a recente assembleia plenária dos militantes comunistas de Valpaços, em Trás-os-Montes.

Para além do debate em torno das Teses para XIII Congresso (Ext.) do Partido e eleição do respectivo delegado concelhio ao grande encontro de Loures, a reunião dos militantes de Valpaços proporcionou uma análise aos problemas locais. Entre outros aspectos, foi chamada a atenção para «a paralisia em que o concelho vive, com a não criação de postos de trabalho e a falta de empregos, o que provoca um surto de emigração entre os jovens».

Juventude

Podem contar com os jovens comunistas

JCP: balanço dos primeiros quatro meses de 1990

● Próximas iniciativas

O desmoronar do mito é assim que a JCP caracteriza a política do Governo PSD para a juventude. Em contacto com os jornalistas, o Secretariado da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa sintetiza alguns dos principais problemas com que se debatem os jovens do nosso país (agravados pela política cavaquista) e destaca um balanço de trabalho muito significativo desenvolvido pela JCP nos primeiros quatro meses deste ano de 1990.

«A juventude foi definida pelo Governo como uma das áreas prioritárias da sua actuação. As expectativas criadas por uma forte acção propagandística e demagógica levaram os jovens, numa primeira fase, a acreditar na resolução dos seus problemas e na concretização dos seus anseios. Mas o sonho de pressão se desfaz», refere a JCP, que acrescenta:

«Apesar dos malabarismos estatísticos utilizados pelo Governo para demonstrar que o desemprego juvenil diminui, que cada vez mais estudantes entram no Ensino Superior, que os jovens têm mais acesso à habitação própria, que a cultura, os tempos livres e o desporto são cada vez mais acessíveis aos jovens, a realidade é bem diferente!»

Problemas agravados

Noutra passagem da nota que fez chegar aos órgãos da Comunicação Social, a DN da JCP declara:

«O grave problema do desemprego juvenil não se resolve, as formas precárias de trabalho agravam-se, o flagelo do trabalho infantil alastra, as saídas profissionais para os quadros médios e superiores são diminutas. As condições de ensino degradam-se, milhares de estudantes ficam à porta do Ensino Superior. Continua a não existir uma política que per-

mita aos jovens terem acesso à habitação. A cultura, o desporto, os tempos livres, componentes importantes da vida dos jovens continuam a não poder ser plenamente usufruídos por estes».

JCP tem propostas

A JCP tem denunciado esta política e, simultaneamente, tem apresentado propostas e intervido no sentido da resolução dos problemas e da concretização das aspirações juvenis.

A JCP levou a cabo nos primeiros quatro meses de 90 um conjunto de iniciativas de grande importância, quer pelo debate travado quer pelas propostas apresentadas.

Dessas iniciativas o Secretariado da DN destaca:

- A realização da V Conferência Nacional do Ensino Superior ou III Encontro Nacional do Ensino Secundário pelo grande número de participantes, pela riqueza e vivacidade do debate, pelas importantes conclusões e propostas e por serem realizações únicas no quadro das organizações juvenis partidárias;

- A apresentação na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP de um projecto-lei de acesso ao Ensino Superior que visa acabar com o numerus clausus até 1993 (rejeitado com os votos do PSD);

- As assembleias de Organização Distritais da JCP de Leiria, Vila Real e Coimbra;

- A realização de duas campanhas de solidariedade, pela libertação de Nelson Mandela e para com a jovem sul-coreana Rim Sun Kiong;

- Ao nível do Conselho Nacional de Juventude, o lançamento de uma candidatura à Direcção, e apresentação de um documento sobre a vida do CNJ e de um projecto sobre o estatuto-jurídico do CNJ;

- No âmbito da preparação do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP a realização de um vasto conjunto de iniciativas e debates com a juventude, realçando o debate-convívio realizado com o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, no espaço/convívio (recentemente criado) da sede central da JCP.

Depois de realçar o encontro de jovens trabalhadores comunistas realizado no passado domingo em Lisboa (ver caderno **Em Foco**), a DN da JCP, no âmbito das próximas iniciativas, chama a atenção para:

- A realização de assembleias distritais em **Lisboa, Évora e Setúbal**;

- No quadro do trabalho parlamentar, a apresentação na Assembleia da República de projectos-leis sobre a droga, o subsídio de inserção dos jovens na vida activa, o estatuto jurídico do CNJ e a realização de uma iniciativa de debate sobre a actividade dos jovens comunistas na AR;

- A realização de um seminário de jovens comunistas eleitos nos órgãos autárquicos e de uma iniciativa conjunta com o PCP sobre Política Autárquica de Juventude;

- A saída de mais um número dos cadernos «Política»;

- Uma iniciativa promovida pela JCP, a realizar em Junho, sobre os problemas da Juven-



tude nos Países da CEE com a participação das organizações comunistas juvenis dos respectivos países;

- No quadro do CNJ, a participação activa na discussão sobre a vida do CNJ, no processo de revisão estatutária e nas eleições para os órgãos dirigentes;

- Aprofundamento do debate sobre o SMO, designadamente sobre a sua duração e sobre as condições da sua prestação;

- A realização, no âmbito da preparação do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP, de uma iniciativa com o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, amanhã, dia 4 de Maio, às 21 horas, no terraço do Vitória, na Av. da Liberdade, em Lisboa.

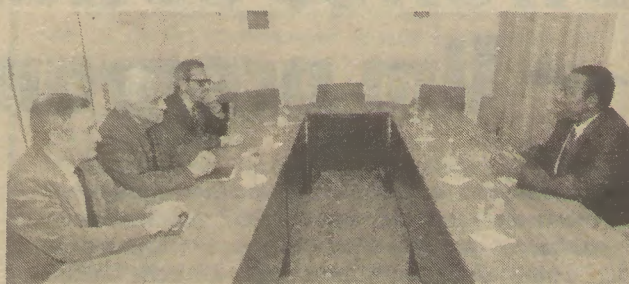
Reforço da JCP

Pelo conjunto de iniciativas realizadas e em perspectiva, pela grande participação pelo debate travado e as propostas que apresentamos, sobre os principais problemas e aspirações juvenis, podemos sem dúvida afirmar que a JCP é uma organização forte, activa e interveniente, salienta o texto enviado aos jornalistas, que conclui assim:

«O movimento juvenil e a juventude portuguesa podem contar com a Juventude Comunista Portuguesa».

PCP

Encontros



No encontro com Pedro Castro Van Dunen, membro do Bureau Político do MPLA-PT e ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Angola, Álvaro Cunhal confirmou ao MPLA-PT, ao Governo e ao povo angolano a activa solidariedade dos comunistas portugueses na sua acção pela consolidação da independência e soberania da RPA, pela paz e o progresso social



Com os Verdes



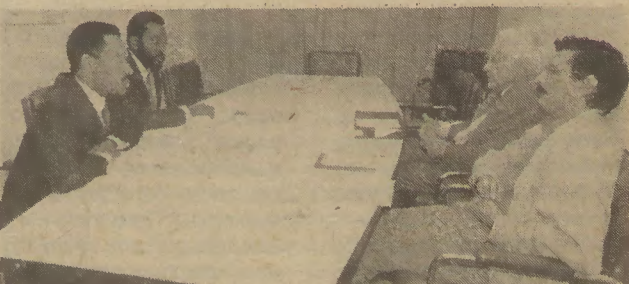
Com a ID



Com a UDP



Com elementos do secretariado do Congresso do Algarve



Com a delegação de São Tomé e Príncipe



Com a delegação da África do Sul

No âmbito do diálogo com organizações políticas e sociais do País e também no quadro relações internacionais do Partido, delegações do PCP dirigidas pelo camarada **Álvaro Cunhal** tiveram nos últimos dias encontros com delegações do PEV — Partido «Os Verdes», da Associação «Intervenção Democrática» (ID), da UDP-União Democrática Popular, do secretariado do Congresso do Algarve, da República de São Tomé e Príncipe (com Manuel Vaz, ministro delegado do Primeiro-Ministro e responsável da Informação do Governo daquele país africano), do Congresso dos Sindicatos da África do Sul



Os jovens portugueses e o movimento juvenil podem contar com a JCP. Ao mesmo tempo que apresenta um balanço da actividade da organização nestes primeiros 4 meses de 1990, a JCP fala das suas próximas iniciativas. No caderno **Em Foco** mais informação sobre o trabalho dos jovens comunistas.

Parlamento Europeu

Direitos sociais dos trabalhadores

— Um programa de acção

A Comissão dos Assuntos Sociais, do Emprego e do Ambiente de Trabalho do Parlamento Europeu vai aprovar nos próximos dias 21 e 22 de Maio o seu «Programa de Acção para aplicação da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores». A parte respeitante à liberdade de associação, negociação colectiva, informação, consulta e participação dos trabalhadores esteve a cargo do deputado do PCP, Barros Moura.

A preocupação subjacente ao relatório apresentado por Barros Moura é a de assegurar que os direitos fundamentais dos trabalhadores sejam exercidos no seio da Comunidade, dentro de um amplo quadro jurídico construído segundo o princípio da harmonização no progresso. Para tal, considera a necessidade de adoptar e aplicar, até 31 de Dezembro de 1992, uma série de medidas que têm por objectivo «ser a base para a progressiva melhoria dos direitos dos trabalhadores e para a harmonização no progresso».

É assim que, quanto à liberdade de associação e direitos sindicais, se defende uma proposta de directiva que garanta o

exercício dos direitos sindicais e das funções de representantes dos trabalhadores na empresa, nos locais e durante o horário de trabalho, bem como uma outra directiva reconhecendo o direito à formação sindical com protecção idêntica ao direito à formação profissional; propõe-se ainda um programa de formação de sindicalistas, nomeadamente para os que actuem nos tribunais de trabalho.

Em relação à negociação colectiva, propõe-se uma directiva definindo o quadro jurídico da negociação colectiva transnacional, a nível de empresa, sectorial e inter-sectorial, bem como o reforço do papel dos comités consultivos e das comissões tripartidas, nomeada-

mente quanto ao carácter vinculativo dos seus pareceres.

Finalmente, quanto à informação, consulta e participação dos trabalhadores, aponta-se para a necessidade de propostas de directivas garantindo a consulta prévia e a participação dos trabalhadores e seus representantes no que respeita às estratégias e programas das empresas, nacionais ou transnacionais, nomeadamente no caso de inovações tecnológicas, modificações da organização do trabalho, do estatuto jurídico, da actividade produtiva ou do planeamento económico e de mutações na empresa ou empresas, designadamente no caso de fusões internas ou transfronteiriças, ofertas públicas de aquisição ou de permuta, encerramento de estabelecimentos ou despedimentos colectivos.

Ainda neste domínio, o relatório defende directivas garantindo os direitos de informação, consulta e participação nas empresas transnacionais e outras de estrutura complexa; a institucionalização dos direitos

de informação, consulta e participação nos estatutos de todas as sociedades, independentemente da sua forma jurídica; sobre os balanços sociais das empresas e sobre o direito dos representantes dos trabalhadores serem acessorados por peritos da sua escolha exteriores à empresa.

No relatório solicita-se à Comissão que consulte previamente as organizações sindicais e patronais representativas a nível nacional e comunitário sobre as referidas propostas de directivas, de modo a garantir, designadamente, que elas em nenhum caso impliquem um retrocesso relativamente aos direitos já alcançados em cada Estado-membro.

Apreensões com o Mercado Interno

Nos considerandos das medidas propostas, Barros Moura faz notar que a realização do mercado interno, enquanto projecto de crescimento que pela sua dinâmica contri-

bua para o aumento da competitividade das economias europeias, para a melhoria do bem estar e para a criação dos empregos, **só poderá ser uma realidade para o empenhamento e a participação de todos os agentes económicos e sociais, com uma repartição equitativa dos seus custos e benefícios com a valoriação e a preparação dos recursos humanos para as alterações da estrutura produtiva em curso.**

No entanto, como salienta, até agora este processo fez **nascer nos trabalhadores fundadas apreensões.** Apreensões sobre a manutenção de direitos adquiridos e sobre os direitos quer nas empresas nacionais quer nas de dimensão transnacional ou europeia.

É justamente tendo em conta estes aspectos que se defende a necessidade da negociação colectiva e a participação dos trabalhadores serem encaradas como **elemento de um novo sistema comunitário de garantias sociais.**

Como afirma Barros Moura

no seu relatório, **só uma política social de progresso e o reforço da influência dos trabalhadores nas decisões, podem garantir que o mercado interno seja uma real oportunidade de crescimento económico que não desfavoreça os mais fracos - sejam eles pessoas ou regiões.**

Só esse reforço - salienta ainda - **poderá impedir que a construção de um grande mercado se faça baseada no «dumping social».**

Para o deputado do PCP, que considera o reforço do papel dos parceiros sociais condição para a democracia económica, é necessário que a negociação, a informação e a consulta prévia dos trabalhadores **se não restrinjam a aspectos «laborais ou sociais»,** antes se alarguem às decisões económicas relativas à realização do mercado interno.

Nestas condições, defende, **a participação dos trabalhadores e a negociação devem ser considerados factores de aprofundamento da democracia em toda a Comunidade.**

«Scandinavian Star»

— a insegurança no Mar do Norte

O grupo Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu, em que se integram os deputados comunistas, apresentou uma proposta de resolução de urgência sobre o recente incêndio do ferry «Scandinavian Star» no Mar do Norte, em que apela à Comissão para tomar medidas tendentes a impedir a degradação das condições de segurança dos navios e das condições de trabalho das respectivas tripulações.

A proposta manifesta a consternação do grupo Coligação de Esquerda face ao incêndio do ferry dinamarquês que provocou a morte de 160 pessoas, bem como a inquietação pelos numerosos incêndios registados noutros navios no Mar do Norte e as duas ameaças de incêndio em ferries no mar irlandês, durante o corrente ano.

Afirmando-se consciente da importância de que se reveste este meio de transporte para numerosos países da Comunidade, aquele grupo faz notar que as normas de

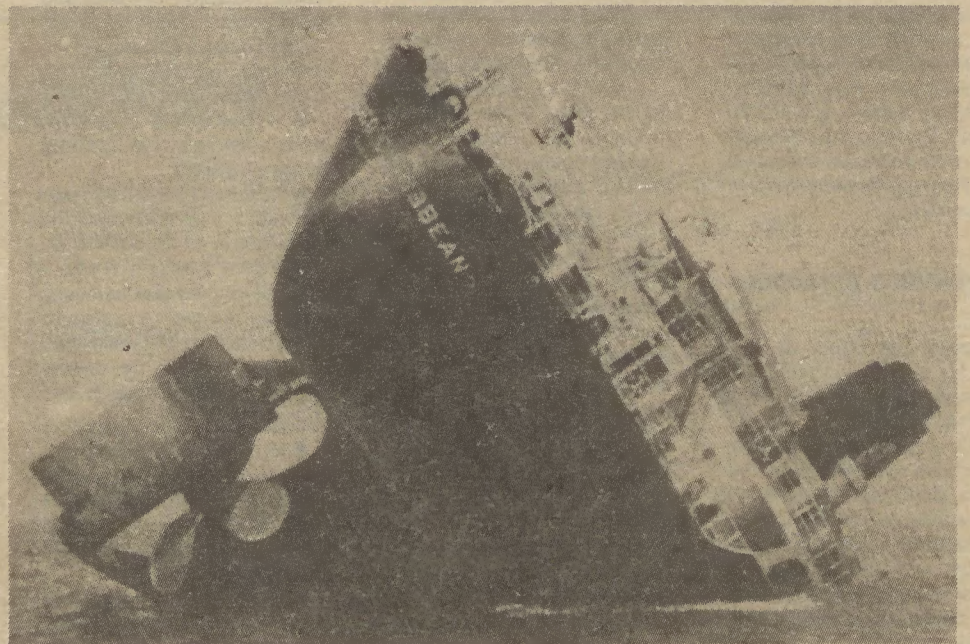
segurança em vigor não parecem estar a ser cumpridas, pelo menos no respeitante ao «Scandinavian Star».

A proposta recorda a propósito o facto de quinze sindicatos de marinheiros nórdicos terem denunciado a entrada em funcionamento daquele navio devido às suas insuficiências no plano de segurança e considera que a catástrofe do ferry dinamarquês veio pôr uma vez mais em evidência a condenável actuação de certas companhias e armadores cuja única preocupação é o máximo lucro e que não hesitam em pôr

em risco a segurança dos tripulantes.

Para além de manifestar a sua solidariedade para com as famílias das vítimas e exigir que lhes sejam entregues rapidamente as indemnizações devidas, a proposta em causa solicita ao governo dinamarquês a instauração de um rigoroso inquérito às circunstâncias em que ocorreu o incêndio.

Por outro lado, tendo em consideração a importância deste meio de transporte e os riscos que implica, o grupo Coligação de Esquerda considera fundamental a melhoria das suas condições de segurança. Nesse sentido, insta a Comissão a propor medidas para pôr fim à utilização pelos armadores de nacionalidades fictícias que lhes permitem escapar à fiscalização dos respectivos países e que é acompanhada por uma degradação das



condições de segurança dos navios e das condições de trabalho das tripulações.

O grupo Coligação de Esquerda convida ainda os Estados-membros e a Comissão a contribuírem para a melhoria dos regulamentos internacionais, nomeadamente no que se refere às condições de segurança e à qualificação das tripulações, bem como no respeitante ao controlo da segurança nos navios e nos portos, e à aplicação desses regulamentos,

incluindo aos navios com bandeiras fictícias.

A proposta a que nos vimos reportando, a apresentar ao Parlamento Europeu, insta ainda a Comissão das Comunidades a contribuir

para a melhoria e coordenação das ajudas dos Estados-membros em casos de acidente, e propõe que a comissão de transportes examine a questão da segurança no Mar do Norte.

Modernização dos têxteis

A defesa e modernização do sector têxtil é uma preocupação cada vez maior em Portugal, à medida que se avolumam os receios de uma crise no sector com a realização do mercado interno e o aumento da concorrência de países terceiros.

Ainda o mês passado, o Conselho Permanente de Concertação Social - constituído como se sabe por representantes das centrais sindicais e patronais e do Governo - aprovou por unanimidade uma resolução referente ao sector têxtil. O texto afirmava a dado passo que «a progressiva abertura à

penetração de produtos de países terceiros se deverá fazer apenas para os países que respeitem a reciprocidade de tratamento, as regras do direito de concorrência, as condições de trabalho e os direitos sociais mínimos dos trabalhadores», considerando que estes devem ser aferidos pela Carta dos Direitos Sociais Fundamentais.

Por outro lado, as referidas organizações consideram que será de incluir nas regras do comércio internacional dos produtos têxteis uma «cláusula social mínima» que vise impedir a concorrência desleal feita à

indústria têxtil nacional por países terceiros.

Acresce que tanto as organizações sindicais como empresariais consideram que qualquer negociação sobre o Acordo Multifibras deverá passar necessariamente:

- por um prazo alargado de transição para a integração do sector têxtil no GATT com vista a permitir a modernização do sector têxtil em período idêntico ao de que dispôs a maioria dos parceiros comunitários;

- pelo reforço e rigorosa apli-

cação e fiscalização das regras e disciplina do GATT e pelo estabelecimento de uma «cláusula de salvaguarda» específica e selectiva;

- por conferir à Indústria Têxtil Comunitária uma margem de preferência relativamente a países terceiros, aí se incluindo os da Europa de Leste, à semelhança de outros sectores.

Resta saber, face a estas posições, o que pensa fazer a Comissão das Comunidades. Uma pergunta escrita sobre o assunto aguarda resposta.

E.D.Vilkhovtchenko

Novas Formas
de Exploração Capitalista

Os elementos racionais do conhecimento científico ligados ao desenvolvimento das modernas forças produtivas do capitalismo, são analisados do ponto de vista da possibilidade da sua utilização tanto na luta da classe operária pelos seus direitos como na prática da gestão socialista da economia.

61.08 / 304 pp. / 650\$00

Internacional



Desigualdades crescentes significam também crescente riqueza. Mas só para uns poucos

FRANÇA

Aprofundam-se as desigualdades

«Os pobres são cada vez mais numerosos e cada vez mais pobres» — é uma conclusão do Centro de Estudos de Custos e Rendimentos (CERC) de França, recentemente publicado como um primeiro balanço do decénio. Conclusão válida para França, mas na verdade igualmente aplicável em muitos países capitalistas desenvolvidos.

Esta apreciação foi também nestes dias confirmada pelo relatório do Instituto Nacional de Estatísticas e dos Estudos Económicos (INSEE) que assinala com muita clareza: «O rendimento das famílias está a estagnar, no que se refere ao poder de compra, desde o início dos anos 80 (...) A situação dos mais pobres degrada-se (...). As diferenças de património entre as profissões liberais e os empregados vão de 1 a 10».

O relatório do INSEE revela em particular que, nos últimos 10 anos (1979/1989), «as despesas realizadas pelo quarto das famílias mais favorecidas aumentaram 20 por cento, enquanto a dos rendimentos mais modestos estagnaram», ou diminuíram mesmo, como é o caso dos 4 milhões de famílias mais pobres.

Sectores mais atingidos — antes do mais os desempregados, as principais vítimas do decénio: constituem 33% dos mais desfavorecidos, contra 15% em 1979.

Os jovens são também particularmente visados: mal pagos, desempregados, sujeitos a trabalho precário ou, com sorte, colocados em universidades com instalações já superlotadas, com os inevitáveis reflexos na qualidade do ensino.

Estudos parcelares confirmam estes dados gerais. No inquérito anual da Federação

CGT da metalurgia, conclui-se da realidade de «um esmagamento geral dos salários».

Na apresentação, à imprensa, deste documento, o secretário-geral da Federação dos metalúrgicos franceses, sublinha que os números — incontestáveis — que reflectem tal realidade, «não têm em conta as remunerações ainda mais baixas, reservadas aos assalariados

um inquérito sobre os vencimentos dos quadros dirigentes de empresa. E destaca, por exemplo, Michel David-Weil, gerente do banco Lazard, que recebe anualmente a soma de 400 milhões de francos. Ou seja, o equivalente a um salário mínimo de 6 500 francos (uma exigência presente em muitas lutas reivindicativas) para mais de 5000 trabalhadores.

No comentário de «L'Expansion» — «Se ignorarmos os extremos, as remunerações dos patrões franceses situam-se entre os 400 000 e os 20 milhões de francos por ano, o que significa que grosso modo estes são dez vezes

ceses ainda ganha menos que cerca de 5 mil francos.

Não por acaso os aumentos salariais (mas não só) são exigência comum nas muitas lutas desenvolvidas pelos trabalhadores franceses.

No já referido estudo da Federação dos metalúrgicos, constata-se que, no sector, das 1700 acções de luta realizadas em 1989, os aumentos salariais foram objectivo central em 1000.

Também nas greves e manifestações da função pública, realizadas a semana passada, e convocadas pelas quatro mais importantes centrais sindicais francesas, a condenação da política salarial do governo é um elemento fundamental. Os trabalhadores da função pública afirmam, apoiados em dados sindicais (e naturalmente na sua própria experiência da vida quotidiana), que o seu poder de compra baixou em 8% desde 1983.

Todos estes factores têm levado a um aumento do número de lutas e acções reivindicativas dos trabalhadores de todos os sectores de actividade. Estatísticas do Ministério do Trabalho indicam que em Janeiro deste ano se registaram 161 conflitos de trabalho, contra 111 no mesmo mês do ano passado.

Relação lucros/salários no sector metalúrgico

Empresas	Custos salariais		Rendimento bruto de exploração	
	1985	1988	1985	1988
Valeo	79,9%	71,7%	20%	28,2%
Moulinex	78,3%	73,7%	21,6%	26,2%
Régie Renault	118,1%	53,7%	18,1%	46,3%
Pugeot	71,1%	51,1%	28,8%	48,8%
Citroën	74,7%	53,5%	25,2%	46,4%

sujeitos a contrato a prazo ou vítimas de desemprego parcial».

mais bem pagos que os seus assalariados».

Diferença na verdade ainda mais acentuada, pois um quarto dos assalariados fran-

A outra face

Estas conclusões de aprofundamento das desigualdades, constatadas nos diferentes balanços estatísticos, significam necessariamente que há quem entretanto enriqueça mais e mais. Quem aumente já altos poderes de compra. E lucros.

O semanário «L'Expansion» publicou recentemente

Provocação aos comunistas checoslovacos

O procurador da cidade de Praga enviou uma carta ao CC do PC Checoslovaco, a qual foi publicada em todos os jornais, intimando os comunistas a cessarem toda a actividade na cidade a partir de 1 de Maio, alegando uma lei que proíbe a «propagação do fascismo e movimentos similares». Esta provocação, visando desacreditar os comunistas e interferir na campanha eleitoral que agora se inicia para as eleições do PC Checoslovaco. Nas sedes do PC Checoslovaco e no jornal «Rude Pravo» receberam-se inúmeras mensagens de repúdio contra esta arbitrária e ilegal acção intimidatória. A Assembleia Federal (Parlamento) interrompeu os seus trabalhos contra o anúncio do procurador da cidade de Praga, que viola a lei de 23 de Janeiro de 1990 sobre a existência e actividade dos partidos políticos, a qual reconhece explicitamente o Partido Comunista Checoslovaco.

O procurador geral da Boémia, superior hierárquico do procurador da cidade de Praga, veio a condenar perante o Parlamento aquela «iniciativa privada» do seu subordinado e anunciou que iria proceder disciplinarmente contra ele.

Os comunistas portugueses solidarizaram-se com os seus camaradas do Partido de Julius Fucik, símbolo da luta dos comunistas checoslovacos contra o nazismo, e protestam contra as provocações e intimidações anticomunistas de que são alvo.

Gorbatchov reafirma via constitucional para o problema lituano

A defesa da via constitucional para resolver o problema lituano, foi feita quarta-feira pelo presidente soviético, Mikhail Gorbatchov, num encontro com representantes da empresa «Uralmach».

Gorbatchov, que se deslocou aos Urais, pôs como primeira condição para a solução do problema, o regresso ao quadro constitucional anterior à declaração de independência de 11 de Março passado, e como primeiro passo, a realização de um referendo sobre a independência.

«O regime constitucional deve ser restituído. Deve regressar-se ao estado em que a República se encontrava até 10 de Março. Depois disso começaremos a solucionar o problema», afirmou, sublinhando que «observaremos rigorosamente o mandato do 3.º congresso de deputados».

«Em primeiro lugar, para o divórcio, e é necessário promover um referendo», declarou o dirigente soviético, acrescentando que «o anseio das pessoas a um estado independente pode ser atendido no quadro das relações de Federação. O principal é que tais problemas devem ser solucionados de maneira constitucional e normal».

Gorbatchov faria ainda críticas aos dirigentes lituanos, dizendo que «temos que lidar com dirigentes que, dando provas de aventureirismo, especulam com a democracia».

«Para solucionarem o problema fundamental do destino da República e dos seus habitantes, problema que diz respeito a toda a população do nosso país multinacional, os deputados reuniram-se à noite, levantaram as mãos e tomaram a decisão, o que não se inscreve no molde de democracia», afirmou.

Situação agrava-se na África do Sul

A situação política voltou a agravar-se na África do Sul devido à pressão das forças conservadoras sobre o Governo, considera o embaixador itinerante da URSS, Viatcheslav Ustinov, reportando-se aos crescentes apelos do movimento de resistência afrikander à guerra civil e a pegar em armas para defender a «terra dos boers».

Em declarações à Novosti, aquele responsável do MNE soviético para os assuntos africanos afirma que as medidas tomadas pelo Presidente Frederik De Klerk para desmontar o sistema do *apartheid* e legalizar a actividade política dos movimentos anti-*apartheid* não estão a ser aceites pelas forças conservadoras, demonstrando, uma vez mais, que o processo de mudanças na RSA será não só longo e difícil como doloroso.

«Apesar de se estar a preparar um encontro entre representantes do governo e do Congresso Nacional Africano, tudo leva a crer que terá de haver primeiro conversações sobre as conversações e, só depois, se iniciarão negociações sobre as questões de fundo em aberto», disse Ustinov, lembrando as divergências existentes no seio do próprio movimento anti-*apartheid* e a falta de clareza na direcção do país à construção de um estado democrático e não apenas a realização de algumas modificações no actual regime.

Para o responsável do MNE da URSS o facto de o poder ter permanecido durante centenas de anos nas mãos dos brancos colocará numerosos problemas psicológicos e políticos futuros. A ser aprovado o princípio de «um homem, um voto», não se poderá ignorar, por exemplo, a não existência já de uma metrópole para onde a comunidade branca possa voltar, se o entender.

Telegrama ao PC do Nepal

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Partido Comunista do Nepal o telegrama que transcrevemos.

Saudamos importantes resultados alcançados corajosa luta Partido Comunista do Nepal e outras forças progressistas. Expressamos solidariedade com luta pela consolidação da democracia.

Cinco propostas dos comunistas

No quadro de uma situação de degradação das condições de vida de vastos sectores de trabalhadores, o grupo comunista no Parlamento francês avançou a proposta de cinco medidas de emergência, de aplicação imediata.

• Salários — A imediata elevação do salário mínimo para 6500 francos. Um aumento que corresponderia apenas a um quarto dos lucros obtidos a nível nacional.

• Habitação — Rebaixamento, em 1%, das taxas de juro nos empréstimos às organizações de habitação social, o que levaria a uma baixa de cerca de 10% nas rendas de casa.

• Educação — Deslocação de 40 mil milhões de contos do orçamento militar para o financiamento das despesas inerentes a escolas e universidades.

• Saúde, Reforma — Garantia de protecção social. Renúncia aos projectos que a põem em causa.

• Ajuda aos mais carecidos — Um subsídio de 3000 francos financiado por uma aumento de impostos sobre as fortunas. Simplificação das formalidades para a concessão deste subsídio. Desenvolvimento de um verdadeiro plano de reinserção social.

Internacional

COLÔMBIA

Em véspera de eleições mais um assassinato

Uma menina a escrever, à porta de casa. Imagem da Colômbia subdesenvolvida

Vinte mil colombianos acompanharam o funeral de Carlos Pizarro, candidato presidencial do movimento M-19, assassinado a semana passada. No próprio funeral, o M-19, movimento guerrilheiro há cerca de um mês transformado em partido político, anunciou que vai apresentar novo candidato às eleições presidenciais de 27 de Maio — o dirigente do movimento, António Navarro Wolf.

Este é o terceiro assassinio de um candidato presidencial no espaço de oito meses. A vítima anterior tinha sido Bernardo Jaramillo, comunista, dirigente da União Patriótica (UP).

A União Patriótica decidiu, entretanto, não apresentar outro candidato às presidenciais. Na sua última reunião plenária, foi decidido por unanimidade a não participação nas eleições presidenciais, e votar unicamente pela convo-

cação de uma Assembleia Nacional Constituinte, realizar assembleias populares e acções organizadas de protesto contra a falta de garantias políticas mínimas no processo eleitoral.

Dirigentes da UP assinala-

ram ainda que, face a esta decisão de não ir às eleições, e em alternativa realizar acções de denúncia e protesto, o voto simbólico seria in-consequente.

Note-se que, após o assassinato de Jaramillo, ne-

nhuma das exigências da UP, para garantir um acto eleitoral normal, foram atendidos pelo governo (nomeadamente a possibilidade de adiamento do acto eleitoral).

A reunião plenária da UP em que foi reafirmada a op-

ção de não participação do acto eleitoral, realizou-se não apenas num difícil momento da vida política colombiana, mas também no quadro de uma complexa situação no interior da própria UP, de que acabaram de sair vários dos seus dirigentes, por divergências quanto à orientação política do movimento.

Comentando as razões desse abandono, Gilberto Vieira, secretário-geral do Partido Comunista Colombiano, disse na sua intervenção no plenário da UP: «Agora, os amigos estão empenhados na formação de um movimento com carácter exclusivista. Defendem que não há outro caminho para a Colômbia do que a luta no plano político. Antes fosse assim, mas são votos piedosos.

«O problema é que, na Colômbia, para abrir caminho às soluções políticas, é preciso primeiro conseguir o completo desmantelamento dos grupos de assassinos paramilitares e a depuração das Forças Armadas dos elementos comprometidos com a guerra suja contra o povo colombiano».

O secretário-geral do Partido Comunista Colombiano afirmou ainda que os comunistas colombianos estão convencidos de que «o futuro na Colômbia é de uma ampla frente para conseguir a saída democrática da crise institucional, de que a eleição de uma Constituinte popular pode ser uma importante etapa».

Também Oscar Duenas, o novo presidente da União Patriótica, sublinhou no seu relatório a importância da unidade entre as forças democráticas e de esquerda, o papel do diálogo, a necessidade de paz.

«Sempre temos estado pela paz — disse Oscar Duenas no seu discurso no plenário da UP —, é necessário alcançá-la, são passos importantes o diálogo e a trégua bilateral; hoje a UP pede a presença das Nações Unidas e da OEA para que com os métodos que lhes são próprios colaborem na busca da paz na Colômbia».

A sucessão de assassinatos de candidatos presidenciais, a somar à longa lista de vítimas do terrorismo na Colômbia, são um facto que uma vez mais sublinha a necessidade de alcançar a paz. Os debates que se desenvolvem são em torno das vias para a atingir.



Uma imagem da mesa que dirigiu os trabalhos da última reunião plenária da UP. As acções terroristas aqui denunciadas, como impeditivas de uma campanha eleitoral normal, concretizaram-se entretanto em mais um assassinato

Carta aberta às forças revolucionárias da América Latina

«Nestes dias de aguda crise, de intensa ofensiva imperialista e de grandes potencialidades revolucionárias, decidimos fazer-vos chegar as nossas inquietações e reflexões sobre o complexo período que vivemos».

São estas as palavras introdutórias da Carta Aberta às forças revolucionárias e progressistas da América Latina, datada de Março passado, e firmada pelos dirigentes comunistas latino-americanos — Humberto Vargas Carbonell, do Partido Vanguardia Popular Costa-Rica; Rigoberto Padilla Rush, do Partido Comunista das Honduras; Narciso Isa Conde, do Partido Comunista Dominicano; Schafik Jorge Handal, do Partido Comunista de El Salvador; e Patricio Echegaray, do Partido Comunista da Argentina.

A carta faz uma análise, na perspectiva dos comunistas latino-americanos, quer

da «crise do sistema imperialista», quer da «crise de determinados modelos socialistas, seriamente afectados por um elevado grau de burocracia, centralismo, dogmatismo e outros factores estruturais e conjunturais». Põe naturalmente o acento sobre as realidades, preocupações e perspectivas do Terceiro Mundo em geral e da América Latina em particular.

«Nunca antes o nosso Continente e o Terceiro Mundo na sua totalidade tinham vivido uma crise tão profunda e generalizada», diz-se. Sublinha-se, por outro lado, que «O estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento da América Latina e do

Terceiro Mundo se repercute no imperialismo através de uma massiva emigração que leva ao seu próprio território os males provocados e ameaça a sua estabilidade social interna».

O documento afirma que «Estamos face a duas grandes crises: por um lado a crise do sistema capitalista mundial cuja existência é a causa dos agudos e dramáticos problemas que afectam a imensa maioria dos seres humanos, e por outro, da crise de modelos socialistas que se burocratizaram e se tornaram altamente autoritários e repressivos, afastando-se assim do ideal original que fundia a justiça social com a democracia para garantir um contínuo processo de aurosuperação».

Sublinhando que as forças revolucionárias e progressistas do continente devem «pensar com a sua própria

cabeça», a carta aberta sublinha: «A nossa renovação deve ter bem presente tudo o que há de positivo nas correntes renovadoras e democráticas à escala mundial, adequando-as às nossas condições particulares através de um grande esforço de elaboração própria e de busca da necessária originalidade. Os processos na Europa de Leste, com todos os seus aspectos positivos enquanto exemplos de democratização e de autodeterminação que contrastam com a opressão vigente na América Latina e Terceiro Mundo, respondem a condições e crises específicas e revelam desvios, debilidades e modelos que não têm que ser transplantados ou copiados».

A procura de «alternativas democráticas, revolucionárias e inovadoras», afirma-se como uma necessidade fundamental.



«(...)O povo de Lisboa levou a cabo no dia 1º de Maio uma das maiores e mais combativas manifestações até hoje realizadas contra a ditadura de Salazar(...)»

A partir das 5 da tarde começaram a concentrar-se no Terreiro do Paço e na zona da Baixa muitos milhares de manifestantes que a polícia não conseguia fazer dispersar. De momento a momento, novas massas de trabalhadores e jovens chegavam ao centro da cidade para tomar parte na manifestação. As 7 horas a Baixa estava ocupada por mais de 100 mil manifestantes que começaram a dar vivas à liberdade e a cantar em coro impressionante o Hino Nacional, deslocando-se com distícos para o Terreiro do Paço.

As companhias móveis da polícia, os esquadrões de cavalaria da GNR e as brigadas da PIDE lançaram-se então sobre a massa do povo para o fazer dispersar e tentando prender os manifestantes que mais se destacavam, mas encontraram pela frente uma enérgica resistência, conduzida por grupos de operários e de estudantes.

Travou-se uma luta violenta que se prolongou por várias horas. O centro da cidade, onde o trânsito fora cortado pela polícia, foi teatro de autênticas batalhas de rua que se tomaram mais duras sobretudo na Madalena, no Carmo, no Rossio e Martim Moniz. Com a selvajaria habitual, as companhias da polícia e os esquadrões da Guarda espalhavam indiscriminadamente homens, mulheres e crianças, lançavam granadas de gases lacrimogêneos e jactos de água suja sobre a multidão que recuava para se reagrupar de novo, gritando a plenos pulmões: «Morrá Salazar! Abaixo o fascismo! Assassinos!».

Respondendo à agressão, os manifestantes começaram a levantar as pedras da calçada e a lançá-las sobre a polícia e a GNR. Nalguns lados, destacavam-se as mulheres apedrejando a polícia e incitando os manifestantes a não recuar. Nem mesmo as rajadas de metralhadora assustavam o povo, pois os manifestantes deitavam-se no chão para escapar aos tiros e voltavam a avançar empunhando postes, ferros, correntes, placas das paragens, tudo o que podiam arranhar das ruas. Os feridos não se contavam só do lado dos manifestantes mas também entre as forças repressivas. Nos locais de maior luta, candeeiros, montras e vidraças ficaram estilhaçadas.

Foi no decurso de um destes combates que a polícia cefiou com uma rajada de metralhadora um grupo de seis ou oito manifestantes na Rua da Madalena. Além do jovem operário Estevão Giro [que caiu imediatamente, sem vida], outros manifestantes parecem ter morrido nesta covarde agressão que ainda aumentou mais a indignação.

Alguns polícias foram envolvidos pela multidão que lhes arrancou as espingardas e as despedaçou.

(...)Nas zonas centrais as manifestações e choques com a polícia prosseguiram até perto da meia-noite.»

(«Grande jornada do 1º de Maio!» - «Avante!», VI série, nº 316, 1ª quinzena de Maio de 1962)



«O 1º de Maio de 1962, assim como o 8 de Maio, ficaram para sempre na história do nosso Povo. Pela primeira vez, em grandiosas manifestações à escala nacional, o povo exige abertamente o fim do fascismo e mostra-se disposto a todos os sacrifícios para conquistar a liberdade política.

A criminoso e sangrenta repressão salazarista contra o povo desarmado tornou mais claro que o povo deve contar apenas com a sua força e que se deve preparar para combater e derrotar o aparelho repressivo fascista.

O caminho do levantamento nacional está aberto(...). Para isso é imperioso que a organização das massas se amplie muito, que se reforce a unidade das diversas correntes anti-fascistas e que se fortaleça rapidamente a organização anti-salazarista entre as Forças Armadas (...).

(«Acerca da nota do Secretariado do CC de 18 de Maio - «Avante!», VI série, nº 317, 2ª quinzena de Maio de 1962)



**Mais do que nunca
este grande 1.º de Maio
em 1990 e em Portugal
foi**

Um passo no futuro

Numa concorrida e poderosa manifestação de unidade e apego à luta, a CGTP comemorou por todo o País o 1.º de Maio de 1990.

Num «momento, particularmente importante para o futuro dos trabalhadores e de Portugal», como Carvalho da Silva assinalou no princípio da sua intervenção na Alameda em Lisboa, é na prática que se demonstra «a sinceridade e o empenho quanto à unidade», num ano que tem de ser, por motivos imediatos e de consolidação no futuro, «um ano de muitas reivindicações».

Não vemos a Comunidade Europeia «apenas como um mercado», destacou o coordenador da CGTP nas comemorações em Lisboa.

«Queremos que a CEE seja um meio para implantar a coesão económica e social na Europa. É esta a visão que nos distingue do Governo e das forças conservadoras europeias», acrescentou.

Depois de recordar que a situação no continente europeu e no mundo se transformou «radicalmente no último ano», Carvalho da Silva, que se encontrava acompanhado na Alameda por alguns dos mais destacados dirigentes da CGTP nos distritos de Lisboa e de Setúbal (USL, USS, CIL e CIS), traçou uma breve panorâmica do «novo quadro internacional, num mundo cada vez mais interdependente».

Esse quadro internacional — disse — «coloca também novas questões ao desenvolvimento económico e social no nosso país».

Para a CGTP-IN, se não transformarmos Portugal «num país moderno, solidário e desenvolvido», a nossa economia «corre o grave risco de se tornar ainda mais periférica e dependente».

Embora exista, sublinhou Carvalho da Silva, «uma situação de crescimento económico e uma boa

situação financeira das empresas» em Portugal, regista-se, ao mesmo tempo, «uma intensa ofensiva das forças conservadoras contra as transformações económicas, sociais e políticas construídas com o 25 de Abril».

A má aposta nos baixos salários

Depois de algumas referências sintéticas mas precisas ao «projecto político de Cavaco Silva», que confirma «um profundo desajusta-

mento com a realidade social, económica e política do País», o coordenador da Comissão Executiva da CGTP especificou o que se passa quanto «ao agravamento das desigualdades sociais e à deterioração dos serviços de saúde, de educação e de transportes». Isto a par duma «estratégia de baixos salários» inaceitável e injusta.

A aposta de Cavaco nessa estratégia «não tem qualquer justificação perante a situação económica e financeira do País e das empresas», ainda mais quando «o próprio patronato já reconheceu

que poderia aumentar os salários em mais de 85 a 95 milhões de contos, embora em troca de direitos essenciais e inalienáveis dos trabalhadores».

No seguimento dessa política de contenção salarial, disse ainda Carvalho da Silva, perder-se-á a aposta na melhoria da competitividade da economia portuguesa».

A política de baixos salários significa «a consolidação das estruturas arcaicas do nosso tecido pro-



Sobre a unidade

A questão da unidade mereceu compreensível atenção do dirigente da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, que a ela dedicou parte importante do seu discurso na Alameda.

Inclusivamente na perspectiva bem assinalada de que «os trabalhadores se sentem prejudicados com a divisão sindical», a CGTP propôs no 1.º de Maio, como «contributo» para um caminho de unidade do movimento sindical, à totalidade desse mesmo movimento «e, em particular, à UGT, a realização, em unidade, de acções assentes em quatro pontos».

Transcrevemo-los como constam da intervenção lida por Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CE do CN da CGTP-IN, no 1.º de Maio, em Lisboa:

«1.º Acções concertadas e convergentes em torno de questões concretas, ao nível das empresas e sectores de actividade, designadamente no âmbito da negociação co-

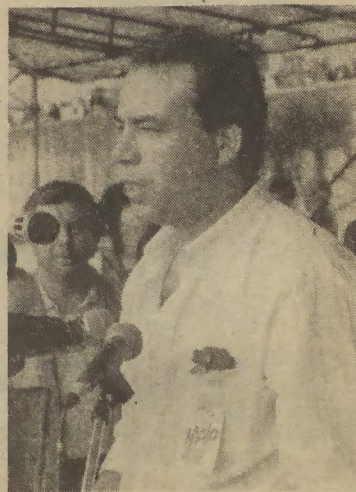
lectiva e da efectivação do direito à negociação no quadro das empresas.

«2.º Promover, ainda em 1990, uma acção comum, de grande envergadura, pela redução da jornada de trabalho.

«3.º Programar acções comuns que visam a concretização do conteúdo dos documentos de política social, assinados pelas duas organizações do Conselho Permanente de Concertação Social, em 19 de Setembro passado, em particular no que se refere à política de rendimentos e às pensões e prestações sociais.

«4.º Levar a cabo iniciativas e diligências comuns para pressionar a concretização efectiva do programa de acção para aplicação da Carta comunitária dos direitos sociais fundamentais.

Nada disto tem a ver, nem em nenhuma parte é referida ou aflorada a, ao que parece, tão propalada questão da «unidade sindical». ■



Um ano reivindicativo

ditivo, face às necessidades urgentes de modernização do País». Isso implica «o desenvolvimento de fenómenos como a precariedade social e a não solução da situação deplorável do ponto de vista social, que é o trabalho infantil».

Depois de algumas considerações oportunas sobre a modernização da nossa economia, Carvalho da Silva destacou, referindo-se designadamente às posições de Bruxelas, que a questão agora levantada «é mais que a livre circulação dos produtos, dos capitais, dos serviços e dos trabalhadores».

A questão agora levantada e que «se discute hoje na Comunidade», é a «**internacionalização dos instrumentos de política económica**».

Imediatamente a seguir Carvalho da Silva destacou:

«Temos a consciência daquilo que está em jogo e das forças e interesses que estão no terreno. Todavia, também vemos na interdependência crescente dos povos, no aprofundamento das suas relações sociais, políticas e económicas, grandes potencialidades de progresso, desenvolvimento e paz».

Ainda sobre o assunto, o coordenador da central afirmou que «é com este objectivo que encaramos a Carta dos Direitos Sociais Fundamentais. Uma Carta que obrigasse os patrões europeus a respeitar a dignidade dos trabalhadores. Só tem medo dum instrumento deste tipo quem não está interessado em respeitar os direitos mínimos de quem trabalha. Quem não está interessado numa sociedade solidária, mas sim numa sociedade assente na exploração».

Além de outros oradores, intervieram também no comício de Lisboa, Ulisses Garrido, do CN da CGTP e da Executiva da União dos Sindicatos (USL), bem como Humphrey Maxegwana, dirigente da Central Sactu, da África do Sul.

O Conselho Nacional da CGTP-IN deu neste Primeiro de Maio demorada atenção, não só ao balanço da luta ultimamente desenvolvida, mas sobretudo ao ano em curso, pois 1990 «tem de ser» (...) «um ano de muitas reivindicações». No comício da Alameda, depois do desfile iniciado no Martin Moniz, o coordenador da central referiu-se com algum pormenor aos cinco pontos reivindicativos gerais que constituíram o lema das comemorações. Nesse âmbito foi marcada para a última semana de Junho uma **jornada de luta pela semana das quarenta horas**; reafirmou-se a necessidade de **aumentos salariais de 16 a 18 por cento**,

da **actualização semestral do salário mínimo**, do **aumento intercalar das pensões e da alteração da sua base de cálculo** (o objectivo é aproximar pensões e salários); defende-se o **exercício dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores**; e, por último, defende-se também «o grande objectivo de luta» que é a **actualização salarial dos trabalhadores da Administração Pública e a melhoria das suas condições de vida e de trabalho**.

20 anos de luta

Nos comícios comemorativos do 1.º de Maio, além do seu centenário,

foram lembrados os 20 anos de vida que a antiga Intersindical, hoje CGTP-IN, comemora em Outubro próximo.

Manuel Carvalho da Silva disse em Lisboa:

«Nascemos em pleno regime fascista, por vontade de sindicalistas de várias tendências.

«Diferentes concepções, mas todos unidos no objectivo, então imediato de pôr fim à ditadura e na perspectiva da luta pelo fim da exploração do homem pelo homem.

«Somos democratas desde o tempo em que assumi-lo se pagava caro e alguns de nós pagaram.

«Temos uma vivência plural, desde a nossa origem, por apego ao princípio da unidade e por imposição das circunstâncias do período em que nascemos.

«Esse carácter plural da CGTP-IN é um dos factores mais enriquecedores e dinâmicos da nossa vida, porque assenta em princípios de classe e é uma garantia da sua autonomia e da sua democracia.

«Implementámos a liberdade, a democracia e o progresso social, defendemos e defenderemos o 25 de Abril».

Depois de algumas referências à luta da central a vários níveis, pouco antes de terminar a sua intervenção em Lisboa, Manuel Carvalho da Silva revelou que se filiaram na CGTP-IN, nos últimos três meses, «mais 28 603 trabalhadores».

Entretanto e à semelhança do que sempre tem sucedido desde que foi criada, a UGT celebrou a data do 1.º de Maio em várias cidades do País. ■



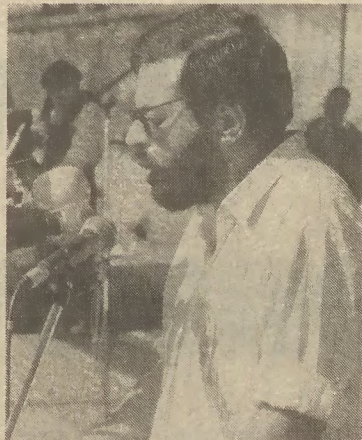
«Conseguimos, a nível salarial, que os resultados tenham sido quase o dobro do tecto dos 6 por cento que o Governo queria impor; e este ano, o aumento do salário médio atingiu 14 por cento, acima das barreiras que se pretendia instituir (quer da inflação esperada — 9,5 a 10 por cento — quer dos 12 por cento correspondentes ao aumento da função pública)», disse Carvalho da Silva em Lisboa (na foto: um aspecto da Alameda durante o comício das comemorações deste ano na capital)





Humphrey Maxegwana, ao intervir pela Sactu da África do Sul

10
Maio



Ulisses Garrido, que falou na Alameda em nome da comissão organizadora das comemorações em Lisboa



No Porto Uma comemoração especial . CGTP presente em todo o País

As comemorações do 1º de Maio no Porto revestiram-se este ano de um significado muito especial. É que foi exactamente há cem anos, em 1890, que, pela primeira vez nesta cidade, no Monte Aventino, às Antas, se realizou uma manifestação, que segundo a imprensa da época, juntou 20 mil pessoas a evocar a data. Desde então as comemorações do Dia do Trabalhador, como referiu João Pacheco Gonçalves, da Comissão Executiva da CGTP-IN e Coordenador da União dos Sindicatos do Porto, «sempre se mantiveram como pontos altos da luta». «Mesmo nos períodos mais duros do fascismo, esta data assinala, apesar da repressão, sob a vigilância e perseguição da PIDE, mesmo assim os trabalhadores saíam à rua e assumiam o seu dia em jornadas de luta memoráveis».

A baixa do Porto encheu-se de novo de gente, em festa, de que já fazem parte os vendedores ambulantes que ali fazem feira dos seus produtos, e em luta, numa praça de grandes tradições e que aos trabalhadores pertence por direito reafirmado ao longo dos anos, antes e depois do 25 de Abril.

Já no dia 30 as comemorações se haviam iniciado, ao fim da tarde, com a deposição de flores junto às placas evocativas dos dois jovens mortos durante os trágicos acontecimentos do 1º de Maio de 1982. À noite, foi o espectáculo com a Orquestra de Jazz do Porto e o Grupo Maio Moço.

No dia 1, foi logo pela manhã o hastear das bandeiras dos Sindicatos, a já tradicional Corrida 1º de Maio e a Manhã Infantil. À tarde, a culminar as comemorações a grandiosa concentração/comício, o Desfile, e, a encerrar um espectáculo com a Ronda dos Quatro Caminhos.

«Fruto da política de direita seguida pelo Governo de Cavaco Silva, também no distrito do Porto, como no resto do País, se agravam a situação social e as desigualdades, levando a que a par de situações de riqueza e ostentação coexistam situações de extrema miséria», referiu a dado passo na sua intervenção João Pacheco Gonçalves. Sobre os contratos a prazo, lembrou que, no último ano, «mais de 90% das admissões feitas foram de trabalhadores não efectivos. Interrogando-se sobre os objectivos das privatizações do «Jornal de Notícias», da Aliança Seguradora, da Unicer, sobre as vantagens que trarão para os trabalhadores e para a população em geral, se trarão mais pluralismo e isenção na comunicação social, ou se os prémios dos seguros vão baixar, João Pacheco denunciou que «não é por má gestão ou resultados negativos que estas unidades são entregues ao grande capital». «Foram privatizadas exactamente porque são empresas de sectores importantes e fortemente lucrativas».

Reportando-se ao agravamento

das condições de concorrência para muitas pequenas e médias empresas de estrutura débil que acabam por encerrar, aquele dirigente sindical lembrou ainda que, nos últimos três anos, no distrito, encerraram mais de 150 empresas, levando à destruição de mais de 9000 postos de trabalho.

A encerrar as intervenções sindicais interveio Fernando Loureiro, membro da Comissão Executiva da GGTP-IN que se referiu à situação nacional e a luta dos trabalhadores que, em unidade, lhe tem respondido.

Uma moção, sintetizando as principais reivindicações dos trabalhadores no actual momento e, nomeadamente «a necessidade de uma alternativa política a este Governo que se imporá naturalmente como solução indispensável à sua satisfação», foi aprovada pelos milhares de trabalhadores que participaram na jornada de luta.

Além do Porto, Lisboa e Setúbal, a CGTP organizou comemorações em Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Miranda, Covilhã, Tortosendo, Coimbra, Lousã, Figueira da Foz, Oliveira do Hospital, Évora, Faro, Funchal, Horta, Leiria, Portalegre, Elvas, Torres Vedras, Ponte de Sôr, Felgueiras, Santarém, Torres Novas, Sines, Santiago do Cacém, Viana do Castelo, Vila Real, Chaves, Régua, Viseu, Lamego, Mangualde e Canas de Senhorim.

Alta Autoridade

O Sindicato dos Jornalistas, com sede em Lisboa, «congratulou-se vivamente» a semana passada com o veto do Presidente da República à lei do Governo sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social. Numa declaração pública, a direcção do SJ refere nomeadamente que aquele veto se fundamenta em razões «pertinentes». Além disso, a posição de Mário Soares neste caso «vem de encontro às objecções desde sempre colocadas à proposta do Governo» pelo próprio SJ, por estruturas profissionais ligadas ao Sindicato e por «sectores extremamente diversificados da opinião pública». Recorde-se que a lei, a ser aprovada, acaba com os conselhos de redacção, retirando-lhes as suas competências essenciais, não reconhece o Conselho de Imprensa, nem tão-pouco contempla a participação representativa dos jornalistas naquele órgão que, não sendo alterada a sua composição será não uma Alta Autoridade para, mas contra a Comunicação Social. Sublinha ainda o SJ que, ao prosseguir a sua luta contra a lei do Governo em causa, tem a «certeza de que jornalistas dignos desse nome só aceitarão sentar-se», ou seja, fazer parte desse órgão, desde que ele obedeça «a critérios inequívocos de independência e de respeito pelos direitos e liberdades fundamentais», como aliás refere o Presidente da República na sua mensagem de veto remetida ao Parlamento.

Greve assinala o Dia da Segurança Social

Segundo a comissão executiva (direcção) da FNSFP, o próximo dia 8, Dia da Segurança Social, será assinalado por várias acções de luta entre as quais avulta uma greve de 24 horas dos trabalhadores ajudantes de creches, vigilantes e outro pessoal que exerce funções educativas e pedagógicas em estabelecimentos oficiais dependentes da Secretaria de Estado da Segurança Social. A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública acrescenta que a greve se deve ao facto de o Governo «manter bloqueadas as soluções necessárias para a revalorização das carreiras profissionais, a redução do horário de trabalho e o reconhecimento das habilitações profissionais adquiridas».

Greve nos Correios

Denominada «greve geral nos CTT» pelos sindicatos representativos e designadamente pela FCT (Federação das Comunicações e Telecomunicações) e marcada para hoje e amanhã, esta acção de luta destina-se à correcção salarial, defesa da empresa e do respectivo Acordo colectivo (AE) e melhoria das Obras Sociais.

Educadores para a Paz

Foi constituído em 27 de Abril o Movimento dos Educadores para a Paz (MEP). Trata-se de uma associação portuguesa em que participam educadores de infância, professores do ensino básico, secundário e superior. Entre os objectivos anunciados pelo MEP, que tem a sua sede nacional em Lisboa (Rua Rodrigo da Fonseca, 56-2.) inclui-se o de «conscencializar» no sentido de que «a educação deve ser orientada para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e deve promover a fraternidade, a cooperação, a compreensão e tolerância entre todas as nações, raças e grupos religiosos». O MEP inscreve-se nas orientações da Unesco e da ONU.

Falta de ética profissional

A direcção regional de Setúbal do SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas) propõe-se divulgar hoje, em conferência de Imprensa naquela cidade, os motivos por que considera «reveladora de falta de ética profissional» a conduta de um inspector-delegado da IGT, cujo nome não menciona em nota de 27 de Abril, mas que — acrescenta — é sócio de uma empresa «com relações privilegiadas com uma firma» onde tem actuado, «enquanto representante da IGT, de forma escandalosa subserviente para com os interesses patronais».

Vigília

A direcção nacional do STAL (Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais) tem continuado a sua luta, principalmente através de vigílias junto da residência do chefe do Governo, como sucedeu mais uma vez sexta-feira passada e volta a suceder hoje. O STAL pretende negociar 12 por cento de aumentos salariais para o ano corrente, a regulamentação do diploma de vínculos, a questão da segurança do emprego e outras questões pendentes relacionadas com o NSR (Novo Sistema Retributivo) para a Função Pública. ■

Um Congresso em construção

Aduas semanas do início do XIII Congresso (extraordinário) do PCP, que se realiza de 18 a 20 deste mês no Pavilhão «Paz e Amizade», em Loures, intensifica-se a preparação dos pormenores em que, por vezes, só se repara quando se sente a sua falta. Para dar conta do que se está a fazer falámos com os camaradas Henrique Sousa e Romeu do Rosário, do secretariado técnico que desde o início de Fevereiro se ocupa das grandes pequenas questões de uma iniciativa que reunirá cerca de 2000 delegados durante três dias e 750 convidados por sessão.

O secretariado técnico para a preparação do Congresso, como o nome indica, é um grupo relativamente restrito; mas o trabalho por que é responsável envolve já umas dezenas de camaradas das mais diversas profissões, que asseguram serviços essenciais para o bom funcionamento do Congresso.

No total, entre arquitectos e artistas gráficos, electricistas e carpinteiros, técnicos de decoração, som ou limpeza e especialistas em oferecer toda a sua disponibilidade para o que seja necessário, o apoio ao Congresso envolverá mais de um milhar de comunistas e amigos do Partido.

Alojamentos

Uma boa parte dos esforços que, em particular, os camaradas da Organização Regional de Lisboa vão fazer é dirigida para ajudar os delegados de fora do distrito a resolver o problema do seu alojamento durante os dias do Congresso.

Nesta altura, com delegados já eleitos e quase com as malas feitas, é importante lembrar que os pedidos de alojamento (para quem necessite, naturalmente) devem ser feitos logo após a eleição, através das organizações.

Após a chegada (a Lisboa ou a Loures) o alojamento deve ser considerado como uma questão prioritária a tratar, quer no CT Vitória (quinta-feira, dia 17), quer no Pavilhão «Paz e Amizade» (durante os dias do Congresso).

Enquanto se intensificam os contactos para aumentar o número de camaradas e amigos que se dispõem a receber delegados, estão a ser estudadas diferentes possibilidades de assegurar o transporte entre o local do Congresso e os locais onde os camaradas fiquem alojados.

Procurar-se-á que em alguns centros de trabalho estejam, durante os dias 17 e 18, camaradas disponíveis para ajudarem a resolver qualquer questão inesperada — como a mais simples, que só é complicada à primeira vez: mostrar a um delegado o caminho para a casa onde vai ficar.

O melhor local...

Durante a conversa com os camaradas Romeu do Rosário e Henrique de Sousa foram salientadas as qualidades do pavilhão onde o XIII Congresso (extraordinário) vai decorrer e onde estarão cerca de 2000 delegados, 750 convidados por sessão, os camaradas dos turnos de apoio, os jornalistas.

O pavilhão «Paz e Amizade» foi escolhido depois de estudadas as outras possibilidades existentes na região de Lisboa. Foi o caso do Pavilhão Carlos Lopes, onde se têm realizado iniciativas semelhantes de outras forças (o mais recente foi o

congresso do PSD, com cerca de 800 delegados).

Seria possível utilizar o Pavilhão para a realização do XIII Congresso do Partido, mas com algumas desvantagens, tanto no interior (a impossibilidade de acesso a balcões e camarotes reduz os espaços de apoio ao Congresso e prejudica a necessária funcionalidade), como no exterior (área insuficiente para estacionamento e implantação de estruturas de apoio aos delegados e convidados).

Perante uma área semelhante para os trabalhos do Congresso, optou-se pelo Pavilhão de Loures, que apresenta melhores condições exteriores e dá mais possibilidades de aproveitamento de espaços de apoio no interior.

Mesmo assim, a capacidade do «Paz e Amizade» não permite albergar o número de convidados que gostaríamos e os convites distribuídos às organizações são em menor quantidade que noutros congressos do Partido e não dão resposta ao grande interesse de participação — lamentam os camaradas, recordando os justos protestos que já começam a chegar e sublinhando que o mal não é do Pavilhão, nós é que somos muitos.

E o facto é que, com a deterioração do Pavilhão Carlos Lopes e os condicionalismos de utilização da FIL, não há hoje em Lisboa um grande centro de congressos à disposição de todas as forças políticas, incluindo o PCP — constata Henrique Sousa e Romeu do Rosário.

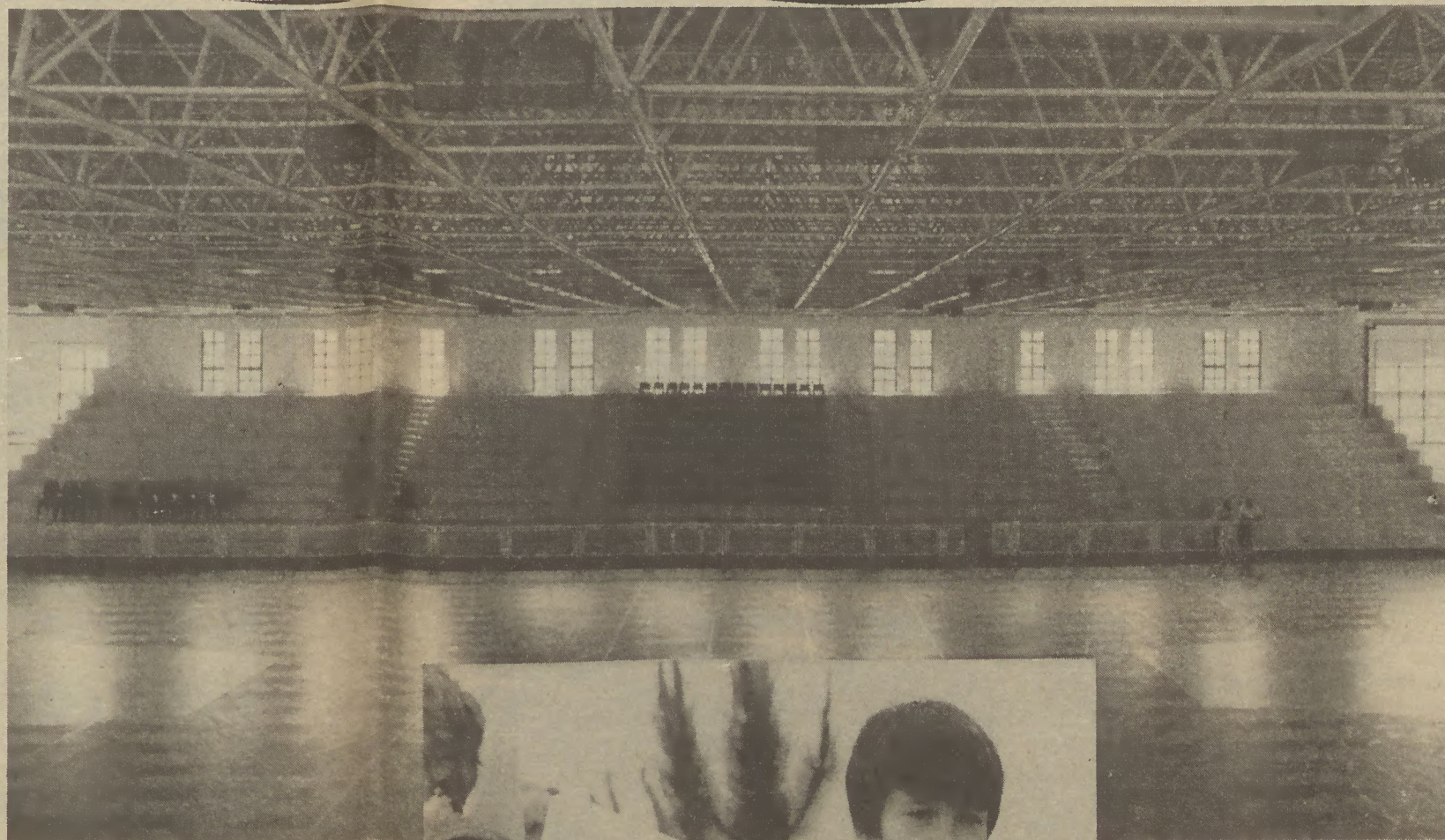
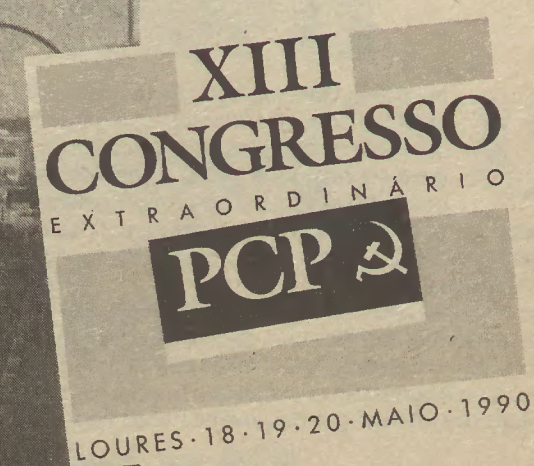
... aproveitado ao máximo

Devido à falta de espaço, não vai haver no XIII Congresso mesas de trabalho para os delegados, o que se procurará compensar aumentando a consistência das pastas, para que possam servir de base de apoio.

Além do local onde decorrerão os trabalhos do Congresso, no Pavilhão haverá ainda, no ginásio, uma sala de estar para delegados e convidados, onde estará uma exposição sobre os 12 congressos anteriores, o PCP, o seu projecto e a sua implantação. Ali, entre dois dedos de conversa, será possível obter de computadores informações sobre o Congresso, a história, a organização e os princípios do PCP, os Estatutos e o Programa.

A comunicação social terá um espaço próprio, considerado suficiente para que os jornalistas possam fazer um bom trabalho; haverá telex, telefax, telefones e terminais para as rádios, uma zona para briefings e encontros, um espaço para trabalho dos repórteres e um estúdio para televisão.

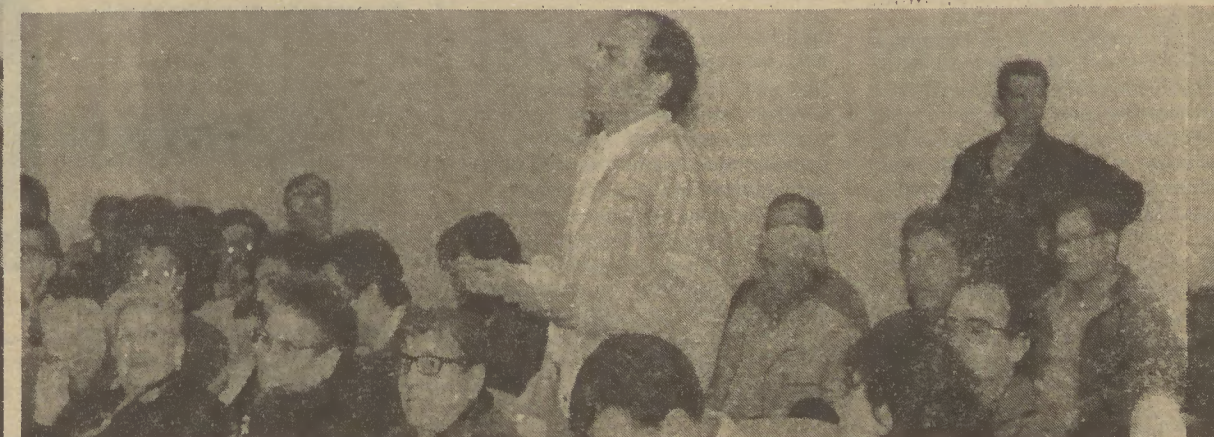
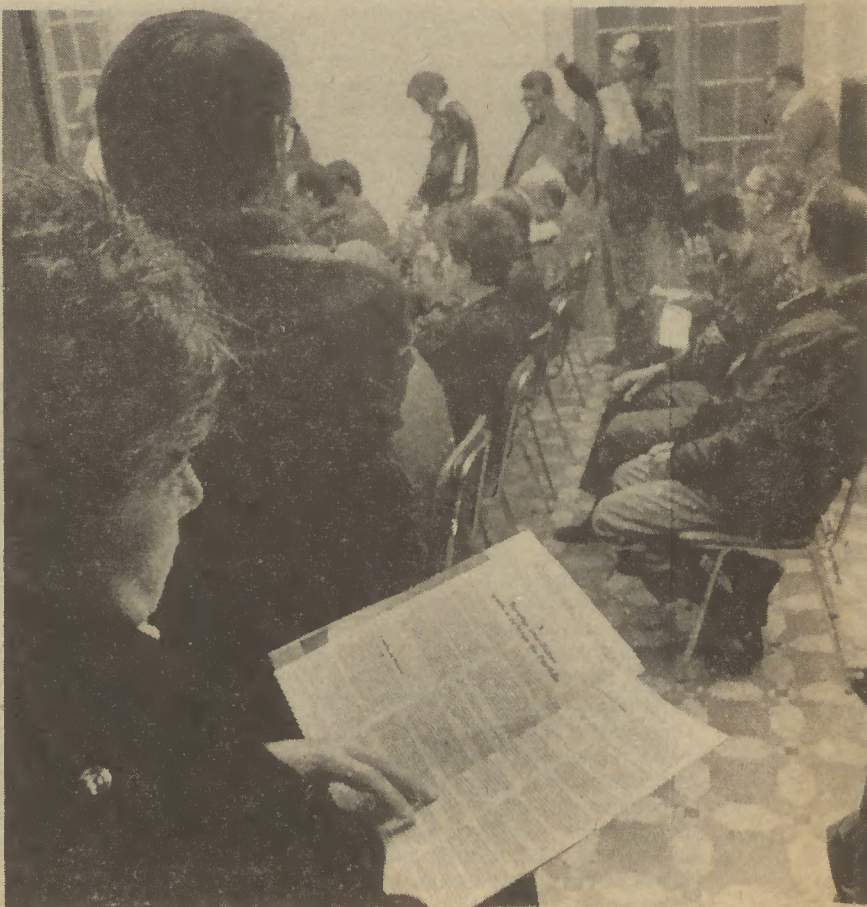
Funcionará permanentemente um posto médico (apoiado por estruturas como os bombeiros). Os delega-



dos terão ainda ao seu dispor um depósito para bagagens, telefones públicos, sanitários, quatro bares, quiosques de café, uma banca com livros e jornais, um pavilhão da Campanha dos 150 mil contos para a Festa do «Avante!» e um quiosque com recordações e ofertas.

Próximo do Pavilhão será instalado um restaurante de apoio, com capacidade para servir cerca de 1500 almoços por dia (ao preço de 400 escudos) a delegados e camaradas dos serviços. Também não muito longe (200 a 300 metros) ficarão dois grandes parques de estacionamento.

As condições são boas, há abertura de todos os responsáveis e instituições para responder às solicitações que fazemos. Mas há muito trabalho ainda por fazer e que exige o esforço de centenas de camaradas — como sublinha os camaradas do secretariado técnico para a preparação do XIII Congresso (extraordinário) do PCP. ■



Espaço precisa-se

O VII Congresso (extraordinário) do PCP realizou-se a 20 de Outubro de 1974 no Pavilhão dos Desportos de Lisboa. O VIII teve lugar de 11 a 14 de Novembro de 1976, na Feira Internacional de Lisboa, e o comício de encerramento foi no Campo Pequeno. O IX Congresso decorreu no Pavilhão da Quimigal, no Barreiro, de 31 de Maio a 3 de Junho de 1979. O XI (extraordinário) realizou-se no dia 2 de Fevereiro de 1986, no Pavilhão da Académica da Amadora. No Palácio de Cristal do Porto tiveram lugar o X e o XII Congressos, nos dias 15 a 18 de Dezembro de 1983 e 1 a 4 de Dezembro, de 1988, respectivamente. Em Lisboa, com a deterioração do Pavilhão Carlos Lopes e os condicionalismos de utilização da FIL, não há hoje um grande centro de congressos à disposição de todas as forças políticas, incluindo o PCP — constata Henrique Sousa e Romeu do Rosário, do secretariado técnico para a preparação do XIII Congresso (extraordinário) do Partido. ■

Nas iniciativas preparatórias do Congresso participaram, segundo o balanço divulgado pela Comissão Política do CC, cerca de 30 mil militantes. O prazo para apresentação de propostas de alteração às Teses termina no dia 7, enquanto a eleição dos delegados deve ficar concluída dia 13. Intensifica-se também o trabalho de divulgação pública do Congresso.

Medalha do Congresso

A medalha que assinala a realização do XIII Congresso (extraordinário) do Partido (e cuja face anterior aqui reproduzimos) estará à venda em Loures nos dias 18, 19 e 20 deste mês.

A medalha tem um diâmetro de 80 milímetros e na sua face posterior foram cunhadas 12 mini-torres que simbolizam os congressos realizados desde a fundação do Partido.

Foi feita uma edição de 500 exemplares, numerados. Desde já, os interessados podem assegurar a aquisição da medalha (por 1200 escudos) inscrevendo-se nos centros de trabalho do PCP. ■

Encontro nacional reclama

Estabilidade e dignidade

para jovens trabalhadores

Uma política de emprego que responda aos problemas da juventude trabalhadora tem que garantir a estabilidade e dignificar o papel dos jovens nos locais de trabalho, pelo que deve ser revogada a lei dos despedimentos e dos contratos a prazo, deve ser assegurado o funcionamento eficaz da Inspeção de Trabalho e devem ser garantidos os direitos legais, contratuais e de participação sindical - defende a Juventude Comunista Portuguesa.

No encontro nacional de jovens trabalhadores comunistas, realizado na sequência das decisões do 3º Congresso da JCP - no passado domingo, em Lisboa, foram feitas outras propostas e análises e foi eleita uma comissão nacional que deverá dar sequência à linha de reforço da intervenção dos jovens trabalhadores comunistas.

O encontro contou com a participação de uma centena de camaradas de vários distritos e da RA da Madeira, que debateram a situação laboral dos jovens trabalhadores portugueses, as propostas da JCP para uma política que tenha em vista a resolução dos problemas, bem como as vias para afirmar e aprofundar essas propostas junto da juventude trabalhadora; na sequência da discussão sobre as formas de intervenção e organização dos jovens trabalhadores comunistas, foi criada a comissão nacional que, com as três dezenas de camaradas que a integram, dos quais 14 têm menos de 20 anos, vai a partir de agora ter um papel fundamental na dinamização e coordenação do trabalho para aprofundar as decisões do Congresso da JCP e levar a cabo as tarefas apontadas no encontro de domingo passado.

Nesta iniciativa, em que participou a camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do Partido, foram aprovadas várias moções e saudações: sobre política de habitação, o 1º de Maio, o XIII Congresso (extraordinário) do PCP, a necessidade de intensificar o recrutamento, a possível edição de um «Guia do jovem trabalhador».

Emprego precário e desemprego

Da população juvenil, mais de 60 por cento está integrada na população activa, refere o documento que serviu de base à discussão e que condensou as conclusões do encontro nacional de jovens trabalhadores comunistas. A situação daqueles jovens é marcada pela proliferação de várias formas de emprego precário (contratos a prazo, recibos verdes, trabalho - com contrato ou sem ele - à hora, à peça, à tarefa), que os jovens são forçados a aceitar face a uma situação em que, a uma formação profissional que desemboca no desemprego, se acrescenta a diminuição da protecção social aos jovens desempregados, dos quais apenas 6 (seis) por cento recebem subsídio de desemprego; além disso, pouco mais de 200 (duzentos!) jovens receberam o subsídio de inserção na vida activa.

A estes problemas o Governo e a direita tem respondido com medidas ideológicas e com respostas enganosas, parciais e superficiais - constata a JCP. Embora conjunturalmente estas medidas atenuem tensões e problemas, elas geram ilusões e expectativas, estimulam valores negativos como o individualismo e o *salve-se quem puder*, e não respondem às necessidades reais.

Assim, os problemas não são resolvidos, antes se agravam: a taxa de desemprego juvenil é actualmente de **12 por cento**, o dobro da taxa global; o emprego precário atinge **70 por cento** dos jovens que trabalham. «O capitalismo, aproveitando a situação exis-

tente, usa e abusa da necessidade que os trabalhadores têm de subsistir, sendo, naturalmente, as camadas mais jovens as mais penalizadas» - denunciam os jovens comunistas no documento.

A precariedade de emprego leva ainda a um problema que no encontro foi retratado assim: «os jovens hoje são serventes, amanhã ajudantes de seralheiro e depois qualquer outra coisa, saltando de local em local, de firma em firma e de profissão para profissão, sem se especializarem».

Para além de prejudicar a valorização profissional, a precariedade limita a capacidade reivindicativa dos jovens trabalhadores, enquanto o patronato a utiliza como instrumento para não cumprir os direitos estabelecidos na lei e nos contratos colectivos (salários, segurança social, férias e descanso semanal, estatuto do trabalhador-estudante).

A par disto, recorda-se no documento, a exploração de mão-de-obra infantil continua a ser um dos mais graves problemas sociais.

Programas e formação

No encontro foi debatida a política de formação profissional do Governo, considerada, nos seus traços gerais, como «desinserida de uma clara perspectiva de desenvolvimento económico, social e cultural do País, sendo antes uma amálgama de acções, muitas delas sem qualquer fio condutor».

A JCP, entendendo que «a formação profissional, inicial e contínua, é um direito dos trabalhadores e, particularmente, dos jovens», reclama a elaboração de um plano nacional nesta área, como aliás é exigido pela Lei de Bases do Sistema Educativo.

Os direitos dos jovens envolvidos nas acções de formação também devem ser efectivamente respeitados, aplicando-se a legislação em vigor.

O respeito pelos direitos dos jovens é também exigido no que se refere aos programas ocupacionais, surgidos com a entrada na CEE e através dos



quais «o Governo criou uma imagem indicadora de desenvolvimento e progresso». Também aqui - referem os jovens trabalhadores comunistas, citando os OTJ, IJOVIP e outros programas - as coisas se passam «de forma anárquica, permitindo-se a fraude, a utilização abusiva pelas entidades empregadoras, sendo mesmo factor contrário ao fim a que se destinam», carecendo, em particular de uma vertente formativa.

Na realidade, afirma-se no documento do encontro nacional, «com os dinheiros do Estado as entidades empregadoras satisfazem as suas necessidades de produção com mão-de-obra a baixo custo, acrescida dos bónus fiscais, não gerando, no entanto, emprego efectivo».

A JCP defende que seja garantido contrato efectivo aos jovens que forem admitidos no fim dos programas e assegurado o subsídio de desemprego a quem fique de fora. Devem ainda ser assegurados a quem participa nos programas de ocupação o respeito pelo estatuto do trabalhador-estudante e o direito à assistência médica. ■



Para uma política de emprego

A solução dos problemas com que a juventude se defronta no mundo laboral passa, de acordo com as propostas aprovadas pelos jovens trabalhadores comunistas no seu encontro nacional, por:

- garantir a estabilidade no emprego, através da revogação da lei dos despedimentos e contratos a termo (a prazo) e do funcionamento eficaz da

Inspeção do Trabalho na fiscalização das condições de laboração;

- dignificar o papel dos jovens no emprego, garantindo a efectivação dos seus direitos legais, contratuais e de participação sindical;
- melhorar os salários, designadamente o salário mínimo, e garantir o princípio a *trabalho igual, salário igual*;
- assegurar a protecção social no desemprego, abrangendo os jovens

que procuram o primeiro emprego, revendo a respectiva legislação e o subsídio de inserção na vida activa;

- acabar com a exploração de mão-de-obra infantil, por meio da fiscalização e também do combate aos factos de ordem social que estão na sua origem;

- aplicar totalmente a resolução da Organização Internacional do Trabalho que define os 16 anos como a idade

mínima de entrada no mundo do trabalho;

- garantir o direito efectivo à sindicalização e o exercício dos direitos sindicais nas empresas;
- pôr fim à utilização abusiva dos contratos a prazo;
- aplicar, efectivamente, o Estatuto do Trabalhador-Estudante;
- estabelecer em 40 horas a duração máxima da semana de trabalho. ■

Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria não tem papas na língua:

«A falta de diálogo com a lavoura é o pão nosso de cada dia»

Um conjunto de graves problemas da agricultura, face aos quais tem sobressaído a incompetência governamental (frequentemente aliada ao desprezo ou às falsas promessas), levou a Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria à realização de diversas acções de protesto e de mobilização dos homens e das mulheres da lavoura e de entrevistas, encontros e audiências com entidades oficiais e com as direcções distritais das principais forças políticas. No caso do PCP, esse debate foi mais longe. E incluiu também um encontro com o secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal, num recente domingo em que se deslocou a este distrito no âmbito do trabalho preparatório do XIII Congresso (Ext.) do PCP.

A reunião com o dirigente comunista teve lugar no Centro de Trabalho do PCP, na cidade do Lis, e contou com a presença de uma vintena de agricultores. Nota saliente deste encontro, que registou também a participação do camarada António Orcinha, membro suplente da Comissão Política e responsável da Direcção Regional do Partido (DORLEI), foi a vivacidade e a frontalidade postas pelos agricultores, sector da população activa que tem encontrado no Partido apoio e solidariedade nas importantes lutas que têm travado, neste caso concreto envolvendo a região do oeste.

Os motivos dos protestos e da luta

Os problemas relatados ao secretário-geral do PCP não cabem num apontamento como este. Mas vejamos, em breves palavras, alguns deles.

Por exemplo: queixam-se da concorrência estrangeira na fruta, dos elevados preços da rede de frio e de outros aspectos: Os viveiros não forneceram as plantas adequadas, os espanhóis levaram grandes quantidades de pera rocha para depois «nos fazerem concorrência», etc.

Quanto ao leite os agricultores lembram que o seu preço baixou à produção no actual período sazonal e alertam para a possibilidade das classificações viciadas por parte das empresas de recolha, uma vez que a lavoura não tem qualquer participação nas análises do leite e na qualidade das rações. Outro motivo de séria preocupação está relacionado com as cotas de produção para 1991.

No vale do Lis registaram-se fortes inundações por falta de limpeza do rio. A lavoura acusa a Hidráulica do Mondego. Os prejuízos foram elevados, especialmente para cerca de 20 agricultores da região, que ficaram numa situação «muito difícil», abandonados e esquecidos pelas estruturas oficiais.

Na pecuária os protestos não são menores. Os produtores de suínos lembram que as ordens de encerramento das feiras não foram acompanhadas de medidas alternativas. Resultado: «aos suinicultores mais não restou do que ficarem com os animais, esperando por alguém interessado na compra».

Os protestos dos agricultores não ficam por aqui. Alertam para as consequências da importação de vinhos, preocupam-se com o silêncio das adegas cooperativas e da FENADEGAS. Afirmam que os fundos comunitários não têm chegado à lavoura do minifúndio. Queixam-se da falta de créditos.

Quanto à orizicultura, sublinham que «as importações de arroz têm provocado a baixa de preços na

produção e que a possibilidade da sua descida real em pelo menos 20% é devida à equiparação dos preços comunitários».

Os agricultores chamam também a atenção da opinião pública para o descontentamento popular face ao regulamento do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, sem prévia discussão com as populações rurais. Um parque que, referem os agricultores, pode vir a possibilitar a prática de caça grossa (javalis, veados, etc.).

A Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria comenta outras situações: «o subsídio de gasóleo não é atribuído de forma justa, beneficiando os agricultores que possuem máquinas de grande potência, prejudicando os agricultores que só têm máquinas mais pequenas».

A lavoura no distrito de Leiria tem homens e mulheres que, independentemente das suas opções políticas na hora de votar, não desistem da luta pela resolução dos problemas. «Continuaremos a reclamar», garantem. E sublinham: «A falta de diálogo com a lavoura é o pão nosso de cada dia, privilegiando-se as orgahizações que são do agrado do Governo e marginalizando-se as organizações dos agricultores rurais»... ■

• Encontro com o secretário-geral do PCP



Agricultores da região de Leiria em encontro com o secretário-geral do PCP

8 reclamações fundamentais

Os agricultores da região de Leiria e suas organizações representativas avançam no concreto as seguintes reclamações:

- 1 — Abertura das feiras de suínos, ou, então, uma alternativa credível;
- 2 — Não ao abaixamento do preço do leite; não às cotas leiteiras em 91; classificações do leite com a participação da lavoura;
- 3 — Não à importação de vinhos e carne, sem estarem garantidos o escoamento da nossa produção;
- 4 Atribuição de indemnizações aos agricultores lesados pelo Rio Lis, considerando-se alguns casos de excepção;
- 5 — Que os fundos comunitários sejam atribuídos aos verdadeiros agricultores para desenvolvimento da agricultura;
- 6 — Que se estabeleça uma política de diálogo com a lavoura e suas organizações de acordo com a representatividade de cada uma;
- 7 — Que o Regulamento do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros seja discutido com os agricultores através das suas organizações representativas;
- 8 — Alargamento dos prazos da adesão comunitária, no âmbito da agricultura portuguesa. ■

Solidariedade do PCP desde a 1.ª hora

No encontro com o secretário-geral do PCP a delegação dos agricultores de Leiria falou dos seus problemas. Da parte do Partido registaram-se palavras de compreensão pelas lutas que aquele sector desenvolve, na defesa dos seus justos direitos. Significativa é a nota que a DORLEI (Direcção Regional do PCP) entregou aos agricultores:

A Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP desde a primeira hora que está atenta e solidária com a luta dos agricultores, em defesa dos seus interesses e da agricultura.

Procurando interpretar os justos anseios e reclamações dos agricultores do nosso distrito, apoiamos e temos tomado posições na Assembleia da República, nas autarquias, na Comunicação Social, junto da opinião pública em geral, sobre:

— A luta dos agricultores da Benedita contra o encerramento do mercado ao domingo;

— As justas lutas dos agricultores e particularmente dos produtores de gado suíno contra o encerramento das feiras de gado em vários concelhos e freguesias do distrito;

— A grande luta dos agricultores do Oeste com destaque para os fru-

ticultores que justamente pretendem ver os seus interesses acautelados;

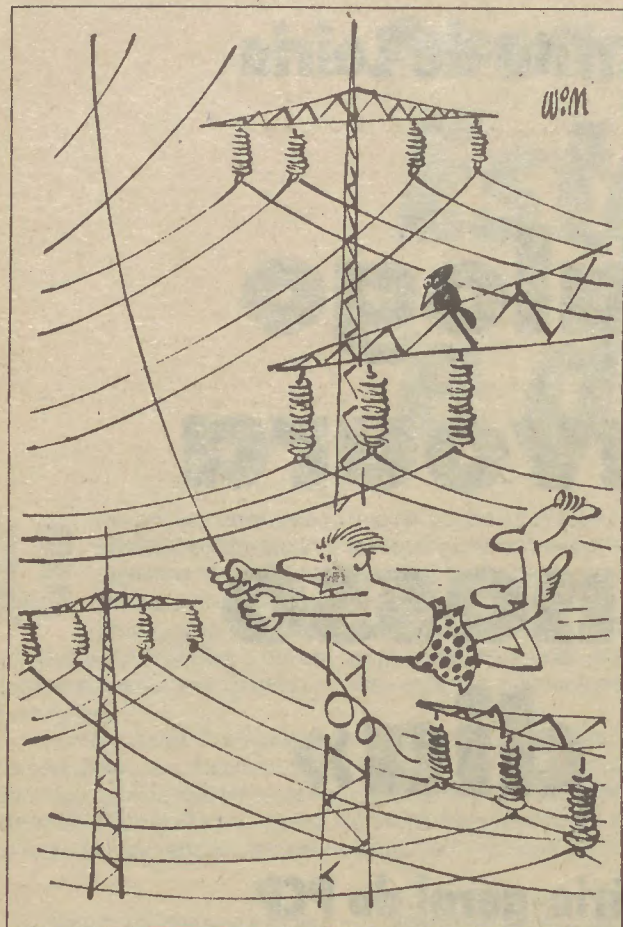
— As recentes lutas dos produtores de suínos que no concelho de Pombal lutam contra o encerramento das feiras de gado, por uma alternativa que permita sem prejuízo para os agricultores a comercialização do gado;

— A luta dos agricultores da zona do Vale do Liz que, recentemente, se deslocaram nas suas máquinas agrícolas à Região Agrária para apresentar as suas reclamações;

— As reclamações da lavoura pelo pagamento do subsídio de gasóleo, as indemnizações, a abertura de crédito, contra os altos custos dos factores de produção;

— Os problemas do leite, do arroz, do vinho, da fruta, da carne, etc.

A Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP garante à delegação da Federação Distrital dos Agricultores do Distrito de Leiria que os vossos problemas, reclamações e anseios serão tidos em conta pelo PCP e tomaremos posição nos órgãos em que estamos representados e na nossa actividade geral. ■



Recuos

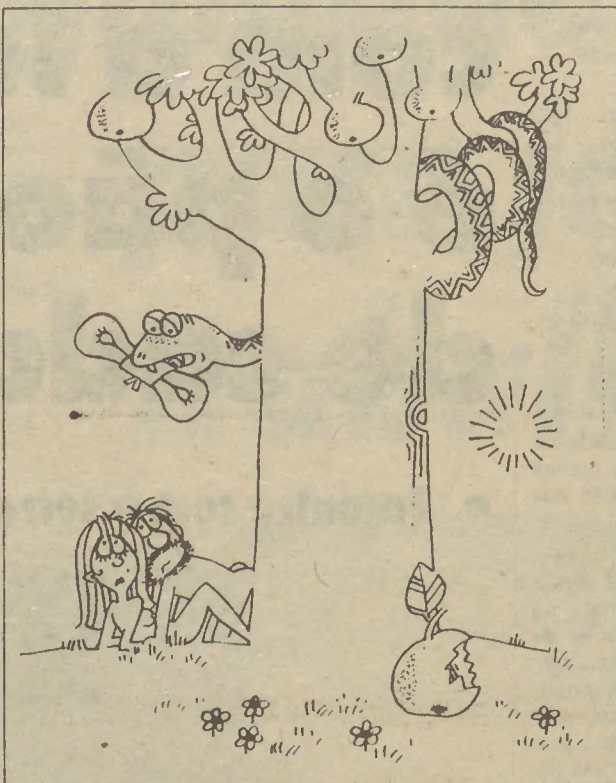
Margaret Thatcher tem sido o ídolo para um certo tipo de gente, desde os neofascistas que tentam recuperar posições fingindo que são pessoas, passando pela direita tradicionalmente muito cristã e liberal e acabando nos que viajaram pela esquerda em momento romântico da vida até se apearem num «pragmatismo» qualquer — thatcheriano ou não. Para todos a primeira ministra britânica tem servido de bandeira, ora porque recuperou não sei o quê, ora porque dinamizou isto e aquilo, ora porque pôs na ordem não sei quem. Entretanto há um fascínio comum, que alastra mesmo para franjas de convictos democratas, que incide no «carácter firme» da senhora, aliás abundantemente comprovado desde que subiu ao poder, quer deixando morrer grevistas da fome irlandeses, quer lançando o país numa guerra monstruosamente demagógica com a Argentina, quer arruinando a qualidade de vida da maioria da população. Em qualquer circunstância, a «dama de ferro» soube sempre fazer juz ao epíteto.

Mas pelos vistos até o ferro das primeiras ministras enferruja, e aí temos a indomável Thatcher a fazer o que jamais experimentara, como governanta da Grã-Bretanha: recuar. Está a fazê-lo a propósito do imposto camarário que tanto descontentamento provocou no país, não porque finalmente tenha ficado sensível à vontade e aos anseios populares, mas porque se aproximam eleições e há que procurar «amaciá-lo» o eleitorado. Por isso consta que o seu governo está a «ponderar» a hipótese de retirar o imposto. Portanto à boca das urnas até as damas de ferro se amoldam, nestas abençoadas democracias burguesas. O facto de ser só para defender o poleiro não lhe retira mérito, evidentemente...

Quedas

Um artigo do «New York Times» publicado no «DN» afirmava que «a História está a precipitar-se rapidamente sobre Ronald Reagan. Quinze meses depois de ter cessado funções rodeado por uma aura de apreço público, é hoje, cada

Pontos Cardeais



vez mais, identificado com a ganância, a corrupção e a conspiração». Dos vários exemplos apontados, alguns são grosseiramente significativos; por exemplo «no Outono passado Reagan foi ao Japão a troco de uma gratificação de dois milhões de dólares, paga por um grupo empresarial do sector das comunicações. Para muitos, entre os quais se contam republicanos, isso pareceu-se desagradavelmente com uma retribuição por políticas favoráveis durante o seu mandato». Entretanto «a sua administração fez tudo o que pôde para enfraquecer a intervenção governamental através da alteração das leis e da nomeação de legisladores invertebrados», sendo «o exemplo mais desastroso desta regulamentação frouxa a euforia das poupanças e dos empréstimos, que vai custar centenas de milhares de milhões de dólares aos

contribuintes. E também há a corrupção no Departamento de Construção e Desenvolvimento Urbano, de que ainda agora se levantou o véu». Só se espanta quem quer. Se «a História se está a precipitar rapidamente sobre Ronald Reagan», nada disto ocorre sob qualquer precipitação — é normal na história do capitalismo. Que, por isso mesmo e pensem o que quiserem as cabeças baralhadas que por aí andam, têm também a sua queda prevista. Precipitada ou não.

Embaraços

O presidente dos EUA, George Bush, afirmou-se «embaraçado» pelo atraso na aprovação da prometida ajuda ao Panamá por parte do Congresso norte-americano, um pacote de 420 milhões de dólares que irão «compensar» aquele país centro-americano pelos prejuízos causados pela «acção militar» americana para prender Manuel Noriega. Os EUA só não se «embarçam» quando se trata de invadir outros países.

Moedas

A nova moeda de cem escudos está a causar celeuma, já não pelo facto de ser tão pequena que se confunde com outras ou custa a identificar-se, mas porque, segundo algumas reclamações, ocorrer por vezes uma separação entre as duas ligas metálicas que a compõem. A Casa da Moeda desmente a possibilidade, cita testes feitos e garante que «é preciso bater de propósito e com muita força para que isso aconteça», sendo estes casos «estatisticamente irrelevantes». Não percebemos tanta preocupação. Com os novos aumentos dos combustíveis e de tudo o mais que o Governo se prepara para fazer no sentido de, mais uma vez, nos melhorar a qualidade de vida, ninguém vai de certeza andar para aí a partir moedas — já basta o esforço a procurar arranjá-las.

Gazetilha

por Ignotus Sum

Sugestão

O Governo diz que tem como nunca teve ninguém entre os anseios primeiros a ideia de ajudar bombeiros: mangueiras, carros, helicópteros, aviões, misseis, magyus, todas as munições e até — solução memoranda! — trombones e clarinetes para a Banda!

Agora, afinal, se o Governo, entre as promessas que apareceram, pagasse às famílias dos bombeiros que morreram? Que tal?...

O índice da Figueira

Desce, desce a cotação
Na Bolsa a coisa está preta.
Cotação cota de cão
sem força chupa na teta...

Para os capitais estrangeiros
aquilo é pilim em caixa.
Até os Trinta Dinheiros
estão com o índice em baixa...

Alcochete

Em Alcochete, retiro
de aves que vão mais alá,
temem que o Campo de Tiro
fique maior do que está.
Em Alcochete, retiro
de aves que vão mais alá...

O povo não quer mais tiro
do que aquele que lá está
e o que o povo quer não há
quem lho risque do papiro.
O povo não quer mais tiro
do que aquele que lá está.

Mais do que este só o tiro
só o tiro-líro-lá...

Tudo em família...

O Barreto deu barraca
pois a carne é sempre fraca.
No Alentejo é pataca
a mim, pataca a ti, pataca...

O tramanço que ali vai
de ninguém é ignorado.
A coisa já chega ao pai
de um secretário de Estado...

O agrário canta o fado.
Também no fado embarcou
um secretário de Estado
do estado... a que isto chegou...

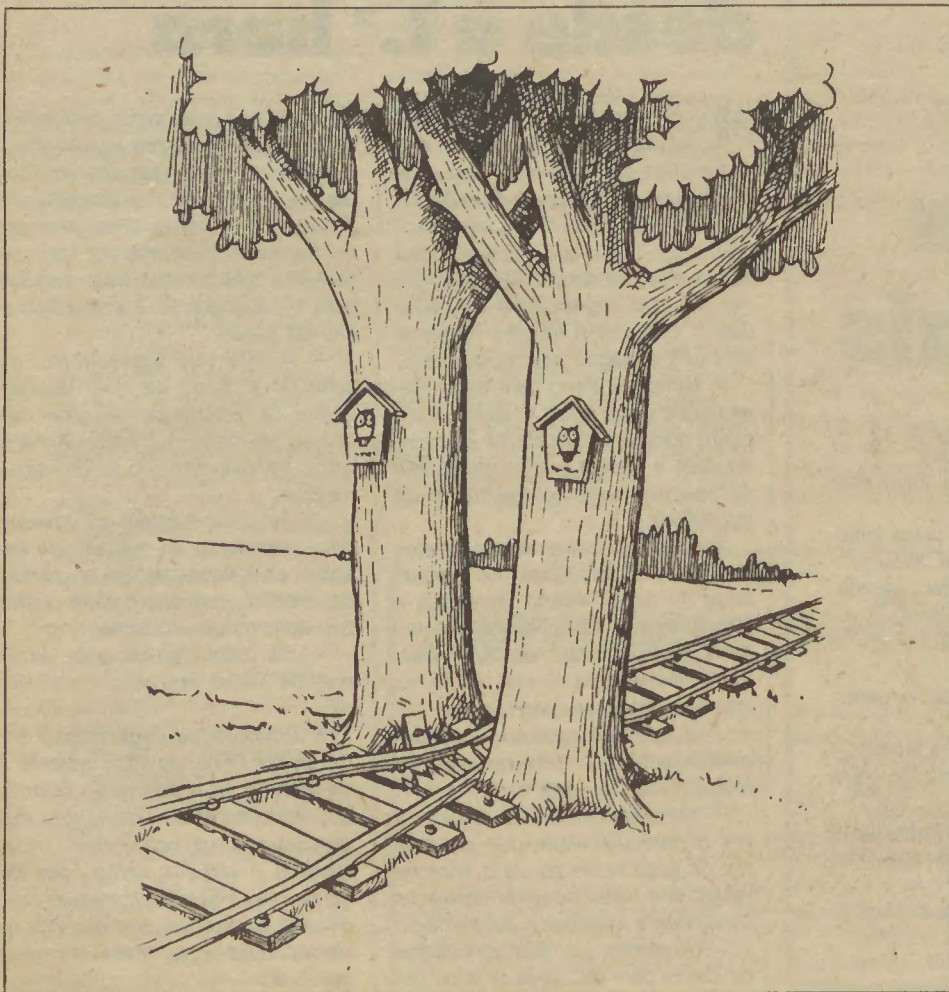
Soneto

Um ministro saiu, logo outro veio.
De decisões assim eu gosto à brava.
Só que o membro do veio já lá estava
já risonho mamava no áureo veio.

Mas que grosso farnel! Que farto seio!
É sempre do vulcão a mesma lava.
Assim, nenhuma agitação se cava
governo é do governo um bom esteio...

Pois venha alguém colega de outro alguém
para o lugar de alguém, em nédia troca,
uns outros, outros uns, unzoutros... Bem,

passam ali os muitos, mútuos medos
bonecos que Cavaco, na baldroca,
manipula, inseguros, entre os dedos...



Congresso/

Avante!

Ano 60 — Série VII
N.º 853

3 de Maio de 1990

4.º Caderno

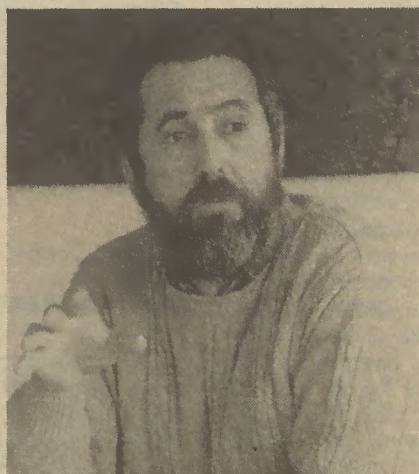
Não pode ser vendido
separadamente



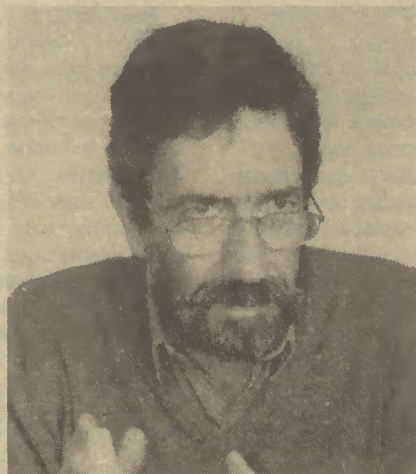
Mesas Redondas

INTEGRAÇÃO EUROPEIA E CAPITAL ESTRANGEIRO EM PORTUGAL

Uma estratégia de defesa dos interesses nacionais



Agostinho Lopes, suplente da Comissão Política do CC do PCP



Sérgio Ribeiro, deputado na Assembleia da República



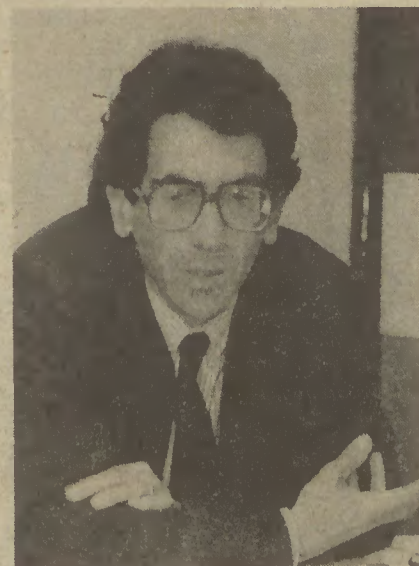
Barros Moura, deputado no Parlamento Europeu



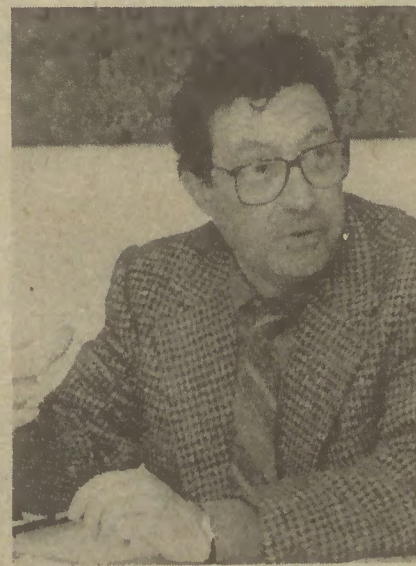
Carlos Carvalhas, suplente da Comissão Política do CC do PCP e deputado no Parlamento Europeu

MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS, VALORES E PADRÕES SOCIAIS

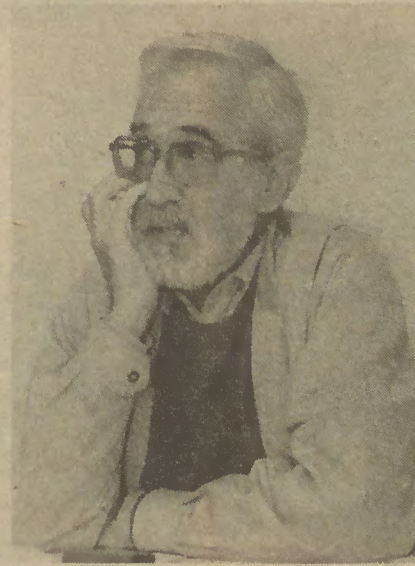
Os problemas da comunicação... e os outros...



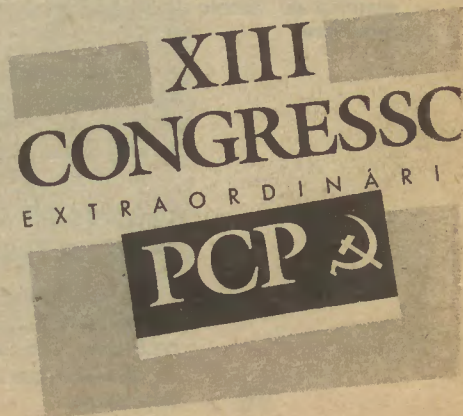
Vítor Dias, membro do CC e responsável do Gabinete de Imprensa do Partido



Fernando Correia, jornalista, chefe de redacção da revista «Vértice»



Manuel Jorge Veloso, profissional de rádio e televisão, membro do organismo de direcção de Artes e Letras da ORL



Álvaro Cunhal em Faro e no Seixal

Não rejeitamos as grandes conquistas revolucionárias do século XX

Integradas na preparação do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP, realizaram-se no passado sábado duas reuniões distritais de quadros, que contaram com a participação do secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal. A primeira decorreu de manhã na cidade de Faro, após o que teve lugar, em S. Bartolomeu de Messines, um almoço-convívio. A segunda, do distrito de Setúbal, foi promovida nas instalações da Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense. Mais tarde, já passava das oito da noite, Álvaro Cunhal esteve ainda num jantar-convívio, organizado pela concelhia de Almada, no Monte de Caparica.

A situação internacional, o reforço da identidade comunista, tarefas imediatas e a luta por uma alternativa democrática ao actual Governo, foram temas focados na reunião de Faro. Na sua intervenção, Álvaro Cunhal referiu-se à *perestroika* como um novo e necessário «estímulo criador para o socialismo».

Segundo afirmou «o marxismo-leninismo não é uma receita que está nos livros e onde se vão buscar todas as respostas, mas sim uma forma de olhar e analisar a realidade». O «hábito de copiar quaisquer modelos e soluções» foi considerado por Álvaro Cunhal como uma das causas dos problemas com que se debatem os países de Leste da Europa, sublinhando que o PCP tomou sempre «as suas decisões por reflexão própria e sem seguidismos».

A validade do centralismo democrático, como marco fundamental da identidade do Partido, foi reafirmada, distinguindo a salutar diferença de opiniões e liberdade da sua expressão, da cristalização em facções organizadas com plataformas fundamentais que só causariam a desorientação e a perda de objectivos, uma vez que, como frisou, não é no caminho da vacilação que se conquista a confiança do povo.

Neste encontro realizado no salão da Assembleia distrital em Faro, estiveram presentes cerca de duas centenas de militantes que proporcionaram um debate vivo e interessado, o secretário-geral fez um apelo à participação e contribuição empenhada de todos os militantes para o melhoramento das Teses para o Congresso, apresentadas ao debate do Partido.

Após esta reunião, a que se seguiu

A reunião dos quadros de Setúbal começou por essa razão com uma hora e meia de atraso. Álvaro Cunhal fez uma intervenção inicial, em que abordou o mundo contemporâneo neste fim de século, marcado por grandes transformações, frisando que «ao contrário de muitos, nós não rejeitamos as grandes conquistas revolucionárias do século XX», nem o facto de depois de milénios de exploração, «os homens terem avançado para uma sociedade nova».

Neste sentido afirmou que «muitas conquistas revolucionárias foram alcançadas através desta ambição», realçando como exemplo a «independência e libertação do mundo do domínio colonial».

O século XX foi assim caracterizado por «transformações revolucionárias que não estão terminadas» e tornam a luta necessária, em oposição à ideia de que o comunismo falhou e que os partidos comunistas deixaram de ter lugar nas sociedades.

Álvaro Cunhal referiu-se às alterações nas sociedades socialistas, salientando que a democratização deve constituir um «avanço do socialismo e não um recuo para o capitalismo». Quanto aos países do Leste Europeu, designação «mais exacta» do que países socialistas, afirmou que não se deve «atribuir os acontecimentos aí verificados a erros dos homens», pois as «causas são estruturais», tais como a ineficácia do poder dos trabalhadores e a instrumentalização da ideologia.

Por outro lado, o secretário-geral negou que esses processos ponham em causa o «nosso projecto para Portugal», a natureza de classe do Partido, ou o



Um aspecto da reunião distrital de quadros realizada no passado sábado em Faro

seu funcionamento interno. Enquanto a nossa realidade apresentar uma evidente marca de classe e uma natureza exploradora por parte do grande capital, é necessário haver um partido que defenda os interesses dos explorados.

Relativamente ao **centralismo democrático**, reconhecido como uma das questões mais debatidas e apontada por vezes como «causa das causas» do sucedido nos países socialistas, em que a direcção individual se sobrepôs à vontade colectiva, Álvaro Cunhal assinalou que são suas componentes a «democracia interna, com a participação directa dos militantes que devem intervir na definição da orientação do Partido; uma orientação única em questões de fundo; e uma direcção central única».

O secretário-geral combateu a ideia tendente à criação de facções organizadas, com chefes próprios, e à transformação do Comité Central numa espécie de «Parlamento do Partido», em que as várias tendências organizadas tivessem os seus representantes.

A **alternativa democrática** foi considerada possível através do apoio e da convergência de todos os democratas. Nenhum partido está em condições de chegar sozinho ao poder e é hoje claro que sem os socialistas e comunistas não há alternativa democrática. Contudo, como declarou Álvaro Cunhal, o PCP não pode perder as suas características apenas para alegadamente tornar mais fácil a convergência com o PS. Neste contexto foi sublinhada a vitória da coligação «Por Lisboa», e mais recentemente a conquista pela CDU da maioria absoluta na freguesia da Quinta do Anjo, após o PS e PSD coligados

terem atirado abaixo a maioria relativa da CDU.

Já no final da sua intervenção o secretário-geral chamou à atenção para a denominada unidade sindical, frisando que a este processo não é alheia a ideia de afastar os comunistas da actividade daquelas estruturas dos trabalhadores.

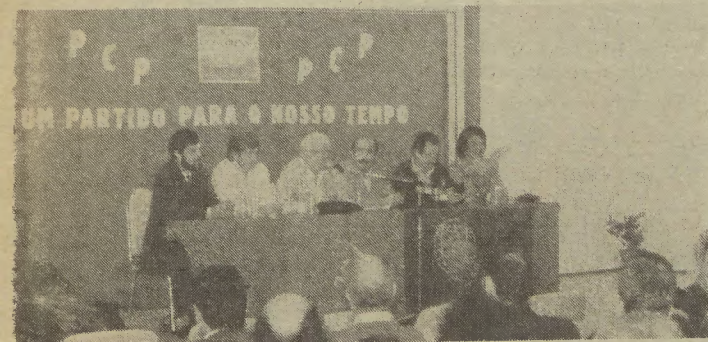
O encontro continuou com um animado período de intervenções dos militantes presentes, no final do qual Álvaro Cunhal respondeu às várias questões colocadas.

Mais de quatrocentas pessoas

Mais de quatrocentas pessoas participaram num jantar-convívio, organizado pela concelhia de Almada num espaço restaurante do Monte de Caparica.

Na iniciativa, em que estavam presentes membros e não membros do Partido, Álvaro Cunhal fez uma breve intervenção em que valorizou a participação dos não militantes, afirmando que é necessário «aprender também com os que não são do PCP». O Partido, disse, «é necessário ao nosso Povo e à democracia e quando dizemos que está ao serviço do Povo e da Pátria, não é uma frase de propaganda, mas sim por que existe para defender a sua independência e interesses do desenvolvimento».

O secretário-geral do PCP abordou ainda a natureza de classe do PCP, ligando-a à própria política de classe conduzida pelo Governo de Cavaco Silva, a situação nos países socialistas e o funcionamento interno do PCP. ■



Na Sociedade Timbre Seixalense decorreu um encontro com quadros do distrito de Setúbal, dedicado à análise e debate das Teses

uma curta conversa com os jornalistas, Álvaro Cunhal partiu para S. Bartolomeu de Messines onde esteve num jantar-convívio.

Quadros de Setúbal debatem Teses

Na Filarmónica Timbre Seixalense esperava-se a chegada do secretário-geral do Partido, cuja demora se deveu à chuva diluviana que se fez sentir na tarde de sábado.



Mais de quatrocentas pessoas participaram neste jantar de convívio organizado pela concelhia de Almada no Monte de Caparica

MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS, VALORES E PADRÕES SOCIAIS

Os problemas da comunicação... e os outros...

Hoje ninguém se atreve a pôr em dúvida a grande importância que os meios de comunicação social têm na formação de opiniões, de sentimentos, de comportamentos, o papel da comunicação de massas nos fenómenos sociais. Há quem diga até que o dinheiro utilizado em todo o mundo nos meios de informação e propaganda é mais que o que é gasto em armamento...

Pondo de parte possíveis exageros, propomo-nos tratar nesta mesa-redonda, no âmbito da preparação do XIII Congresso (extraordinário) do PCP, alguns aspectos que parecem importantes para a batalha ideológica e, em geral, para a luta dos comunistas por uma sociedade mais justa em Portugal. Na redacção do «Avante!» estiveram, para falar sobre meios de comunicação de massas, valores e padrões sociais, os camaradas **Vítor Dias**, membro do Comité Central e responsável do Gabinete de Imprensa do Partido, **Fernando Correia**, jornalista, chefe de redacção da revista «Vértice», e **Manuel Jorge Veloso**, profissional de rádio e televisão, membro do organismo de direcção de Artes e Letras da Organização Regional de Lisboa.

«Avante!»: Numa série de países socialistas verifica-se que os partidos comunistas que estavam no poder perderam grande parte da sua influência e do apoio de massas. Em Portugal as lutas e movimentações de massas em torno de problemas concretos assumem muitas vezes um carácter antigovernamental e inserem-se objectivamente na luta contra a política de direita; mas, nas eleições, os votos acabam por ser dados aos partidos responsáveis por essa política e não às forças que a combatem, em particular o PCP. Em que medida estamos perante um problema, ou problemas, de comunicação?

Vítor Dias: Esse problema tem sido muitas vezes caracterizado como aquilo a que se pode chamar uma *disfunção* ou uma *dessintonia* entre a consciência em torno de aspirações e interesses concretos, por um lado, e, por outro, as opções quanto a projecto de sociedade ou a apoio eleitoral a forças políticas. Muitos factores concorrem para isso, e sem dúvida que é justo considerar que a comunicação social, entendida de uma forma genérica, com as grandes linhas de orientação (suas ou impostas pelos seus detentores) que a marcam, desempenha um papel no acentuar desta disfunção.

Isto é particularmente evidente, e deriva de um importante problema: saber se os meios de comunicação social, especialmente os mais poderosos, os audiovisuais, caracterizando-se por uma grande fragmentação da informação, por um grande apelo às emoções e à sensibilidade, e menos ao exercício crítico da razão, não afastam grandes massas de cidadãos da *compreensão de processos*, uma questão fundamental para a passagem de aspirações sociais a posições políticas. Os meios de comunicação social, sobretudo os de maiores audiências, até referem problemas que têm que ver com o quotidiano das pessoas, com as suas aspirações concretas, com aqueles temas onde se pode até considerar que a nossa influência é superior à influência política; mas não favorecem a compreensão dos processos sociais e políticos. Esta é uma característica que se manifesta, quanto a mim, com muita força nos meios de comunicação social modernos, e que dificulta a passagem de aspirações sociais para opções políticas.

Fernando Correia: A comunicação social é, efectivamente, um factor muito importante na formação das opiniões, mas não é o único. Existe por vezes uma tendência para sobrevalorizar a importância da comunicação social na formação das opiniões, outras vezes existe a tendência para a subvalorizar.

Aliás, historicamente, a teoria dos efeitos da comunicação social oscilou precisamente entre esses extremos. Nos anos 20-30 - no início da comunicação social de massas, do aparecimento da rádio, da publicidade, uma época de desenvolvimento industrial e comercial - houve um deslumbramento com a força da comunicação social, e na sociologia estabeleceu-se uma relação directa estímulo-resposta, vendo de um lado um emissor activo e do outro um receptor passivo. Mais tarde, com o aprofundamento da sociologia da comunicação social, houve uma tendência contrária, ou

pelo menos no sentido de *nuancear* os efeitos da comunicação social. Passou-se a ver o receptor, o público, como dependente não só das características da mensagem, mas de muitas outras coisas: os grupos em que se insere, a classe social a que pertence, a profissão, o partido, etc.. No desenvolvimento desta concepção também tiveram influência teorias *desculpabilizantes* relativamente à força da comunicação social - que surgiram a partir do momento em que a comunicação social se tornou um instrumento de influência política e ideológica.

Condicionante e condicionada

Hoje em dia, sem um regresso às teorias dos *efeitos ilimitados*, tem-se no entanto em conta a força da comunicação social e tem-se em conta que há outros factores.

Mas, só porsí, a comunicação social não é onipotente. Isso vê-se agora nos países socialistas, ao fim de tantos anos de comunicação social monolítica. E viu-se em Portugal, onde de um dia para o outro, milhões de pessoas que durante anos viveram com a televisão do João Coito e companhia, e com jornais sujeitos à censura, saíram à rua como se a comunicação social não tivesse feito nada.

Manuel Jorge Veloso: Também há outro aspecto, quando se fala da *dessintonia* entre a opinião das massas e o poder nos países socialistas. Um exemplo: quando vivi e estudei em Berlim tive oportunidade de verificar que na RDA o tipo de informação que se fazia estava em muitos aspectos afastado do sentir das massas. Nós consideramos como uma das causas que levou países socialistas à crise a fusão entre o Estado e o partido. Mas havia também um fenómeno com consequências extremamente negativas: a *fusão do partido com os meios de comunicação social*.

Por outro lado, e especialmente em Berlim, a incidência muito forte dos meios de comunicação ocidentais - da RFA e de Berlim Ocidental - levava a que fosse ne-

cessário dar uma resposta quotidiana e muito premente a todo o tipo de manipulações e à propaganda do grande capital, do imperialismo, em relação à RDA; mas essa resposta não era suficientemente ágil, nem suficientemente atractiva para a população. Havia um problema de linguagem, de falta de versatilidade na abordagem de temas importantes e que deviam ser desmontados de uma forma muito mais viva e muito mais convicta, em relação aos problemas e aos anseios da população.

VD: Quando falamos destas coisas, creio, nenhum de nós tem uma visão da comunicação social apenas como instrumento da luta das ideias. No nosso pensamento e na nossa concepção, a comunicação social preenche uma função social objectiva e, sendo território da luta das ideias, transmite informações que, elas próprias, independentemente dos sistemas de selecção de que são ou não são objecto, estão ligadas à realidade e são elementos de apreciação crítica e de crescimento cultural e político das pessoas.

Em termos duradouros, dos grandes efeitos, não se pode contestar que os meios de comunicação social, designadamente os de mais largas audiências, têm um *papel estruturante* nas sociedades contemporâneas: quanto ao sistema político e à acção política, quanto aos comportamentos, concepções e valores dominantes numa dada sociedade. Agora, dizer isto não é estabelecer uma linearidade, é, pelo contrário, reconhecer uma complexidade, a existência de fenómenos de sentido contrário. Nós dizemos que a comunicação social condiciona os cidadãos e os destinatários das mensagens...

«Avante!»: Tem alguma razão quem lembra a frase de Goebbels: uma mentira repetida muitas vezes torna-se verdade?

VD: Sim, mas também pode haver mentiras repetidas muitas vezes e que nunca sejam tomadas como verdade.

Há aqui um problema que é o da relação

da comunicação social com a sociedade. Também acontece que, sem negar a linha de fundo dos efeitos duradouros e estruturantes que referi, a própria sociedade condiciona a comunicação social. Há exemplos disto em Portugal. É interessante ver o que levou a que, há um ano a esta parte, um pouco de repente, sobretudo os semanários de maior circulação, passassem a ter uma atitude hostil em relação ao Governo de Cavaco Silva, cuja política não era particularmente pior nesta altura do que era no primeiro ou no segundo ano. Não digo que isto explique tudo, mas penso que essa viragem de orientação e atitude - de órgãos de informação cujo controlo económico é conhecido, cujos interesses gerais são conhecidos, cuja postura no passado em relação a este Governo também era conhecida - não é separável do que se passava no corpo da sociedade em relação ao Governo, designadamente da mudança de atitude e de opinião de importantes sectores da classe média. Seria possível que órgãos de informação, com segmentos fundamentais da sua audiência nas classes e camadas médias onde então se notavam sintomas de grande descontentamento, ignorassem o estado de espírito dessas classes e camadas?

Há outros períodos em que, relativamente a problemas como os salários em atraso ou a precaridade de trabalho, que tocam mais a classe operária e os trabalhadores, vimos órgãos de informação com atitudes que ao longo de meses foram de grande contemporização com esses fenómenos...

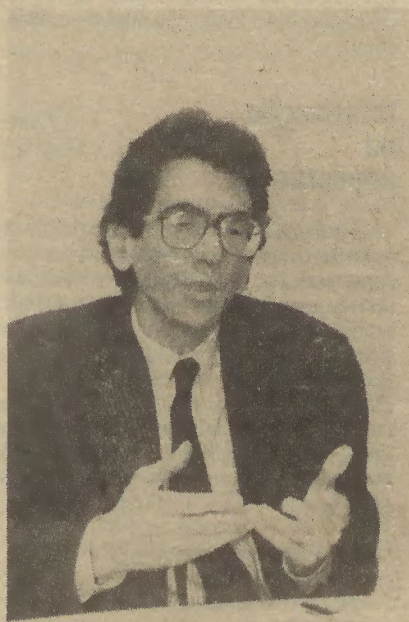
MJV: E de silenciamento.

VD: ...Passarem, de alguma forma, a assumir esse descontentamento. Embora com pesos e consequências diferentes, há fenómenos de mútuo condicionamento.

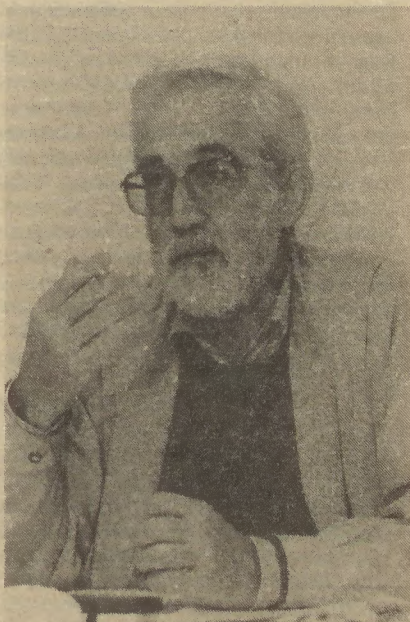
«Avante!»: Mas, se em relação ao Governo pode ter havido alterações, no que respeita ao tratamento do PCP na comunicação social tem havido uma atitude mais constante...



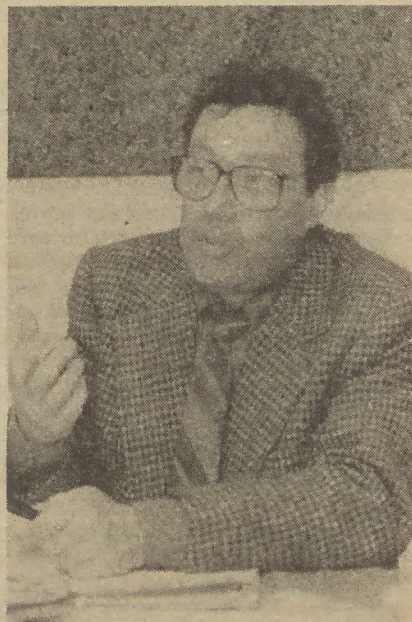
Mesa redonda



Vítor Dias



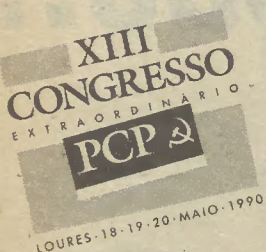
Manuel Jorge Veloso



Fernando Correia



Mesa
redonda



Os problemas da comunicação... e os outros...

FC: Volto um pouco atrás, ao tema extremamente interessante da comunicação social como condicionante e como condicionada, que para mim tem a ver com uma caracterização marxista clássica, que trata a comunicação social como um fenómeno de classe, não de forma mecânica, mas de forma dinâmica, em função da sociedade em que está inserida e de outros factores.

Recordo a teoria dos aparelhos ideológicos de Estado, do Althusser, que nos anos 60 nos entusiasmou muito a todos: há os aparelhos de Estado de carácter repressivo, e há os aparelhos caracterizadamente ideológicos, em que o Althusser inclui vários, entre eles a informação, considerando-os aparelhos de Estado eminentemente contraditórios, um terreno onde o confronto é mais fácil que contra os aparelhos repressivos.

Efectivamente, numa sociedade de classes, a comunicação social está cheia de contradições; até pela simples razão de, tendo um aspecto estruturante, ideológico, em função das classes dominantes, é simultaneamente uma mercadoria, pertence a empresas que pretendem ganhar dinheiro; a competição entre os jornais, a comunicação como negócio, muitas vezes, facilita o aparecimento de informações, opiniões, teorias, que acabam por fazer vir ao de cima fenómenos que têm lugar na sociedade... As coisas não são tão simples nem lineares

Os meios de comunicação social, sobretudo os de maiores audiências, até referem problemas que têm que ver com o quotidiano das pessoas, com as suas aspirações concretas, com aqueles temas onde se pode até considerar que a nossa influência é superior à influência política; mas não favorecem a compreensão dos processos sociais e políticos. Esta é uma característica que se manifesta, quanto a mim, com muita força nos meios de comunicação social modernos, e que dificulta a passagem de aspirações sociais para opções políticas.

como podem parecer. Não é por o Governo dominar a comunicação social que em toda a comunicação social se tem que dizer bem dele.

Campanhas e valores

VD: Naturalmente que isto é feito no quadro de um certo tipo de aparelho, que tem margens para crítica a políticas, para repercutir inquietações sociais e para estabelecer conjunturalmente certas sintonias com elas; mas é evidente que a hostilidade é o *comportamento mais estável* para conosco, é um traço ao longo do tempo.

O que tem uma explicação natural: o sistema, digamos, está montado para isso mesmo. Não vemos isto de forma conspirativa, mas de forma natural, a partir dos interesses que pesam nestes meios e, sem ofensa para ninguém, das pessoas que fazem a comunicação social; seria ingénuo ver a comunicação social apenas como uma resultante de quem manda ou de quem paga, não é hoje possível ignorar que os homens e mulheres concretos, com as suas ideias, os seus valores, a sua formação, também pesam no conteúdo da informação.

Restando muitas incertezas sobre como lidar com estes problemas no futuro, e sem grandes dúvidas de que isto tudo cria situações muito difíceis para a acção das forças progressistas em qualquer sítio do mundo, existe outro aspecto importante a ter em conta: há valores que resistem es-

fantosamente na opinião pública, apesar de maltratados e ofendidos durante décadas pelo sistema de comunicação social e por todos os aparelhos ideológicos. Isto leva-nos a concluir que *os valores justos têm uma força própria*, o serem justos podem dar uma radicação social, uma perenidade e uma capacidade de resistência muito superior à que viria da simples correlação de forças.

Um exemplo disto é uma sondagem recente da CEE, feita entre a população dos doze países membros. Ressalvando que a opção por uma resposta não implicava a desvalorização do outro item, perguntou-se se prezavam mais a liberdade ou a igualdade. O resultado é, quanto a mim, impressionante: salvo erro, 45 por cento referiam a liberdade, 45 por cento a igualdade, os restantes não sabiam ou não respondiam, como normalmente acontece nas sondagens. Portugal entrava nesta média europeia. Distanciando-nos, claro, da violência e do absurdo que uma tal necessidade de optar representa; o que aqui interessa salientar, do ponto de vista sociológico da resistência dos valores, é que, depois de pelo menos mais de uma década de sistemática ofensiva neo-liberal na Europa capitalista, em torno de valores que contrariam a igualdade, ainda há 45 por cento da população que a considera um valor de grande importância.

Outra sondagem europeia recente abordava a questão da pobreza. E 38 por cento dos portugueses inquiridos declararam como explicação para a pobreza o facto de haver «muita injustiça na nossa sociedade», enquanto apenas 10 por cento afirmaram que é a «evolução natural do mundo moderno». Aqui também podemos questionar: tendo em conta as linhas de pressão e os fenómenos de condicionamento no sentido da resignação, não devia haver mais de 10 por cento de portugueses a dizer que «é a vida», «é a evolução das coisas»? Noutros países verificam-se casos semelhantes. Num quadro como o actual, que não pode ser visto como *côr-de-rosa*, é animador ver que há valores que resistem para além do esmagamento a que são sistematicamente sujeitos.

MJV: De qualquer maneira, o esmagamento é um facto, e eu creio que em relação às forças democráticas há aspectos extremamente graves. Por exemplo, na RTP, é típico, para além dos telejornais, o que se passa no «Jornal de Sábado». Estou a lembrar-me de algumas entrevistas de fundo (e pode-se considerar de fundo entrevistas de 10 minutos, porque entrevistas de fundo, debate, é coisa inexistente na televisão). Frequentemente, e não apenas com dirigentes do nosso Partido, verifica-se uma manipulação manifesta ou um condicionamento enquadrador da mensagem.

Umás vezes, faz-se a apresentação prévia de uma peça jornalística com imagem e som, normalmente com texto *off* e com inúmeras declarações e afirmações, onde os factos são por vezes distorcidos, distribuídos e acumulados caoticamente, onde é dada uma informação massiva e amalgamada sobre o facto que estaria na base da entrevista ou, de preferência, sobre aspectos marginais. Depois de apresentada esta peça, passa-se à entrevista com o dirigente partidário, o qual, para além de se preocupar com a transmissão à opinião pública dos esclarecimentos para que fora solicitado, tenta desmontar a peça - manipulada e manipuladora - com que foi inteiramente confrontada. Esta situação origina uma luta contra o tempo, o gasto com o acessório e não o fundamental, o dispêndio de argumentos para desmontar a manipulação, o confronto com a não rara agressividade do *pivot* do «Jornal de Sábado», etc..

Outro processo é o inverso, mas funciona com os mesmos objectivos. A entrevista em estúdio é feita em primeiro lugar, pode até ser *pacífica* (nestas situações até, normalmente, é mais pacífica) em termos de ausência de agressividade nítida, até porque o importante da manipulação vem depois. Chega-se à situação em que se diz «chegámos ao fim do nosso tempo, obrigado por aqui ter vindo», e segue-se a peça jornalística, previamente montada e orientada de forma a que toda a eventual mensa-

gem inteligível transmitida na entrevista em estúdio seja destruída, sem resposta ou desmontagem possível.

«Avante!»: Mas isso não são critérios jornalísticos de tratamento de uma informação ou de um problema?

MJV: Creio que não se pode aceitar que estes sejam apenas critérios jornalísticos. É que existe uma certa tendência de alguns jornalistas para considerar que os *critérios jornalísticos* são qualquer coisa que não pode ser sujeita aos critérios das pessoas ou instituições que são vítimas desses critérios *jornalísticos*. Mas apetece perguntar: será que a profissão de jornalista está acima de qualquer crítica? Por se ser jornalista é-se automaticamente uma pessoa acima de todas as críticas? Eu creio que não.

«Avante!»: Quando são invocados esses critérios jornalísticos, vem também uma justificação, do tipo nós queremos dar o máximo de informação, enquanto quem está na nossa frente não está interessado em dizer muita coisa. Será que ao falar numa campanha ou numa ofensiva contra o PCP, não se está apenas a protestar por os jornalistas dizerem o que querem e não o que o Partido quer?

MJV: Eu não me referia a *campanha*, mas é provável que se generalize esse erro de apreciação. No entanto, o que me parece é que o PCP tem muito poucas oportunidades de acesso, sobretudo, a meios de comunicação social com maior impacto; quando há oportunidade, de tempos em tempos, de ir à televisão, é evidente que há uma necessidade de ter que dizer em poucos minutos uma série de coisas que não se conseguiu dizer ao longo de meses, e isso provoca flagrantes dificuldades em relação à própria mensagem política que se quer transmitir à opinião pública.

Depois, é evidente que um dirigente de um partido com responsabilidades como o PCP não adopta critérios de explanação das suas ideias de uma forma tão ligeira e desresponsabilizada como o fazem outros partidos... É impensável responder a uma afirmação irresponsável do estilo *o socialismo acabou* contrapondo uma afirmação igualmente «irresponsável», porque insuficiente, do estilo *não, o socialismo não acabou!* Mas, às vezes, não há tempo para mais!

FC: Falou-se em valores permanentes... É bom ter presente que na comunicação social um desses valores tem sido a hostilidade ao PCP. Ora, quanto à *campanha*, eu interrogo-me muitas vezes: a nossa insistência na expressão «campanha», nesse quadro da permanência de certos valores, não deixará de ser um conceito operacional? Nós todos os anos, em todas as circunstâncias, dizemos que o Partido está a ser sujeito a uma campanha. Temos que concluir que essa campanha é permanente e, portanto, o recurso a esse conceito pode deixar de ser operacional, sendo necessário ir mais longe nas nossas apreciações.

Informação ou espectáculo

A situação referida quanto à presença dos nossos camaradas na televisão, e mais concretamente no «Jornal de Sábado», levanta um problema mais genérico, mais teórico, sem querer pôr em causa a necessidade da denúncia e do protesto quando realmente somos sujeitos a discriminações: até que ponto aquilo que é indicado como o módulo das entrevistas com os nossos dirigentes não corresponde a um módulo genérico das entrevistas em televisão?

MJV: Acho que não...

FC: Efectivamente, quanto a mim, corresponde a um módulo que me parece possível em qualquer programa de informação quando há entrevistas: a dada altura

estamos a assistir mais à *performance* do entrevistador, do que ao interesse em informar o público acerca do que pensa o entrevistado. Isto é uma coisa que eu sinto, e parece-me que todos nós sentimos, em relação à grande maioria das entrevistas que se fazem hoje em dia. O jornalista, meu ilustre camarada de profissão, leva para lá duas, três, quatro, cinco perguntas; e o grande objectivo dele é fazer aquelas perguntas...

MJV: Independentemente das respostas que suscitam.

FC: Independentemente das respostas. Às tantas o entrevistado está a responder a uma pergunta, faz uma pausa para respirar e o jornalista, independentemente do que está a ser dito, interrompe com outra pergunta... e por aí fora.

Este tipo de entrevistas insere-se na concepção mais geral da *informação-espectáculo*, dominante especialmente na televisão, que a exporta para outros meios de comunicação social.

Uma das características da comunicação social no nosso País - sublinhada no encontro de quadros do Partido sobre comunicação social, em 1986 - é a dependência dos grandes produtores de informação a nível internacional, quer nos aspectos funcionais da produção de informação, quer no que toca aos métodos e estilos jornalísticos. Esta informação-espectáculo é um dos sintomas mais evidentes dessa dependência informativa.

«Avante!»: Por que falas em dependência, e não em adopção, assimilação, desses métodos?

FC: Porque se trata, não de assimilação, mas de imitação: é imposta, corresponde a padrões internacionais, a um certo

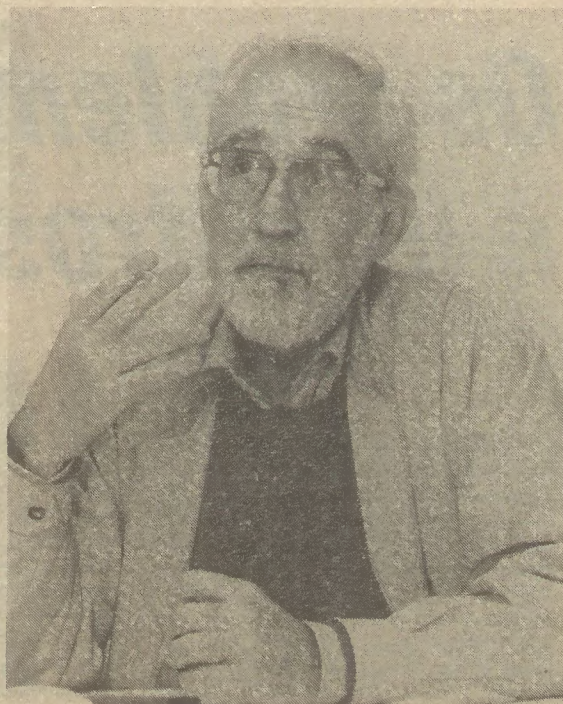
Tendo em conta as linhas de pressão e os fenómenos de condicionamento no sentido da resignação, não devia haver mais de 10 por cento de portugueses a dizer que «é a vida», «é a evolução das coisas»? Num quadro como o actual, que não pode ser visto como *côr-de-rosa*, é animador ver que há valores que resistem para além do esmagamento a que são sistematicamente sujeitos.

tipo de informação, adoptados de uma forma acrítica e sem ter em conta as necessidades e os interesses daquilo que deveria ser a informação em Portugal.

«Avante!»: Mas esses padrões são geralmente bem aceites pelos auditórios...

FC: Ai estamos perante a comunicação social feita exclusivamente para agradar ao público, a comunicação social vista como mercadoria: fazem-se sondagens para ver o que o público quer e produz-se o que o público pede. Falando como profissional da informação, considero que isto é a completa desresponsabilização do jornalista enquanto protagonista de uma função social que ele tem que assumir por uma questão de deontologia. O jornalista, dada a função social que exerce, não pode ser um mero técnico de informação, um indivíduo que vai só fabricar aquilo de que o público gosta, isto é, aquilo de que a própria comunicação social e a publicidade *obrigam* o público a gostar.

VD: Volto ainda à campanha. Penso que, quando usamos a palavra, não estamos só a pensar em operações centralizadas ou comandadas que estariam na base de tudo isto que se diz em relação ao PCP, embora, quanto a mim, seja evidente que, pelo menos na *distribuição* de certas *informações*, haja coordenação e orquestração. Chame-se ou não campanha, há vários factores que lhe dão origem.



Activismo, emulação, responsabilidade

Um deles - e não é pouco importante - é o *activismo natural dos protagonistas da comunicação social na luta das ideias*. Ou seja, grande parte do que hoje se escreve sobre o Partido, num mesmo sentido, tocando as mesmas teclas, os mesmos assuntos e até com muitas repetições, não resulta necessariamente de uma iniciativa telecomandada, mas de uma convergência de pessoas que entendem combater as nossas ideias e o nosso Partido através da comunicação social.

Outro é resultado de - por muito delicado que seja dizê-lo - em Portugal estarem em degradação certos padrões éticos. Hoje há mais confusão entre notícia e comentário sobre o PCP do que havia há dez anos.

Sou dos que entendem que há mesmo zonas de conflito, naturais, entre os protagonistas políticos e a comunicação social, há coisas que o dirigente não quer dizer e que o jornalista tem obrigação de querer saber. Mas, mesmo assim, creio que há uma certa degradação de padrões éticos.

A concorrência e a emulação que visivelmente existem hoje no panorama da comunicação social portuguesa têm aspectos positivos, há mais diversidade, mais maneiras de corresponder aos diferentes interesses do público (embora falte uma tentativa, essencial para a dignidade da profissão e dos órgãos, de compatibilização entre os interesses do público e o interesse público). Mas essa emulação tem outras consequências, como fenómenos de auto-influência, de círculo fechado. *Creio que a principal fonte de informação dos profissionais da comunicação social é a comunicação social ela mesma*. E em certas zonas da vida nacional isto é mais patente. Nós, como partido organizado a nível nacional, sabemos de muita coisa que se passa no País. Não sabemos tudo, nem sabemos mais, mas sabemos diferente: a maior parte dos profissionais da informação sabe aquilo que foi dado pela Lusa ou que foi publicado nos outros jornais. Isto tem aspectos particularmente pouco criativos e há até semanários que, quando não têm nada para dizer sobre o PCP, fazem o apanhado, o *refogado*, do que os colegas disseram ao longo da semana.

MJV: Às vezes, refogado do refugo...

VD: Nós enfrentamos, realmente, alguns factores desfavoráveis: somos pelo rigor, pela profundidade, pela noção de processo, essencial para a compreensão das próprias ideias. Tudo o que um partido como o nosso faz nesta sociedade para aumentar a influência, para conseguir resultados, é enormemente mais trabalhoso que nos outros partidos, o que deriva de sermos um partido revolucionário que tem por objectivo o socialismo, mas estamos numa sociedade capitalista, com as suas classes dominantes, os aparelhos que, não tão democraticamente como alguns julgam, as classes dominantes construíram e se mantêm ao longo de décadas. O sistema que está montado talvez permita que, através da comunicação social, os portugueses percebam que este é um partido de luta, de defesa de interesses. Mas o que realmente passa são elementos que permitam às pessoas dar esse salto essencial de pensamento e de percepção que é compreenderem que, sendo um partido de reivindicação e de luta, somos um partido de projecto, com propostas articuladas, com uma coerência entre aquilo por que luta, aquilo que reivindica, e o que se propõe fazer na direcção da sociedade e do País. É aqui que as barreiras são maiores.

No entanto, isto é um traço geral, e permite que se levante uma questão importante: que visão é que a comunicação social em geral, com excepções justas e honrosas, dá da própria política? Nós também somos os prejudicados pelo facto de na comunicação social - e agravadamente em relação ao PCP - haver a ideia de que a política é uma coisa que tem que ver com o parlamento, com eleições, com querelas, eventualmente, internas... E passa menos na comunicação social aquilo que é essencial na nossa concepção da política como um instrumento de acção desejavelmente próximo dos problemas directos e vivos das pessoas. Não é por acaso que, por exemplo, a televisão não foi à conferência de imprensa que o PCP deu para apresentar o grupo de estudos da política de ambiente e anunciar três iniciativas legislativas sobre questões de ambiente. Mas teremos, possivelmente, no «Jornal de Sábado», a respeito de qualquer espirito ou constipação na área da vida interna do PCP, mais um grande folhetim.

Digo estas coisas, não para que desanimemos, mas porque precisamos de crescer para esta visão equilibrada de que os tempos não são fáceis, de que não há receitas mágicas que possam reequilibrar situações tão desfavoráveis, e de que se impõe um trabalho de longo fôlego que melhora, pelo menos, aquilo que está ao nosso alcance no momento actual: a nossa capacidade de resistência, associada naturalmente a uma dinâmica de maior irradiação de mensagens.

«Avante!»: Num contexto também muito desfavorável para o Partido no campo da luta das ideias e dos meios de comunicação, será suficiente, uma vez que não temos os meios, ter mais criatividade e mais imaginação? Se os capitalistas conseguem fazer dinheiro com a informação, por que é que nós não conseguimos?

FC: Independentemente de todas as considerações acerca das circunstâncias em que nos movemos e dos eventuais constrangimentos a que somos obrigados pela nossa própria natureza - e não queremos deixar de ser o Partido que somos, ainda que tenhamos a obrigação de o transformar para melhor -, convém-nos olhar também o outro lado, analisar aquilo que, apesar de tudo, podemos fazer; ou corremos o risco, não só de desanimar, como também de ter, em relação à comunicação social em geral e aos jornalistas em geral, atitudes que não são justas. Há determinadas realidades que não podemos mudar, há dados de facto com os quais temos que contar; o que precisamos é encontrar as melhores formas de reagir, de combater.

Agora actuar

Desde há bastantes anos que temos tido uma capacidade razoável para constatar as necessidades e apontar as nossas insuficiências. Infelizmente, não temos tido a mesma capacidade para dar a volta e alterar de algum modo a situação. O encontro de quadros de 1986 foi um ponto alto na tomada de consciência, por parte do Partido, das questões da comunicação social; mas a partir daí temos tido dificuldade em concretizar as medidas apontadas. Agora é uma excelente altura, e já não vem sem tempo. As propostas do XII Congresso são positivas e estão actuais.

Uma das medidas mais antigas e que mais dificuldade temos tido em concretizar é precisamente aquilo a que se poderia chamar a *rentabilização integral* dos meios de que dispomos e de que não temos tirado

o partido necessário. Penso que é indispensável, a curto prazo, fazer um estudo aprofundado dos meios do PCP e tentar rentabilizá-los de uma forma frontal, de modo a tirar melhor partido daquilo que temos, eventualmente com uma reestruturação que é preciso discutir antes de ser feita.

A comunicação social - e em particular a comunicação social do PCP - não deve ser vista independentemente das questões mais gerais da vida interna do Partido, concretamente, por exemplo, da questão muito debatida que é o centralismo democrático. Não está em causa, para mim, a necessidade de uma única orientação geral e de uma única direcção central; mas estão em causa os mecanismos de apuramento das opiniões dentro do Partido, da chamada democracia interna do Partido. Em relação à comunicação social, penso que ela pode dar um bom contributo neste domínio. Concretamente, penso que o «Avante!» que se tem feito nos períodos pré-congresso, quer neste, quer no anterior, aponta para um tipo de órgão central do PCP que deveria existir sempre, não necessariamente igual a este, mas com o mesmo estilo e abertura no tratamento dos temas, seguindo e desenvolvendo o módulo utilizado agora para o «Avante!».

Por outro lado, além da democracia interna e do conhecimento e apuramento de opiniões, do debate, isto liga-se ainda com as questões ideológicas. Creio que uma lição do que se passou ultimamente nos

A dada altura estamos a assistir mais à performance do entrevistador, do que ao interesse em informar o público acerca do que pensa o entrevistado. Isto é uma coisa que eu sinto, e parece-me que todos nós sentimos, em relação à grande maioria das entrevistas que se fazem hoje em dia. O jornalista, meu ilustre camarada de profissão, leva para lá duas, três, quatro, cinco perguntas; e o grande objectivo dele é fazer aquelas perguntas...

países socialistas e do impacto que isso teve no PCP, entre muitas outras, é que um partido é ideologicamente forte quando os militantes se sentem fortes na sua ideologia, quando estão fortalecidos nas suas convicções e são senhores de argumentação para opôr às curvas difíceis que por vezes aparecem. Um indispensável contributo para isso pode ser dado por uma comunicação social dentro dos moldes que eu exemplifiquei com o «Avante!» pré-congresso. Mas, tal como há bocado dissemos que a comunicação social não tem um papel determinante na sociedade, também os problemas ideológicos e culturais do Partido não podem ser resolvidos só pela via da comunicação social, insere-se também num outro tipo de vida cultural e debate ideológico que terá que ser desenvolvido.

MJV: Eu também penso que na resolução política do XII Congresso, com um desenvolvimento e uma profundidade quanto a mim raramente atingidos até então no Partido, foi feita uma análise exaustiva destes problemas. E são referidas questões importantes, como as profundas mutações de carácter tecnológico nos meios de comunicação de massas - designada-

mente os audiovisuais e, de entre estes, a televisão - mutações que vêm reforçar as suas características de veículos informativos e ideológicos e mesmo de elementos estruturantes dos comportamentos sociais e do próprio processo político; daí terem um papel determinante nas expressões mais directamente políticas da batalha ideológica.

Julgo que a análise então feita continua plena de validade. O problema é que não basta (embora já seja importante) fazer o diagnóstico correcto. O encontro de quadros foi em 86, o XII Congresso foi em 88, estamos em 90, a caminho de 91. Há que tomar as resoluções correspondentes a esse diagnóstico. Aliás, não é por acaso que as próprias teses do Comité Central para o XIII Congresso referem, a certa altura, como reflexão importante e urgente, que, *a não se superarem as dificuldades em concretizar as orientações já definidas e a persistirem atrasos, rotinas e um nível insuficiente de actividade face às exigências cada vez mais intensas e complexas, as consequências negativas para o Partido, para a sua vida, a sua acção, a sua ligação às massas e a sua influência, se verificarão não apenas no curto e no médio prazo, mas também numa perspectiva mais larga*. Isto é um alerta para o próprio Partido, para aprofundar a reflexão sobre este tipo de matérias. Mas creio que é importante ter também em conta outros aspectos relacionados com os meios de comunicação de massas.

Massificação e manipulação

* O crescimento dos meios audiovisuais e a sua expansão à escala do planeta, a vulgarização do televisor, do videogravador, da própria parabólica transformaram esses meios num *factor normalizador da opinião pública*, de criação - muitas vezes artificial - da opinião pública.

Ao contrário dos aspectos extremamente positivos que esse acesso generalizado à informação proporciona a todas as pessoas em todo o mundo, arrasta também consigo alguns factores de adormecimento e de manipulação da informação e do conhecimento.

Podem tornar *normais* factos inequivocamente insólitos e invulgares. O efeito normalizador da televisão viu-se recentemente - e muito me chocou ver isso - com as eleições da RDA: personalidades e líderes políticos da RFA inseriram-se directamente na campanha eleitoral da RDA, não apenas através do investimento de enormes recursos na formação ou na reestruturação, à sua imagem e semelhança, de partidos, nem do financiamento das campanhas eleitorais; o facto novo é-nos dado precisamente pela televisão, que os filma, grava, difunde. Ao fazer chegar isto a nossas casas - e é essa a sua função - a televisão exerce, ao mesmo tempo, um efeito normalizador do que é insólito, aquilo que é um acto de ingerência flagrante é-nos apresentado como um facto natural, normal, admissível. É a televisão a esbater, a abafar, a nossa capacidade de indignação, a instituir o primado da hipocrisia.

Mas há outros exemplos, completamente opostos e aparentemente inocentes. É o caso da valorização dos símbolos, para os transformar, pelo contexto em que são apresentados, em sinónimos de conceitos ou aspirações, por vezes dos mais nobres e elevados, banalizando-os. Recordo aquele anúncio de uma marca conhecida de calças *jeans* americanas, que é paradigmático da utilização e organização de sons e imagens como factores de produção de ideologia: mostra-se uma encenação de um discurso, com todo o ritual que rodeia as convenções

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP



Mesa
redondaXIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

Os problemas da comunicação... e os outros...

dos partidos norte-americanos, e no qual se fala de conceitos tão caros como *povo, indivíduo, realização pessoal, liberdade individual, democracia, progresso*, tudo isto dado a ouvir e a ver através de um fabuloso plano-sequência, de um longo e ágil *travelling* em redondo, que termina num plano próximo do traseiro do indivíduo que fala e que enverga orgulhosamente um par de *jeans*, cuja etiqueta (cujo símbolo) é visível em grande plano no final do *travelling*, sem sequer ser necessário referir no texto a marca. Ao contrário, quando se vê a marca, o que se ouve são as palavras *democracia, liberdade*. Isto é produzir ideologia de forma sinistramente brilhante. Ao dizer isto, não estou a condenar doentiamente o rasgo com que o *spot* é feito, a desconstracção, a naturalidade, com que se faz informação e propaganda. Isto tem a ver com técnicas refinadíssimas de manipulação profissional - e não apenas na publicidade - de ideias e conceitos nobres e justos, com a sua utilização e expansão a nível planetário, formando, normalizando e uniformizando comportamentos e formas de pensar. E isto, com todo o ar de inocência.

Mas o mesmo se pode dizer relativamente ao anúncio da Pepsi-Cola feito em Moscovo, que tem um texto aparentemente inocente e que, sem falar da *perestroika*, inequivocamente lhe faz referência *inteligente*, como uma das coisas *refrescantes* que por ali aconteceram nos últimos tempos. Com este simples, notável, ágil, brilhante e sinistro *spot* publicitário, banaliza-se, vulgariza-se, normaliza-se, uma coisa «insignificante», «refrescante», como é a *perestroika*, os seus protagonistas anónimos... Repare-se que os personagens do anúncio são personagens do povo. Mete-se no mesmo saco o fruto proibido e o fruto odiado, transformados em símbolos inocentes, simples objectos e adereços: as latas de Pepsi bebidas pelos jovens, o «Pravda» lido pelo velho...

FC: A unidimensionalidade é uma questão já velha da chamada cultura de massas, e que há décadas foi criticada, ainda que de formas diferentes, por filósofos como Adorno, Marcuse e outros. Nos nossos dias, esta *lógica da uniformização internacional* acompanha de muito perto a *lógica das transnacionais*; a essas grandes empresas interessa-lhes a uniformização para que o mesmo produto, seja de latas, seja de *jeans*, tenha a mesma procura - já que a oferta será a mesma, as expectativas criadas são as mesmas - quer no país de ori-

gem, quer nos antípodas. É uma lógica em que a natureza de classe da comunicação social - e neste caso em ligação com a publicidade - vem ao de cima precisamente por estar de acordo com a própria lógica da época actual do imperialismo. Isto, com as novas tecnologias, aponta para outra importante contradição, que é talvez a essencial: por um lado, a *socialização das audiências*, já que as novas tecnologias trouxeram um aumento extraordinário dos meios e das possibilidades da divulgação das mensagens; por outro lado, uma *concentração da propriedade*, pois os investimentos necessários são enormes.

MJV: Pode, evidentemente, surgir outra questão: se estes meios ágeis, muito sugestivos e interessantes do ponto de vista

O que é curioso é que o concerto de homenagem a Nelson Mandela foi apresentado pela televisão portuguesa como separador entre programas que já estavam previstos, embora o concerto também estivesse marcado havia muito tempo. Há inclusivamente a lata de dizer no Telejornal desse dia: neste momento está a ser visto por milhões de pessoas o concerto de homenagem a Nelson Mandela! Mas os espectadores portugueses viram apenas um digest no sábado seguinte...

da manipulação técnica da imagem e do som, são susceptíveis de ser transferidos para as formas de informação e propaganda política. Muitas vezes temos tendência para ansiar que as nossas formas de propaganda se aproximem um pouco disto, tenham esta agilidade e consigam apresentar de uma forma assim sedutora as ideias. Isto, do ponto de vista ético, e em relação a um partido político, sobretudo como o PCP, parece-me extremamente complicado e arriscado.

VD: O exemplo do *spot* dos *jeans* é muito curioso. E a história não acaba bem assim, mas de uma maneira que levanta um problema ainda mais grave. O orador na tribuna desfila todos aqueles conceitos-chave do chamado sonho ou mito americano; e termina acrescentando a essa lista, à *liberdade, prosperidade...*, também os *jeans* da tal marca.

MJV: Tens razão, já não me lembrava. Afinal, o *spot* não será tão «bom» como eu julgava...

VD: Esse *spot* sempre me suscitou uma dúvida acerca do local onde é transmitido; porque, se é transmitido na América, é também motivo de reflexão sociológica: aquela sociedade aceita bem que num *spot* seja encostada uma marca de calças a um conjunto de conceitos que não são palavras ocasionais nos Estados Unidos, que constituem efectivamente os elementos básicos do chamado *mito americano*, ou *sonho americano*.

MJV: O que torna (quem sabe, sabe...) efectivamente *atractiva e sedutora* essa sociedade.

VD: Ainda sobre o sistema informativo mundial, dominado, como sabemos, pelo imperialismo. Também aqui a dominação não se exerce sem contradições, sem espaços de conflito, sem reversos inesperados. Que circunstâncias é que explicam que o concerto de homenagem ao Nelson Mandela, que não foi apenas as músicas naquele estádio cheio, tenha sido transmitido para mil milhões de espectadores em todo o mundo? Apesar de tudo, o sistema, condicionado ou não, permite isto. E não sei se há, nas últimas décadas, alguma vitória tão importante do ponto de vista mediático como esta.

MJV: O que é curioso é que o concerto, nesse mesmo dia, foi apresentado pela televisão portuguesa como separador entre programas que já estavam previstos, embora o concerto de Mandela também estivesse marcado havia muito tempo. Há inclusivamente a *lata* de dizer no Telejornal desse dia: *neste momento está a ser visto por milhões de pessoas o concerto de homenagem a Nelson Mandela!* Mas os espectadores portugueses viram apenas um *digest* no sábado seguinte...

Pontos de viragem

VD: Agora quanto ao nosso trabalho, o essencial é fixar, neste Congresso, os *pontos de viragem*. Já se falou de uma coisa essencial, que é a reflexão sobre as medidas a tomar em matéria de coordenação, rentabilização e racionalização de meios do Partido. À parte isso, há outras coisas que continuam a ser necessárias, embora com repercussões diversas.

A atenção à comunicação social e a capacidade de intervir sob as diversas formas que estão ao alcance das pessoas são questões que têm que ocupar mais espaço no conjunto das tarefas políticas dos camaradas do Comité Central, dos organismos executivos, dos quadros do Partido nas regiões. Não digo que se vá transformar a direcção e os quadros do Partido em publicistas unicamente, durante todo o seu tempo de trabalho, mas a publicística, a intervenção na comunicação social é uma forma de acção política muito relevante e que tem que ocupar um espaço que hoje não tem.

Também creio que, além de outras rectificações na nossa política de informação, temos que dotá-la, como está visto, de maior dinamismo, de maior flexibilidade, no respeito pela nossa identidade e pela nossa maneira de estar na vida política. O facto de não podermos recorrer ao estilo e aos truques que os outros usam não tem apenas que ver com o problema da nossa identidade, tem também que ver com os destinatários. O PCP tem uma base de apoio que se revê neste Partido, que pode evoluir nos seus critérios e nos seus gostos mas que se revê num partido com as características do nosso. Se o PCP deixasse de repente de ser sóbrio para ser espalhafatoso, deixasse de ser sério para ser demagogo, podia

acontecer uma coisa que às vezes parece que nos querem propôr: trocar muita coisa por coisa nenhuma. As mudanças e as evoluções na postura pública não podem ser feitas em ruptura com certos traços da identidade e da imagem que têm do Partido aqueles que mais nos prezam e mais nos apoiam.

Outra importante linha de trabalho é combinar esta flexibilidade da política de informação, mantendo uma atitude civilizada, naturalmente, como é a nossa, de debate de ideias em torno dos problemas e critérios da própria comunicação social. Eu creio que o Partido dificilmente pode prescindir, pelo menos na sua imprensa, do esforço para habilitar os militantes e aqueles que se sentem mais próximos do PCP ou que nele votam, com um maior e sempre mais exigente espírito crítico em relação aos problemas da comunicação social. Nós precisamos de um Partido que esteja mais prevenido, que possa mais espontaneamente detectar, no confronto directo, o que é falso, o que é especulação, o que é intriga, o que é caricatura.

Tem importância também, naturalmente, a melhoria da informação e do debate político no Partido. E o encontro de quadros de 86 já tinha concluído isto: podemos melhorar a nossa situação nestas matérias, não com um único progresso radical nesta ou naquela área, mas com progressos, ainda que pequenos, em diversas áreas.

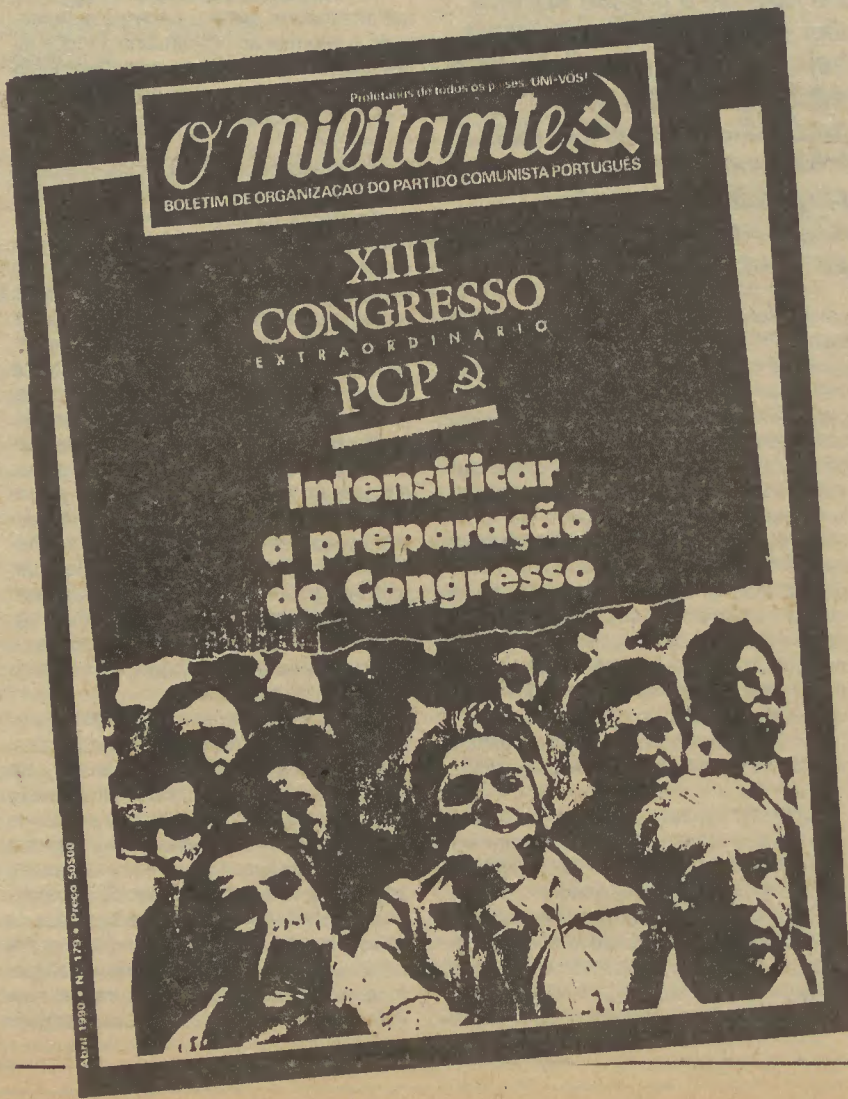
Só acrescentaria a isto que seria bom - embora isso não dependa de nós - que nos diversos meios de comunicação social em geral passasse a haver *mais debate político e mais debate de ideias*. Nós somos os principais prejudicados com a falta de debate político e com o sistema de discursos paralelos e não comunicantes que existe em Portugal. Já dizemos o bastante, hoje, para que houvesse polémica, para que houvesse debate, para que nos viessem à mão com o que realmente dizemos. Mas o que é mais frequente é fingir-se que nada dissemos.

Por fim, e até para acabar com fantasmas e com versões deturpadas do passado, não podemos situar estes progressos que precisamos obter na comunicação social e na luta das ideias apenas na esfera da direcção do Partido. Este é um problema *dos comunistas em geral*, e têm que desempenhar um grande papel o dinamismo próprio, a iniciativa própria, designadamente de todos os quadros do Partido, intelectuais ou não, que têm particulares qualificações, ou especializações, ou capacidade para participarem, na comunicação social em geral, no debate das ideias, dese-

O crescimento dos meios audiovisuais e a sua expansão à escala do planeta, a vulgarização do televisor, do videogravador, da própria parabólica transformaram esses meios num factor normalizador da opinião pública. Ao contrário dos aspectos extremamente positivos que esse acesso generalizado à informação proporciona a todas as pessoas em todo o mundo, arrasta também consigo alguns factores de adormecimento e de manipulação da informação e do conhecimento.

javelmente no respeito das orientações colectivamente definidas.

A intervenção do PCP na comunicação social não é problema de partido, entendido como estrutura, é um problema dos comunistas. E ninguém precisa de licença para escrever nos jornais, designadamente para, com a sua individualidade e voz própria, defender as ideias que recebem a nossa solidariedade e que são um factor de





ligação e de fraternidade entre os comunistas e fundamento da sua acção colectiva.

FC: O próprio estilo de trabalho do Partido tem que favorecer essa participação, estimulá-la, criar os contextos em que ela possa ser efectiva. Isto implica que, além de dizermos que os intelectuais do Partido podem escrever onde quiserem e quando quiserem (e é bom que tal seja sublinhado), se estimule isso na imprensa do Partido, por um lado, e na própria vida interna do Partido, o que passa pela animação dos centros de trabalho, a promoção de iniciativas em que esses intelectuais participem, o conteúdo das reuniões de célula e o próprio trabalho dos intelectuais. Estas questões da comunicação social, como se dizia há bocado, inserem-se num contexto mais vasto em que elas são condicionantes, mas também são condicionadas.

Controlo e propriedade

«Avante!»: A situação que temos hoje é de controlo, nomeadamente governamental, dos principais meios de comunicação social, por vezes apresentado (ou desculpabilizado) como fruto de uma tendência natural do poder político para controlar a informação, o que seria facilitado pelo facto de aqueles meios serem propriedade do Estado. Todos os partidos teriam, quanto a isto, os seus telhados de vidro, e em particular os comunistas num período a seguir ao 25 de Abril de 1974. Da propriedade estatal decorre obrigatoriamente o controlo da comunicação social pelo poder político? A privatização é uma maneira de evitar esse controlo?

VD: Muita coisa se poderia dizer acerca dessas referências ao período de 1974-75, podíamos lembrar a composição dos conselhos de gerência e os nomes que ocupavam cargos de chefia nos órgãos de comunicação social do Estado na época... Sobre isso há muita fantasia.

A parte disso, há outra coisa que se pode reconhecer e que é muito esquecida na consideração de alguns episódios ou acontecimentos: muita gente não percebe ou não quer perceber que nessa época não havia um regime democrático em Portugal, com uma Constituição aprovada, com órgãos de poder estáveis em função do ordenamento constitucional; havia o que nós apropriadamente chamávamos *uma situação democrática*. O que quer desde logo dizer que a evolução política e a luta política decorreu dentro de marcos legais e de facto com uma grande conflitualidade e incerteza, e todas as forças políticas foram protagonistas de acontecimentos que eventualmente podem não ser considerados impecáveis vistos pelos critérios de um regime estável, com uma Constituição definida. Coisas que se passaram na comunicação social são da mesma família que outras passadas na cadeia de comando das forças armadas, na economia, na vida social, etc.. Não é possível reescrever nem julgar esse período pelos padrões de legalidade e constitucionalidade hoje existentes.

Falando de privatizações, é bom não esgrimir contra fantasmas. A liberdade de criar jornais sempre existiu em Portugal, nunca esteve sujeita a nenhuma autorização prévia nem licença administrativa desde o 25 de Abril. O problema que tem havido é que, apesar disso, a política do poder tem conduzido a privatizar jornais que eram do sector público.

Diferente é, naturalmente, a questão da televisão. Não me custa hoje admitir que, se a privatização conduz à quebra da actual

concentração exclusiva na televisão, num canal da televisão, e designadamente nos seus noticiários, se conduz a estilhaar este fenómeno dos 50 por cento de audiência no Telejornal, ou dos 70 por cento no «Jornal de Sábado», a repartir estas audiências, ela pode, neste período, ser um factor positivo. Agora, penso que os comunistas não devem olhar para a privatização da televisão - embora reconhecendo que possa ser simpática a ideia da diversidade de escolhas, que a vida mostrará qual vai ser com a televisão privada - partilhando da ilusão de que isto é uma modificação positiva de fundo. Dirimidos alguns conflitos periódicos ou contradições secundárias que se podem pôr em relação a este ou aquele Governo, a esta ou aquela maioria parlamentar, no fio do tempo serão sempre defendidos, no essencial, os interesses estáveis de classe e os interesses políticos que correspondem a uma determinada área política em que nós não cabemos.

O PS é que é especialista em imaginar que a televisão privada vai ser uma coisa decisiva para o restabelecimento do pluralismo na televisão, possivelmente porque, na óptica estreita do seu interesse e da sua vantagem, imagina que quem vai ter a televisão privada vai ser o grupo que tem ligações com o PS.

MJV: Eu tenho ideia que não vai haver, com a TV privada, essa pulverização ou esse estilhaarmento em termos de informação. Fazer informação em televisão é extremamente dispendioso...

VD: A pulverização só se verificaria se alguém tivesse coragem de se bater com o telejornal das sete e meia à mesma hora.

MJV: Exacto. E isso é que falta provar. O tresmalhar da televisão por empresas privadas tem muito mais a ver com interesses mercantilistas, económicos, o que se acabará por traduzir no desenlatar de um mesmo tipo de programas de divertimento, entorpecimento, alienação. Isto é uma perspectiva muito pessimista, poderão as coisas passar-se de outro modo, admito... Mas tudo aponta mais para aqui do que para a ideia altruista de querer criar alternativas de informação. Isso ainda foi possível com as rádios locais, mas não me parece que seja possível em termos de televisão - talvez com uma única excepção...

FC: A privatização é uma grande operação, em que o PS alegremente embarca, de falsificação dos conceitos de pluralismo e liberdade. A privatização da televisão vai-nos proporcionar apenas a opção entre o Belmiro de Azevedo e o Pinto Balsemão. Mas penso que, na actual conjuntura, isso será *mais positivo que negativo*, pela mesma razão que é melhor haver o «Expresso», o «Público», o «Diário de Lisboa» e o «diário», do que haver só o «Diário da Manhã» e o «Diário de Notícias».

O impacto dos meios de comunicação social, concretamente da televisão, é ambíguo... A televisão, para um intelectual que foi formado a ler livros e a ir a espectáculos, pode ser uma coisa altamente alienatória, na medida em que dificulta a leitura de livros, a ida ao cinema, a conferências... Mas, para um analfabeto, que de qualquer maneira nunca iria a espectáculos, nunca leria livros, a televisão é um instrumento altamente estimulante, ainda que, muitas vezes, por caminhos errados. Para certas camadas sociais, a telenovela é um estímulo positivo para a discussão de certo tipo de problemas e o surgimento de certo tipo de perspectivas, que sem a televisão não surgiriam.

MJV: A minha dúvida é que nas televisões privadas, e tendo mesmo em conta as

disposições legais que são avançadas (nomeadamente a percentagem de programas de *expressão portuguesa*), a estatística continue a ser aferida pelas telenovelas brasileiras - voltamos ao desenlatar - e não tanto em termos de produção portuguesa. Duvido que a tendência seja para dar mais trabalho a actores, a *cameramen*, a realizadores portugueses, mas antes para uma acumulação artificial e mecânica: em termos de informação, o mesmo tipo de mensagem; em termos de programas de diversão e entretenimento, o desenlatar de programas estrangeiros, alheios à identi-

A comunicação social - e em particular a comunicação social do PCP - não deve ser vista independentemente das questões mais gerais da vida interna do Partido, dos mecanismos de apuramento das opiniões dentro do Partido, da chamada democracia interna do Partido. O «Avante!» que se tem feito nos períodos pré-congresso aponta para um tipo de órgão central do PCP que deveria existir sempre, não necessariamente igual a este, mas com o mesmo estilo e abertura no tratamento dos temas, seguindo e desenvolvendo o módulo utilizado agora.

dade nacional e aos problemas portugueses, e mais virados para uma estandarização de comportamentos.

FC: Quanto ao problema do controlo pelo poder, há um aspecto que não deve ser esquecido e deve ser reforçado: os mecanismos legais que existem para que certo tipo de condicionalismos e restrições sejam cumpridos por quem detém o poder. Uma razoável parte dos malefícios da comunicação social, e particularmente da televisão, tem lugar porque esses mecanismos legais não são cumpridos.

VD: A maneira como o PS coloca o problema da TV privada tem implícita já uma abdicação da perspectiva de conduzir o serviço público de televisão ao pluralismo, ao rigor e à qualidade. A nossa posição é diferente: continuamos a colocar como primeira prioridade a necessidade da *reestruturação do serviço público*, do restabelecimento do pluralismo e de outras garantias.

Nós somos sensíveis à aspiração de diversidade de programação e de escolha que novos canais podem propiciar. Quando se argumenta que vamos ter à mesma hora o «Dallas» num canal e a «Dinastia» noutra, temos que admitir que para algumas pessoas isso seja uma opção. A sociedade tende a ser mais complexa, a gama de interesses das pessoas diversifica-se, os interesses entrecruzam-se, e era difícil a televisão ficar de fora disto. O problema é que em Portugal, por razões que não são sérias, se instituiu que a diversidade só pode ser oferecida pelo sector privado, quando ninguém fez a demonstração do que impedia que, face a uma eventual necessidade nacional de haver quatro canais, o sector público tivesse quatro canais, com programações concorrenciais ou complementares, com modelos de gestão autónomos, com formas de gestão que associassem produtores e criadores... Há inúmeras experiências internacionais neste domínio. Mas ligou-se a possibilidade de alternativa, de diversidade, de concorrência, à posse privada. Com uma agravante (Esta história da televisão privada ainda acabará por ser muito educativa!): cada vez que os candidatos abrem a boca, cada vez que o debate avança, mais se prova que *nas condições portuguesas só vai haver televisão privada à custa de um derradeiro investimento do Estado ou da utilização de meios públicos*; a privatização vai concertar a provar que na base dos meros recursos privados, na base das regras da concorrência em sociedade civil, não haveria televisão privada. Tudo aponta para que vão ser utilizadas as infraestruturas técnicas do sector público para a transmissão do sinal das emissoras privadas, tudo indica que ninguém é candidato a construir uma televisão de raiz. Isto não altera o curso dos acontecimentos, mas é importante para a luta ideológica: andam há anos e anos a teorizar contra a existência de uma lei e de um alegado monopólio público e, afinal, vai-se ver - por o País ser pequeno, por os investimentos terem que ser rentáveis - que tudo vai continuar a depender do Estado, não por razões das leis, mas por razões de dinheiro ■

XIII CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP
LOURES • 18 • 19 • 20 • MAIO • 1990

Mesa
redonda

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP
LOURES, 18-19-20 MAIO 1990

INTEGRAÇÃO EUROPEIA E CAPITAL ESTRANGEIRO EM PORTUGAL

Uma estratégia de defesa dos interesses nacionais

Os debates são como as cerejas; começa-se por um tema e deparamos com uma data deles, cada qual a suscitar questões, perguntas, respostas, interrogações que davam pano para mangas. Desta vez o pretexto da conversa foi a integração europeia e a penetração do capital estrangeiro em Portugal, que juntou à mesa os camaradas Carlos Carvalhas, suplente da Comissão Política do CC do PCP e deputado no Parlamento Europeu, Agostinho Lopes, suplente da Comissão Política, Sérgio Ribeiro, deputado na Assembleia da República e Barros Moura, deputado no Parlamento Europeu. Como de costume, o debate soube a pouco.

Av. - A integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia é normalmente apresentada pelo Governo e por diversas forças políticas como altamente vantajosa para o País. No entanto o Partido - e as teses ao XIII Congresso (extraordinário) voltam a acentuá-lo - continua a pôr a tónica nos aspectos negativos da Integração e a salientar os perigos daí resultantes para o desenvolvimento nacional. Para além de estabelecermos a diferença entre crescimento e desenvolvimento, podemos começar pela questão: afinal, a integração europeia é benéfica ou prejudicial ao País?

B.M. - Posta assim a questão, eu que discordo da opinião do Governo segundo a qual a integração na Comunidade Europeia, tal como se está a processar - isto é, com a Comunidade Europeia que existe e com a política que o Governo vem executando - seja altamente benéfica para o nosso país, também não concordo com a maneira como sistematicamente se afirma, nos círculos da direcção do Partido, que a integração de Portugal na Comunidade Europeia é em si desvantajosa. Já se disse até que seria ruínoza... A verdade é que nada disso se confirmou.

ção de uma estratégia nacional de desenvolvimento no quadro da CEE; um quadro que exige, por outro lado, que se torne claro que não é neste momento possível, atendendo a situação internacional existente, aos desenvolvimentos que se verificaram na situação internacional, à internacionalização económica em que estamos inseridos, não é possível defender uma alternativa de desenvolvimento fora do quadro da Comunidade Económica Europeia. Este é um aspecto que tem a ver com uma estratégia de desenvolvimento nacional dentro da Comunidade e não contra ela. O segundo aspecto, é que essa estratégia exige que sejamos capazes - e para isso temos de actuar em conjunto com outras forças democráticas e progressistas, com o movimento operário e sindical, etc. no quadro da CEE - de apresentar claramente uma alternativa à Comunidade Europeia actual que é uma «Europa dos monopólios». Ou seja, é necessário lutar para alterar o quadro comunitário actualmente existente que não é favorável aos desenvolvimentos dos países menos desenvolvidos, dos países periféricos.

S.R. - A questão como tu a colocas, pondo essa dicotomia crescimento/desenvolvimento, dá-nos possibilidade de dizer algu-

que o modo como Portugal se inseriu na CEE, como a integração foi negociada e concretizada, corresponde a uma política de classe contra a qual nos batemos e cujas consequências são graves. Mesmo os indicadores de crescimento económico apresentados são indicadores quantitativos e terão de ser confrontados com os aspectos negativos já referidos.

Av. - Mas a integração vai ou não reduzir a nossa independência nacional?

B.M. - Creio que por mais independência nacional formalmente reconhecida que um pequeno país como Portugal tenha, neste momento, neste quadro, isso não lhe assegura por si só as possibilidades de um desenvolvimento autónomo que corresponda aos interesses do nosso povo. De resto, as experiências de tentativas de desenvolvimento autárquico verificadas neste século na Europa conduziram não só a clamorosos fracassos mas a situações insustentáveis de limitação das liberdades. Vejase só o exemplo da Roménia! Nós não queremos nada disso para o nosso país.

A pergunta supõe uma outra: se estivéssemos fora da Comunidade Económica Europeia tínhamos possibilidades de assegurar o nosso desenvolvimento? E pressupõe uma outra: a entrada na Comunidade limitou a soberania portuguesa ao ponto de anular a independência do nosso país? Respondendo às duas perguntas não.

Creio que Portugal não perdeu a sua soberania, não perdeu a sua capacidade de decisão. Só que neste momento a exerce num quadro em que, se tem que negociar algumas decisões, também ganhou novos espaços para a afirmação dos interesses nacionais (e devemos censurar o Governo

Características de classe e desenvolvimento nacional

S.R. - Parece-me evidente que neste momento é impossível considerar-se qualquer política económica e social num quadro estritamente nacional. Mas isso não diminui a importância de uma política nacional, antes a reforça. Neste caso, estando nós integrados num espaço em que predomina uma orientação de classe, se não afirmamos uma política nacional, uma estratégia de desenvolvimento que procure contrariar essa política de classe, estamos numa posição de demissão. Há características de classe nas políticas e há políticas que são nacionais e políticas supranacionais.

B.M. - Há características de classe nas políticas, seja a nível nacional seja a nível comunitário. As estratégias que as minhas intervenções pressupõem a nível comunitário significam que defendo que o nosso Partido, os partidos de esquerda e o movimento operário, façam a nível da Comunidade aquilo que historicamente têm feito a nível dos respectivos países. Lutar pela democracia e pelo fim da exploração do homem pelo homem. Por outro lado, estou de acordo, é necessária uma estratégia nacional de desenvolvimento. Mas então passemos a defini-la e deixemos, de uma vez por todas, de dizer - até porque ninguém nos acredita - que é um mal estarmos na CEE.

C.C. - Penso que o quadro de referência se alterou e não é isso o que neste momento

que o Partido tem apresentado um conjunto de propostas de desenvolvimento, no quadro da CEE, portanto como país integrado. Não apresentamos orientações de desenvolvimento para um país fora da CEE e nunca defendemos uma política autárquica. Agora a questão que se coloca é a de saber, perante o quadro em que estamos envolvidos, como defender os interesses nacionais, os interesses dos trabalhadores e do povo português, os interesses dos trabalhadores e dos povos da Europa. Em termos de balanço dos resultados, julgo que importa ter cuidado; é negável o efeito positivo dos fundos mesmo quando têm sido mal aproveitados, mas é preciso ser prudente em relação a um balanço global.

Av. - Mas nas teses ao XIII Congresso (extraordinário), no que se refere à integração europeia, o que ressalta é o aspecto negativo...

C.C. - Não estou de acordo. Nas teses o que se faz é a apreciação da política do Governo em relação à integração e a análise do que há de novo, União Económica e Monetária...

Av. - Não é insuficiente essa abordagem?

C.C. - Pode ser, mas lembro que fizemos um outro Congresso há pouco tempo em que fizemos esse balanço e nas eleições para o Parlamento Europeu também analisámos essa questão. As presentes teses não procuraram abarcar todos os

Os grandes choques ainda estão para vir

Ou seja, é preciso ter cuidado nas análises que se fazem porque não estão expurgadas das condições da conjuntura externa e porque Portugal ainda não está totalmente integrado, ainda está em período de transição, o que significa que os principais choques ainda estão para vir. Com a política que o Governo tem seguido, temos de ter alguma prudência. O que não significa que a CEE não nos abra perspectivas de desenvolvimento. O que temos de analisar com cuidado é uma integração que foi mal negociada pelo PS e PSD com as dificuldades que essa mesma integração introduziu na nossa economia, com uma política conduzida por um Governo que fez cedências, que nem sempre acautele os interesses nacionais e tendo em atenção que há choques que nos esperam. Ainda recentemente um estudo do Ministério do Emprego chamava a atenção para um conjunto de sectores importantes da economia que poderão sofrer grandes embates negativos com o mercado interno. Imagine-se só o que significaria para Portugal uma crise na indústria têxtil e na indústria de calçado, sobretudo tendo em conta a sua localização em regiões de mono-indústria...

B.M. - Importaria saber se essa crise seria imputável à integração...

C.C. - O estudo refere-se às consequências do mercado único para vários sectores; os têxteis e o calçado têm naturalmente aspectos específicos. Com o mercado único, dados os diferenciais de produtividade e o facto de não se terem tomado medidas de reestruturação quer em relação ao calçado quer em relação aos têxteis, leva a que não possamos encarar 1993 sem preocupações.

B.M. - Acho que nós deveríamos considerar esse aspecto. Suponhamos que, não estando Portugal na CEE, se tinha realizado o mercado único, com a imensa liberalização económica daí resultante, nomeadamente nos têxteis e no calçado. Qual seria a situação de Portugal?

C.C. - Isso é uma situação abstracta...

B.M. - Tens de valorizar o facto de Portugal estar na direcção da Comunidade... Para além disso, temos de dizer a verdade, a situação da têxtil ou do calçado não é uma consequência da CEE.

C.C. - O que tu queres dizer é que se não estivéssemos na Comunidade não teríamos neste momento possibilidade de, na mesa das negociações, enquanto membro da CEE, definir uma posição. Mas podíamos fazê-lo enquanto membros do GATT, como o fazem os países terceiros. Em relação aos têxteis, não se pode raciocinar só neste sentido; porque sendo membros da CEE, vamos ficar também com o nosso mercado aberto à concorrência de países terceiros.

S.R. - Se essa crise não é atribuível à integração é pelo menos potenciada por ela.

Mas em relação ao efeito positivo dos fundos, chamava a atenção para o facto de que esse efeito positivo é negável em termos de crescimento, mas em termos de desenvolvimento já não o é. Nos aspectos regionais, nos aspectos sociais, será que os fundos comunitários tiveram efeitos positivos? E as assimetrias regionais que foram acentuadas? E as desigualdades sociais que se agravaram?

O exemplo da agricultura

A.L. - Gostava de voltar à questão inicial, para a relacionar com o caso específico da agricultura, que é um dos sectores que ilustra com clareza a dicotomia crescimento/desenvolvimento.

Do ponto de vista agrícola, tem havido «algum» crescimento económico, mas não tem havido desenvolvimento no sentido da



atenuação das desigualdades sociais e regionais. Pelo contrário. Todo este período de integração mostra um agravamento da situação da maioria das pequenas e médias explorações agrícolas portuguesas, apesar da existência de *ilhas* onde esse desenvolvimento económico se deu. São *ilhas* em número muito pequeno; os investimentos ao abrigo dos fundos da CEE rondam os dois, três por cento das explorações agrícolas portuguesas.

O balanço que se pode fazer hoje - e o próprio Governo começa a ter dúvidas - é, do ponto de vista da produção, de não crescimento. É difícil no entanto ter uma ideia precisa neste aspecto devido aos dois últimos maus anos agrícolas. Mas no plano das estruturas agrícolas os progressos são claramente insuficientes, para não dizer nulos. No plano dos rendimentos dos agricultores, o que se verifica é uma permanente degradação, com uma estreitíssima faixa de casos de crescimento. A nível da especialização produtiva não estamos a melhorar a estrutura produtiva para responder aos grandes problemas da balança agro-alimentar portuguesa.

Não penso que devamos defender um desenvolvimento autárquico do País, que nos devamos bater por um total auto-abastecimento do País, mas creio que é necessário - e isso é uma questão de independência nacional - que o País, em produções estratégicas, tenha um nível de auto-abastecimento razoável, de forma a não ficar completamente dependente da variação dos mercados mundiais.

Ora bem, isto não está a acontecer. E não está a acontecer devido à política negativa do Governo português, que agrava a selectividade inerente aos mecanismos comunitários de apoio aos agricultores; mas, também devido à própria política agrícola da CEE. Um exemplo concreto: nós estamos a ter um elevado crescimento de produção florestal; mas isto significa, do ponto de vista da produção agro-florestal portuguesa um progresso? Há situações que são de progresso, mas outras são claramente negativas porque correspondem a uma produção florestal à custa da produção agrícola de que o País precisa.

O Barros Moura levantou a questão, que só por si daria uma mesa redonda, de saber se é possível uma política de esquerda neste momento fora de um contexto multinacional. Penso que é possível uma política de esquerda num contexto de um País como o nosso.

B.M. - Com a evolução que se verificou, nem a situação nacional nem a internacional é hoje a mesma de quando foi pedida a adesão de Portugal à CEE. Neste momento, com o «terramoto» que houve na Europa, todos os países estão a pedir a sua integração e isso não acontece por acaso; é porque de alguma forma eles querem poder influir no processo de concretização do mercado interno.

Então é correcto que numa situação destas nós continuemos a alimentar a ideia - e algumas análises da direcção do Partido continuam a fazê-lo - de que seria melhor estarmos fora de todo este processo?

O resto são fantasmas

C.C. - Isso não corresponde à verdade. O Partido tem procurado sim é a chamar a atenção para o facto de estarmos confrontados com uma dupla ou tripla integração, isto é com a integração no mercado único, na união económica e monetária, no sistema monetário europeu, sem nos estarmos a preparar para isso, apesar de sermos o

País com a mais débil economia europeia. É para isso que chamamos a atenção, o resto são fantasmas...

Julgamos que é necessário rigor e alertar para os problemas que se colocam a uma estrutura económica como a portuguesa, a sua falta de preparação e para as questões quer respeitantes à utilização dos fundos e da especialização produtiva, quer inclusivamente da política em relação ao investimento estrangeiro.

S.R. - E não podemos esquecer também que a adesão de Portugal à CEE foi precedida pela integração no Conselho da Europa e por toda uma série de novas combinações no plano económico e social.

Quando se aborda esta problemática, torna-se necessário ter em conta que as consequências da integração europeia têm a ver com questões tão sensíveis como a precariedade do emprego, por exemplo, que sendo hoje uma realidade não pode merecer a nossa aceitação.

Av. - De qualquer maneira é um facto que a Comunidade se está a alterar... O que é que isso pode significar para o futuro de Portugal?

C.C. - Em termos de futuro, dadas as alterações na situação internacional, pode haver vários cenários para a integração europeia. Mas seja qual for o cenário há uma tendência que aponta para a periferização da nossa economia, o que não seria

Creio que Portugal não perdeu a sua soberania, não perdeu a sua capacidade de decisão. Só que neste momento a exerce num quadro em que, se tem que negociar algumas decisões, também ganhou novos espaços para a afirmação dos interesses nacionais (e devemos censurar o Governo por não estar a aproveitar todas as possibilidades neste domínio).

nada vantajoso e que impõe desde já a diversificação das relações económicas externas.

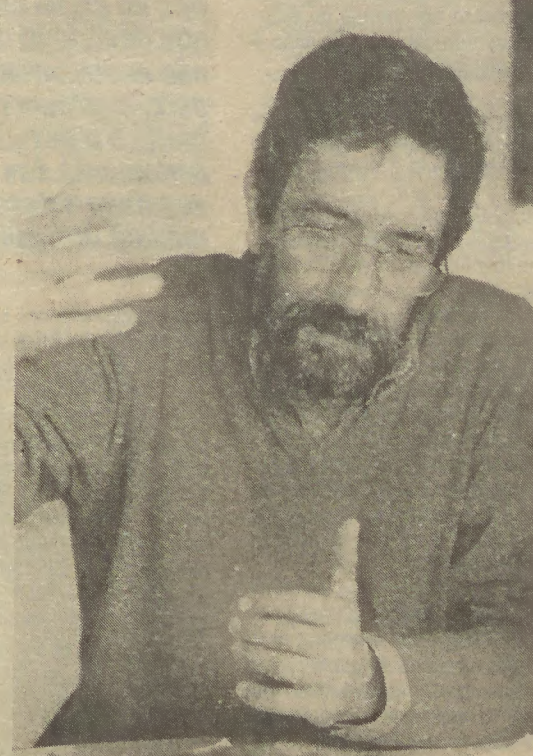
Mas não é fácil fazer previsões. O que não podemos é deixar de fazer propostas, tendo em conta que a CEE se alterou, quer na sua composição quer na sua dinâmica, passando de uma fase de estagnação para outra de mudanças profundas. O que exige da nossa parte uma grande capacidade de intervenção e simultaneamente uma grande atenção aos novos desenvolvimentos.

Vejase o caso do Sistema Monetário Europeu: as posições a favor e contra uma entrada imediata no SME têm razão de ser; por um lado, um atraso na adesão de Portugal impediu-nos de participar nas decisões na política a seguir; por outro lado, uma entrada imediata, com a elevada taxa de inflação que temos, levanta-nos problemas suplementares. Qualquer das soluções apresenta grandes perigos mas também vantagens, pelo que a opção deve ser tomada tendo em conta todas as facetas e nomeadamente o facto da Espanha já ter entrado e a Inglaterra estar mais próxima de o fazer.

S.R. - Tudo isso passa, naturalmente, pela política do Governo. No caso da infla-



Carlos Carvalhas



Sérgio Ribeiro



Barros Moura



Agostinho Lopes

Acho que essas formulações não têm ajudado nada a esclarecer as necessidades que se colocam ao nosso país e às forças democráticas e progressistas no contexto da integração de Portugal na CEE, para a qual não me parece existir neste momento uma alternativa. De resto o Partido nunca apresentou uma alternativa credível à integração, desde que esta se concretizou.

Considero que é necessário definir linhas de orientação, de actuação que permitam duas coisas: o desenvolvimento económico - e estou de acordo que se deve fazer a distinção entre desenvolvimento e crescimento económico, como de resto se verifica em todas as posições que temos defendido, de um desenvolvimento com dimensão social, «coesão económica e social». Como, ali dizendo, o desenvolvimento do nosso país num quadro de integração comunitária, que é o existente, exige com urgência a elaboração de propostas do nosso Partido tendentes à defini-

ma coisa sobre o como da integração europeia e o como da nossa participação nesta integração europeia. Mas creio também que é extremamente difícil fazer uma espécie de exercício sobre como é que seria se não tivesse sido assim... O processo de integração europeia é um processo objectivo e o problema que desde sempre penso que deveria ter sido colocado não era tanto o da CEE posta em questão, o do nosso posicionamento em relação a um processo objectivo de internacionalização da vida económica, mas sim como salvaguardar aquilo que são os interesses que defendemos.

Em relação ao que já passou, creio que é importante referir que o processo de integração europeia tal como ele é e como nós nos posicionamos em relação a ele, como país, veio agravar as assimetrias regionais, acentuou desequilíbrios sociais e facilitou a reconstituição de grupos económicos, permitindo, facilitando e estimulando a penetração de capital estrangeiro.

A partir desta realidade, podemos dizer

por não estar a aproveitar todas as possibilidades neste domínio). Os acontecimentos têm demonstrado a extrema dificuldade de num quadro nacional, mesmo em casos de países muito mais desenvolvidos e muito mais poderosos do que Portugal, pôr em prática uma política autónoma e nomeadamente uma política de esquerda. As experiências limitadamente reformistas do primeiro governo socialista francês, com Mitterrand, demonstraram a dificuldade de conduzir essa política num marco estritamente nacional; o que a todos nos deve fazer reflectir sobre a necessidade de em espaços multinacionais e através de organizações supranacionais procurar levar à prática políticas que correspondam aos interesses dos povos e superem a situação a que Sérgio Ribeiro fazia referência ao apontar as características de classe da integração. Políticas que em vez de conduzi-la ao agravamento das assimetrias e das desigualdades possam contribuir para aproximar os níveis de desenvolvimento.

se afirma. Não é essa a posição do Partido. Nós fazemos uma análise da entrada de Portugal na CEE no plano económico, no plano social, cultural e político, e temos que ver como é que a integração tem sido conduzida, por um lado pelo Governo e por outro pela própria CEE. Constatamos que temos perdido oportunidades, não temos utilizado os fundos estruturais que têm vindo em grande quantidade e que se têm agravado algumas das situações estruturais da nossa economia.

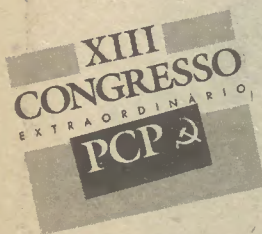
Não podemos analisar estas questões em termos abstractos. Quando o Sérgio diz que é necessário definir uma política nacional de desenvolvimento, chama a atenção para uma realidade. Tomemos o exemplo da agricultura. A política comunitária, tal como está definida, visa reduzir produções, o que corresponde aos interesses dos países ricos. No entanto, em Portugal, temos necessidade de aumentar a produção agrícola.

Importa ter também em consideração

tendências e fazer uma análise global, não foi esse o seu objectivo.

Mas em relação ao que dizia sobre o balanço da integração, quero fazer notar que há ainda muitos factores externos, conjunturais, que dificultam uma análise objectiva para um balanço rigoroso e científico. Aliás, não somos apenas nós que o afirmamos; ainda em Agosto último, um elemento da direcção do Partido Socialista, o economista Ferro Rodrigues, escrevia no *Semanário Económico* que «é ainda demasiado cedo para um balanço menos influenciado por oscilações conjunturais da economia mundial ou por situações excepcionais no que se refere aos direitos e deveres do País no quadro Comunitário». Referia a propósito «planos tão importantes como o da concorrência de produtos extracomunitários no mercado português ou da aplicação integral das regras da política agrícola comum», para salientar que «Portugal está ainda longe da situação de normalidade, típica dos principais parceiros dos «doze»».



Mesa
redonda

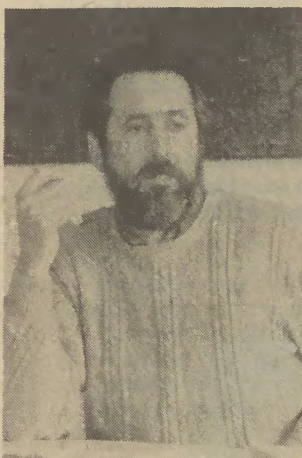
Uma estratégia de defesa dos interesses nacionais

ção, por exemplo, não pode ignorar-se que ela se deve não apenas a razões de carácter técnico, antes é também o resultado de uma política de classe.

B.M. - Voltando um pouco atrás, fico satisfeito de ouvir dizer que «não há fantasmas». É muito positivo que já não estejamos a discutir se sim ou não devíamos estar na CEE, mas sim como é que estamos na CEE. Devo salientar, de resto, que as posições do Partido sobre a CEE (sobretudo com o Programa aprovado no último Congresso) evoluíram para um maior realismo que, tudo indica, contribuiu para o bom resultado das eleições para o Parlamento Europeu.

E vale a pena notar que a CEE mudou, não é a mesma de alguns anos atrás: hoje estamos lá nós, estão lá os espanhóis, o alargamento a Sul introduziu novas contradições e gerou novas solidariedades. Novas perspectivas se abrem, também, com o tal «terramoto» político no Centro e no Leste europeu.

É claro que estou de acordo com a necessidade de continuarmos a ser críticos e insatisfeitos em relação a todas as situações de falta de democracia, de exploração ou de desenvolvimento desigual. É o que continuará a caracterizar-nos como comunistas. Mas não deixo de salientar também a necessidade de não ficarmos de fora no respeitante aos processos de decisão de toda a política comunitária.



E já agora quero deixar claro que quando me refiro à necessidade de desenvolver uma política de esquerda supranacional, penso que tal política pressupõe a luta no plano interno e o próprio reforço da luta a nível interno e não uma substituição desta por aquela. Só assim podemos pensar na construção de uma Europa democrática...

Um défice democrático

S.R. - Não podemos esquecer que existe um défice democrático a nível comunitário. O Parlamento Europeu, que é o único órgão eleito, é justamente o que dispõe de menos poderes. Trata-se de uma contradição que importa resolver e não com a redução, como alguns pretendem, dos poderes dos parlamentos nacionais, da transferência dos poderes destes para órgãos supra-nacionais.

B.M. - O défice democrático é uma realidade; penso que deverá ser resolvido aumentando os poderes do PE à custa da Comissão e do Conselho e reforçando o dos parlamentos nacionais. E, claro, aumentando a influência dos trabalhadores.

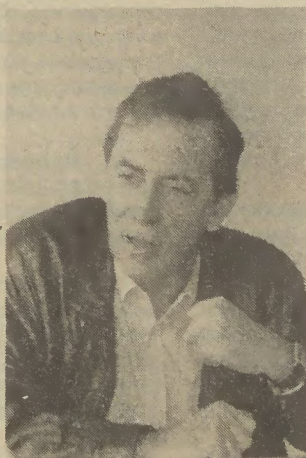
C.C. - De tudo o que temos vindo a dizer ressalta a evidência que, por um lado, o mundo é cada vez mais interdependente e, por outro lado, que existem também dominações a que é necessário fazer frente. É neste quadro que travamos a nossa batalha política, procurando defender os interesses nacionais e, apesar da integração e da internacionalização, não perder de vista a defesa da independência nacional.

Av. - Podemos aproveitar o que acabamos de dizer para fazer a ponte com a questão dos investimentos estrangeiros em Portugal. De certa forma pode-se estabelecer um paralelo entre a posição do Partido face a esta questão e a adesão à CEE. Ou seja, não estamos também neste domínio a travar uma batalha pe-

rante um facto consumado, ao invés de canalizar esforços para fazer face a esse mesmo facto? Ou será que o Partido é, por princípio, contra os investimentos estrangeiros?

C.C. - Sobre essa questão é importante começar por afirmar que nós não somos contra o investimento estrangeiro, desde que isso não se traduza por uma entrega da nossa economia, em particular dos sectores considerados estratégicos, ao capital estrangeiro.

Nós estamos contra e temos o dever de denunciar a política do Governo que procura fazer crer que todo o investimento estrangeiro, seja como for que se processe, é benéfico para Portugal. A verdade é que nem tudo é positivo, antes pelo contrário. Não é positivo que o investimento estrangeiro venha para o nosso país para obter lucros especulativos, não desenvolvendo a nossa capacidade tecnológica, e sim aproveitando no fundamental os nossos recursos naturais e a nossa mão-de-obra barata. O que a prática mostra é que o capital estrangeiro está a comprar empresas já instaladas sem as beneficiar tecnologicamente, e a beneficiar, muitas vezes, de apoios que deveriam ser dados à economia nacional e a ganhar posições cada vez mais importantes em sectores da nossa economia, ao mesmo tempo que o Governo se empenha no desmembramento do sector empresarial do Estado.



Com o aumento da concorrência, que se vai acentuar com a entrada em vigor do mercado único, esta situação tende a agravar-se, sem que a economia nacional esteja equipada com os meios necessários para lhe fazer frente. É por isso que, para além de outros factores, consideramos importante e necessária a existência de um forte e dinâmico sector empresarial do Estado (SEE)...

Av. - Mas faz sentido continuar a defender a existência do SEE - independentemente da justeza dessa defesa - quando se torna evidente que ele tem os dias contados?

C.C. - Não é bem assim, e a prova disso é que apesar do Governo estar apostado na

Sou de opinião que nós não devemos defender as nacionalizações enquanto tal, enquanto estatização da economia, mas sim um Sector Empresarial do Estado estruturado e com um papel, como um instrumento de uma política, de uma estratégia. Esta distinção parece-me importante.

destruição do SEE não lhe tem sido fácil levar a cabo a sua política de privatizações.

As alavancas

S.R. - Em relação ao SEE o que acho que importa referir é o seu papel, a sua capacidade de ser um instrumento para que as alavancas da economia se mantenham nas mãos do poder político.

Não estou de acordo com a comparação feita em relação à CEE.

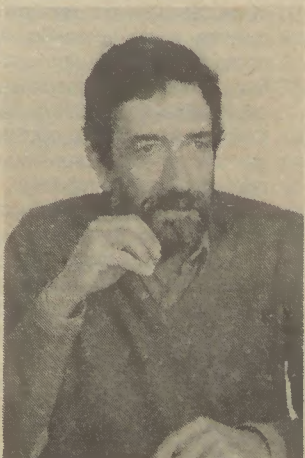
A CEE é uma resposta de classe a um

processo irreversível, e se temos algumas autocriticas a fazer é de termos atacado esse processo esquecendo que ele era justamente uma resposta, e de classe, a um processo irreversível, um processo de internacionalização da economia.

Ora não penso de modo nenhum que seja irreversível o domínio da vida económica e social pelo capital.

Quanto à penetração de capital estrangeiro em Portugal, faço notar que um dos seus aspectos mais negativos está no facto de se tratar não de uma penetração de capital no sentido material do termo, mas sim na compra de empresas existentes o que corresponde a uma transferência de capital nacional para capital estrangeiro e o desvio de fundos comunitários. Concretamente, estamos perante uma situação de desvio de verbas comunitárias que em vez de servirem para estimular actividades empresariais portuguesas, nalguns casos com impacto regional, são transferidas para apoio a grandes grupos multinacionais. Isto tem a ver com uma óptica, que devemos denunciar com toda a força, segundo a qual o que importa fazer é oferecermos condições para que os estrangeiros venham, mesmo quando essas condições traduzem uma completa demissão em relação aos interesses nacionais.

C.C. - Os dados são esclarecedores: em 1989, o investimento em aquisição de empresas e em empresas instaladas ultrapas-



sa os 80 por cento; a aquisição de novas empresas representa apenas 17,3 por cento. O investimento na indústria transformadora entre 1986 e 1988 foi de 30 por cento do investimento total; no ano passado, já não chegou aos 20 por cento. E verifica-se uma predominância dos investimentos nas áreas de imobiliário, do turismo e sector financeiro, sectores onde se regista mais especulação.

A.L. - Esta questão deve também ser analisada em relação ao que se passa na agricultura. A penetração do capital estrangeiro faz-se sentir quer no campo da produção agrícola, através da apropriação de vastas zonas do solo agrícola nacional, quer no sector estratégico relacionado com a agricultura que é o sector agro-alimentar.

Neste contexto, é importante chamar a atenção para um aspecto contraditório que se prende com a compra de solos pelos estrangeiros: o preço da terra. Por um lado, a venda vai permitir a alguns pequenos proprietários aumentar os seus proventos, mas por outro vai aumentar as dificuldades do desenvolvimento da produção agrícola portuguesa na medida em que provoca uma subida do preço da terra e gera um movimento especulativo dos preços, dificulta o acesso à terra por parte dos jovens agricultores, dificulta operações de reestruturação, emparcelamento, faz subir as rendas... com tudo o que isto significa no encarecimento dos custos da produção agrícola e da competitividade da nossa agricultura.

Um outro aspecto que importa salientar é o do domínio do sector comercial da produção agrícola, do sector transformador, pelas empresas estrangeiras. Hoje assiste-se a um processo de tomada de posições pelo capital estrangeiro em indústrias já existentes - nos iogurtes, nos lacticínios, nos vinhos, etc. - sem qualquer controlo. O mesmo se pode dizer no respeitante à florestação de eucaliptos e de outras espécies de crescimento rápido, cujo impacto no meio-ambiente não está acautelado.

E em todo este domínio se assiste ao

que o Sérgio já referiu, ou seja a absorção por estas multinacionais de grossa fatia dos fundos comunitários; os últimos balanços referentes aos investimentos do Regulamento 355 - Transformação da Produção Agrícola - revelam que vão dois terços para o capital privado, com peso significativo das multinacionais, e apenas um terço para o sector cooperativo nacional.

Um caso exemplar, pela negativa, desta situação, é o da beterraba sacarina. Portugal conseguiu, com a integração, uma quota de produção de 60 000 toneladas; depois de grandes movimentações, o processo de construção da empresa para o efeito foi entregue à RAR, um grupo com ligações a multinacionais inglesas e até a um grupo espanhol. A produção começou a desenvolver-se no Ribatejo, mas a construção da empresa está paralisada. O que se percebe; a RAR está interessada em refinar açúcar e não em produzir açúcar a partir da beterraba. Segundo notícias vindas a público recentemente, a RAR está a pres-

Não é positivo que o investimento estrangeiro venha para o nosso país para obter lucros especulativos, não desenvolvendo a nossa capacidade tecnológica, e sim aproveitando no fundamental os nossos recursos naturais e a nossa mão-de-obra barata. O que a prática mostra é que o capital estrangeiro está a comprar empresas já instaladas sem as beneficiar tecnologicamente, e a beneficiar, muitas vezes, de apoios que deveriam ser dados à economia nacional e a ganhar posições cada vez mais importantes em sectores da nossa economia, ao mesmo tempo que o Governo se empenha no desmembramento do sector empresarial do Estado.

sionar o Governo, exigindo 70 por cento do capital necessário para investir na construção da empresa... ou não haverá fábrica em Portugal para transformar a beterraba sacarina que já começamos a produzir.

Ora isto é um processo de boicote que põe em causa a quota que nos foi atribuída e que continuamos a não utilizar, passados cinco anos do processo de adesão.

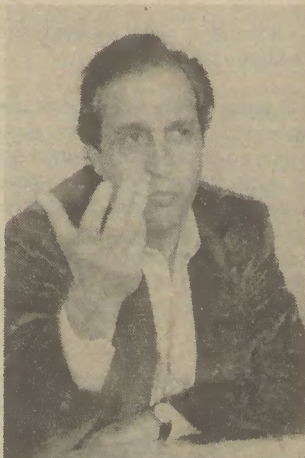
O problema das estratégias

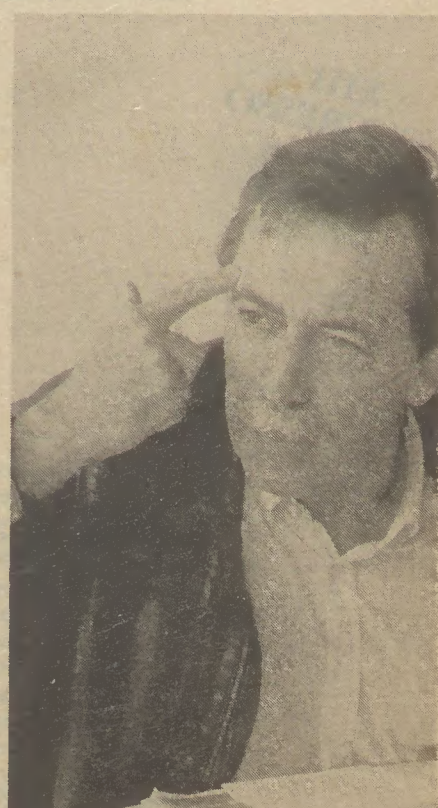
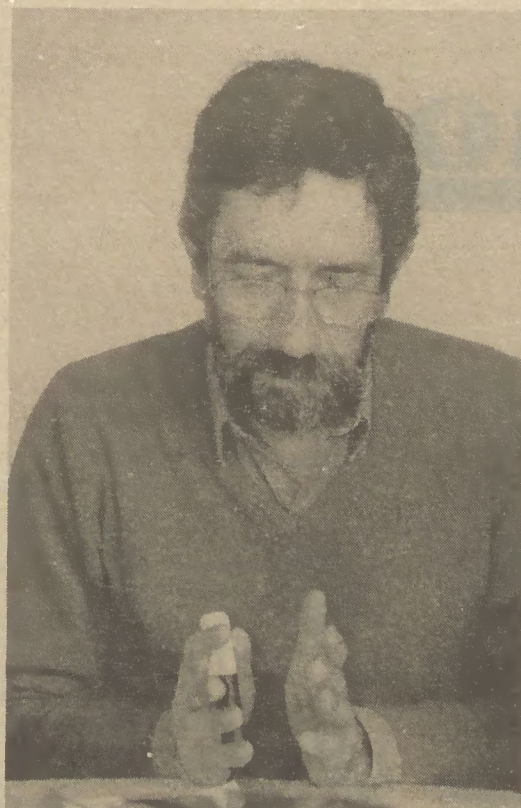
B.M. - Estou de acordo com as críticas já aqui feitas ao investimento estrangeiro que se tem verificado. O investimento que merece essas críticas não convém ao País.

Temos que lutar por melhor investimento, entendendo como tal o que favoreça o objectivo de melhorar a nossa especialização produtiva. Com as características que o investimento estrangeiro tem neste momento, ele não contribui para isso, antes está a agravar os nossos problemas.

A acção das multinacionais, nomeadamente, recoloca em discussão o problema das estratégias nacionais e das estratégias supranacionais. Voltamos sempre a essa discussão.

O nosso Partido tem que dar aos trabalhadores e ao nosso povo perspectivas que permitam combater eficazmente esta situação. Temos que ter propostas, temos que demonstrar que elas são as mais apropriadas, temos que fazer propostas que sejam mobilizadoras. Creio que um aspecto central do carácter mobilizador das propostas é a sua exequibilidade. Duvido que fora de um quadro de intensa cooperação internacional e de acção em organizações supranacionais seja possível deter, nas fronteiras nacionais de um pequeno Estado como é Portugal, a estratégia de empresas tão poderosas.





O que acabo de dizer tem a ver com o papel da realidade na política. Volto à questão sobre se o papel do Partido face às privatizações e ao desmantelamento do Sector Empresarial do Estado não estará a reeditar o atraso da posição tomada relativamente à CEE; creio que devemos pensar nisso. Devemos pensar porque é que em domínios tão importantes, com tanta frequência, nós vimos tomar, com atraso relativamente aos factos, como que a reboque, determinadas posições.

Em relação à CEE creio que o principal atraso foi este: a decisão contra a adesão à CEE, tomada no quadro da defesa da revolução portuguesa, porque se compreendeu que a integração era algo destinado a criar um constrangimento internacional em relação à revolução portuguesa, foi mantida mesmo quando tudo permitia concluir que o processo revolucionário já se tinha esgotado. Ou seja, continuámos a defender uma posição que foi adequada a uma situação anterior, sem ter em conta que a situação se alterara.

Nós não temos que ser seguidistas em relação à sociedade capitalista, mas temos que ter propostas para transformar a realidade. É por isso que entendo que o nosso papel sobre as privatizações não se esgota dizendo que defendemos as nacionalizações. A nossa posição, no essencial justa, tem de ser concretizada definindo em termos concretos o que deve ser o tal «sector público, reestruturado, viável», assegurando as alavancas de controlo nacional do processo de integração de Portugal na CEE.

Considero isto extremamente importante e penso que há que desenvolver esta tese, tal como no respeitante à estratégia nacional de desenvolvimento, e não continuar em posições puramente defensistas.

Ainda sobre o investimento estrangeiro, acho que temos de acentuar o facto de que esse investimento não é mau em si; o investimento estrangeiro é mau quando se processa nas condições em que se está a verificar em Portugal. Não me parece que para os trabalhadores, se as perspectivas continuarem a ser as que são, seja preferível serem explorados por patrões portugueses do que por patrões estrangeiros.

C.C. - Independentemente de tal ou tal atraso, penso que nós não temos ficado numa posição contemplativa relativamente ao Sector Empresarial do Estado. Fomos a primeira força política a salientar a sua importância no novo contexto, temos apresentado propostas como nenhum outro partido em relação ao SEE, à sua própria reestruturação. É evidente que isso não é simples para quem não tem o poder, para quem não está na administração pública. Apesar disso, temos apresentado linhas para uma estratégia de desenvolvimento, o que não significa que tenhamos um modelo acabado para esse desenvolvimento no quadro da integração.

Creio por isso que não é verdade poder inferir-se que temos tido uma posição contemplativa, ou passadista, no respeitante a estas questões.

Em relação ao desenvolvimento temos que actuar não só internamente como externamente. Mas no que toca ao Sector Empresarial do Estado creio que é uma proposta realista o defendermos a sua reestruturação e a sua manutenção e dinamização como factor extremamente importante para uma estratégia nacional de desenvolvimento. Outros a têm defendido e têm-na deixado cair; esses sim, têm sido seguidis-

tas. E aqui faço uma crítica ao Partido Socialista, desde as posições tomadas pelo seu ex-secretário-geral até às posições ambíguas que apresenta no seu programa para um próximo governo.

S.R. - Sou de opinião que nós não devemos defender as nacionalizações enquanto tal, enquanto estatização da economia, mas sim um Sector Empresarial do Estado estruturado e com um papel, como um instrumento de uma política, de uma estratégia. Esta distinção parece-me importante. O Sector Empresarial do Estado, tal como estava na Constituição de 1976, tinha um

Não penso que devamos defender um desenvolvimento autárquico do País, que nos devamos bater por um total auto-abastecimento do País, mas creio que é necessário - e isso é uma questão de independência nacional - que o País, em produções estratégicas, tenha um nível de auto-abastecimento razoável, de forma a não ficar completamente dependente da variação dos mercados mundiais.

papel, era um instrumento dentro de uma determinada estratégia - o que nunca foi cumprido.

Neste momento, o SEE tem que desempenhar um papel por forma a que a política económica portuguesa esteja nas mãos do poder político aqui sedado, de molde a que a possa dominar, controlar, influenciar, ao serviço de uma estratégia nacional.

Realismo e pragmatismo

A.L. - O Barros Moura referiu uma questão importante neste debate ideológico que se vem travando dentro do Partido: o possível atraso do Partido nas respostas, a falta de atenção às realidades. Portanto, o papel do realismo e do pragmatismo na política.

Estou de acordo que o realismo e o pragmatismo ajudem na elaboração da tática do Partido, mas estou em completo desacordo se os transformarmos em definidores da estratégia do Partido, dos seus fins e dos seus grandes objectivos. Se nos colocarmos na posição de procurarmos apenas os objectivos que caibam na lógica da sociedade capitalista, ou possamos ser aceites por ela, que possamos ser aceites pela lógica do processo contra-revolucionário, então estamos de facto a ser pouco realistas e pouco pragmáticos. Mas nós temos uma lógica contrária, que é a de travar o processo contra-revolucionário, que é a de transformar a sociedade capitalista. Só podemos ser acusados de pouco realistas na perspectiva de que aceitamos pouco os objectivos que a sociedade capitalista nos quer impor.

A política que o PCP vem defendendo desde 1976 é claramente uma política que se desenvolve num contexto contra-revolucionário, portanto uma política que vai contra a lógica do desenvolvimento desse processo e dos objectivos que as forças que o

dirigem defendem. Não considero que sejamos irrealistas, mas sim uma força conseqüente que se bate contra a destruição de direitos e conquistas fundamentais que o 25 de Abril trouxe ao nosso país.

B.M. - Este também seria um bom tema para outra mesa redonda...

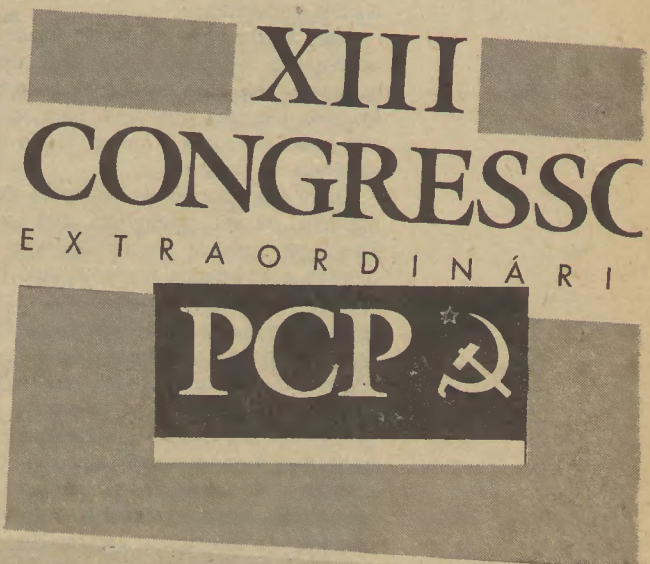
Penso que a coerência é importante, mas a coerência não nos deve deixar ficar agarrados a um mundo que entretanto tenha desaparecido. Nós temos objectivos anticapitalistas e objectivos revolucionários; não devemos ser pragmáticos no sentido de aceitar os valores, a filosofia, os objectivos da classe dominante em sociedades capitalistas. Nós mantemos o objectivo de transformar a sociedade capitalista; mas para isso temos de ser capazes de mobilizar e agregar as forças do trabalho, as forças da cultura, as mais largas forças sociais de maneira a combater nomeadamente o isolamento do nosso projecto. O nosso projecto não pode ser isolado em nome de uma coerência com valores muito respeitáveis, mas com valores e métodos de actuar que fizeram a sua época. O Partido é um projecto de futuro, que interessa ao nosso povo. Que, por isso, necessita de uma permanente renovação. Ninguém tem o direito de comprometer esse futuro em nome da defesa de um mundo que desapareceu.

C.C. - Porque o nosso projecto é um projecto coerente é que não é um projecto que não tenha em conta as realidades. E procura atrair as forças da cultura, as forças do trabalho, as forças sociais, apesar de todas as adversidades. Agora não basta só um projecto coerente e que tenha em conta as realidades para atrair...

S.R. - Creio que o critério da prática social tem que ser o nosso critério, mas não façamos a confusão de transformar esse critério numa ideologia: a ideologia do pragmatismo. Há uma distinção muito grande a fazer, embora essa distinção às vezes dependa só do pequeno passo que muda logo a qualidade das coisas.

A.L. - Penso que nós não estamos agarrados a mundos que desaparecem. O problema está em saber o que são esses mundos que desaparecem. Por exemplo, a Reforma Agrária é um mundo que desaparece? Ou a Reforma Agrária continua a ser um objectivo mesmo que desapareça na voragem do processo contra-revolucionário? Não será um objectivo que o Partido deve continuar a colocar do ponto de vista social e económico?

B.M. - Não se estava a discutir a Reforma Agrária. Mas como já disse, esta questão dava para outra mesa redonda...



Opinião

Sobre a democracia

A propósito dos acontecimentos verificados nos países socialistas da Europa, intensificou-se a «campanha» contra o socialismo e ganhou força a defesa da «democracia ocidental» na qual, sem dúvida, se inclui Portugal.

Esquecendo as importantes realizações alcançadas nos países socialistas que partindo, em geral, de um baixo nível de desenvolvimento, sofrendo enormes destruições provocadas pela guerra, sujeitos ao bloqueio económico, conseguiram dotar-se de uma forte base industrial e de uma agricultura desenvolvida, conseguindo avanços bastante significativos no plano social, nomeadamente na educação e habitação, acabando também com o flagelo do desemprego, os teóricos do capitalismo pretendem tirar a conclusão de que os graves erros, desvios e deturpações aos ideais comunistas significam o fim do socialismo.

Esquecem, também, a importante contribuição do socialismo para a luta de libertação dos povos em numerosos países, bem como para as conquistas alcançadas pelos trabalhadores nos países capitalistas.

Ao mesmo tempo, os teóricos do capitalismo escondem as responsabilidades do capitalismo nas duas guerras mundiais deste século, nas inúmeras guerras de agressão e intervenções armadas, como é exemplo mais recente a invasão do Panamá pelos Estados Unidos da América.

Escondem, ainda, a realidade do mundo capitalista de que são exemplos significativos o regime de *apartheid*, na África do Sul, o sionismo em Israel, ou a feroz ditadura de Shuato, na Indonésia, como se o mundo capitalista fosse apenas constituído pelas chamadas democracias ocidentais.

Mas sendo esse o grande exemplo contraposto ao socialismo, importa, sem qualquer pretensão de esgotar o tema, levantar algumas questões, para reflexão colectiva, sobre a nossa própria experiência de democracia.

Diz a Constituição da República Portuguesa, no seu preâmbulo, que — a Revolução restituiu aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais. Diz também o art. 2.º — a República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democrática e no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais, que tem por objectivo a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

Diz ainda o art. 3.º que — o Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade democrática.

Assim, fácil é constatar que a Constituição da República, apesar de mutilada pela revisão de 1989, aponta no seu art. 2.º como objectivos, para além da democracia política, a democracia económica, social e cultural.

Por isso, há que reflectir sobre a prática política dos partidos que, sozinhos ou aliados, têm sido Governo neste País. Estarão os objectivos da Constituição que eles próprios aprovaram a ser cumpridos ou continua a aumentar o fosso entre a teoria e a prática política.

Vejamos então alguns exemplos:

a) A CRP define que o instrumento fundamental para a consolidação do sistema democrático é a participação directa e activa dos cidadãos na vida política, mas entretanto, reduziu-se significativamente o número de eleitos nos Órgãos de Poder Local e agora também o número de deputados na Assembleia da República, limitando assim cada vez mais a participação popular nos Órgãos do Poder.

Ao mesmo tempo, continua a recusar-se a instituição das Regiões Administrativas, mantendo-se o centralismo do Terreiro do Paço.

b) A liberdade de expressão e informação é garantida constitucionalmente no art. 37.º, mas o governo de direita do PSD instrumentaliza e manipula a seu belo prazer os meios de comunicação social do sector público colocando-os claramente ao serviço dos interesses dos detentores do poder económico.

c) A CRP no seu art. 45.º garante aos cidadãos o direito de reunião e manifestação sem necessidade de qualquer autorização. Entretanto, a actuação dos sucessivos Governos não se tem coibido de mandar espancar, prender e até mesmo assassinar trabalhadores e populações em luta pelos seus direitos constitucionalmente consagrados.

d) O direito ao trabalho e a segurança no emprego bem como a liberdade de escolha da profissão são garantias constitucionais, mas a prática dos Governos que nos têm desgovernado, conduz à precarização e generalizada instabilidade dos empregos (despedimentos, encerramento das empresas, etc.) e à existência de centenas de milhares de desempregados.

e) A CRP no seu art. 54.º consagra o direito dos trabalhadores se organizarem em Comissões de Trabalhadores definindo entre outros o direito de exercerem o controlo de gestão nas empresas, ao mesmo tempo o art. 55.º reconhece a liberdade sindical definindo entre outros o direito ao exercício da actividade sindical nas empresas.

Entretanto, o Governo aprovou o Pacote Laboral que serve hoje para a intensificação das medidas repressivas e disciplinares contra os trabalhadores incluindo os sindicalistas, limitando significativamente os direitos e liberdades constitucionalmente consagrados.

f) A CRP consagra o direito dos trabalhadores à retribuição do trabalho de forma a garantir uma existência condigna. Entretanto, é o próprio Governo que, estabelecendo elevadíssimos vencimentos, em alguns casos superiores a 1000 contos, para os detentores de cargos políticos em que se incluem os membros do Governo, estabelece salários mínimos de miséria para os trabalhadores portugueses, definindo também, valores das pensões e reformas que deixam centenas de milhares de reformados e pensionistas a viver muito abaixo do limiar da sobrevivência.

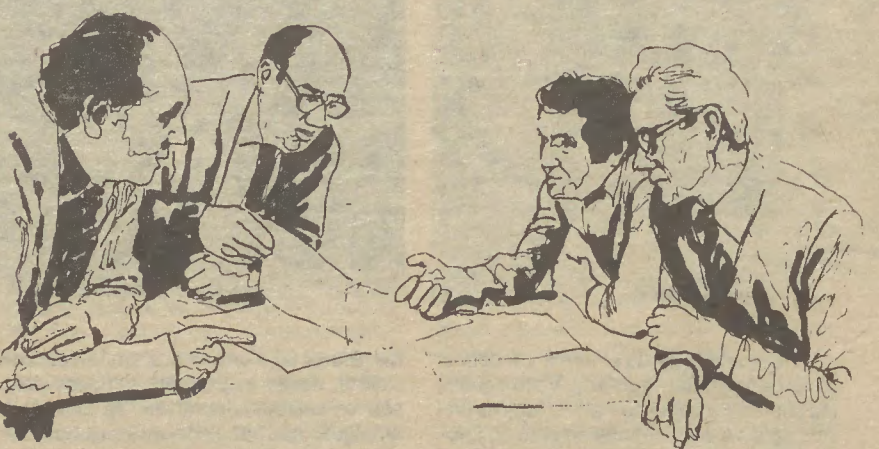
g) Todos têm direito à protecção da saúde, incumbindo prioritariamente ao Estado, garantir o acesso a todos os cidadãos aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação, isto está consagrado na CRP.

Entretanto, o Governo reduz no OE a verba já insuficiente para a saúde, apresenta uma lei de bases de saúde que privilegia a privatização dos serviços e instituições públicas de saúde, aumenta brutalmente o preço dos medicamentos e reduz substancialmente os medicamentos comparticipados.

h) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito e estabelecer progressivamente a gratuidade em todos os graus de ensino é uma incumbência do Estado consagrada no art. 74.º da CRP.

Entretanto, o Governo desresponsabiliza-se, transferindo para o Poder Local encargos sem a compensação financeira, privilegia o ensino privado, permite a deterioração das escolas, reduz os apoios sociais às crianças e jovens, aumenta desenfreadamente os custos dos livros e material escolar.

i) Todos têm direito, para si e sua família, a uma habitação em condições de higiene e conforto, com renda com-



patível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria. Mas, o Governo reduz substancialmente a promoção de construção de habitação social por parte do Estado, dificulta o acesso ao crédito para a habitação, dando como alternativa as barracas, as furnas, o regime de coabituação, para centenas de milhares de famílias.

Estes são alguns dos muitos exemplos que demonstram como é praticada e a favor de quem, a democracia neste País ocidental à beira-mar plantado.

Importa pois que se seja claro quando se afirma que a democracia «ocidental» é a solução para os problemas dos povos. Neste caso concreto, qual? A que está consagrada no art. 2.º da CRP ou a que os sucessivos Governos têm praticado? Solução para os problemas de quem? Dos detentores do poder económico, ou da maioria do povo português?

Os detentores do poder económico que até à Revolução de Abril assentaram o seu poder político no regime fascista, cuja característica fundamental era a repressão das liberdades e direitos do Povo, hoje são obrigados a aceitar a existência de algumas liberdades e direitos dos trabalhadores, inclusive a existência de partidos políticos, mesmo do

PCP, que reprimiram brutalmente durante 48 anos.

O grande capital soube adaptar-se à nova realidade surgida com a Revolução de Abril, viu-se obrigado a aceitar a consagração constitucional da democracia política, económica, social e cultural mas uma vez instalado no Poder alargou e reforçou os seus «direitos» e restringiu os direitos e liberdades dos trabalhadores e do Povo. Criou as suas próprias defesas para continuar e intensificar a exploração de quem trabalha.

O nosso exemplo é bem demonstrativo de como não é possível conciliar os interesses de classes antagónicas.

O PSD, digno representante do grande capital e dos latifundiários, há 11 anos consecutivos no Poder, empenhado em restaurar totalmente o poder económico daqueles que sempre exploraram os trabalhadores portugueses não pode, por isso, cumprir os objectivos consagrados no art. 2.º da Constituição da República Portuguesa.

E constitui uma realidade inofismável que tais objectivos apenas poderão ser concretizados desde que as classes trabalhadoras detenham ou influenciem decisivamente o Poder.

António Casmarrinha

Opinião e Interrogação

Acerca do que é dito nas Teses sobre os acontecimentos no Leste comunista como em:

— «... se infringiram cinco características... se instituíram cinco traços negativos...»

(1.4.2. — 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª e outros pontos) traz-me várias interrogações, isto é:

Perante um incomensurável monte de erros, desvios, etc., que aí e noutras fontes de informação se apontam, como era possível que tudo isso não fosse visto ou sentido pelos partidos dos países socialistas e mesmo pelos partidos comunistas dos países capitalistas que com aqueles tinham amplas ligações a diversos níveis?

Ao concluirmos que o mal ou a razão de tais acontecimentos está todo aí, isto é, nos erros, desvios, etc., sou levado a pensar:

Não estaremos a classificar gerações e gerações do **sacrifício** quer dos países socialistas quer também dos partidos comunistas dos países capitalistas de incompetentes, etc., isto é, de uma multidão de mentecaptos?

Aceitando as realidades existentes como algo de inesperado, sou levado a crer que as razões (totais ou parciais) de tais realidades e acontecimentos serão mais complexos das que se apresentam.

Posso estar a ver a coisa elementar-

mente e com ligeireza (quem sou para que isso não suceda!) mas dói-me tudo isso na medida que fica implícito, e algumas vezes explícito, nessas condenações dessas gerações do «sacrifício», digo, do «sacrifício».

De qualquer modo, tem que haver uma explicação para os acontecimentos que tiveram lugar no campo socialista! Qual ou quais serão? Temos que convir que é difícil a(s) resposta(s) pela complexidade que o assunto encerra. O nosso Partido achou por bem referi-lo na última parte do 1.4.3. e no 1.5.5. das Teses.

Todavia, interrogo-me se não será de adiantar algumas razões (embora com a ideia que já, ou num dia, possam ser desmentidas) que tendem dar uma achega para a explicação de tal «terremoto», do desabar de um mundo de certezas, de ilusões (embora sem estas o homem não teria construído nada de grande e de significativo), etc., e que seria o seguinte:

A teoria marxista-leninista poderá ser levada à prática nos moldes totais que aqueles grandes revolucionários fundamentaram?

Esta, para mim, e face aos acontecimentos, a grande interrogação... porque, tenho alguma dificuldade em aceitar que naquelas gerações do «sacrifício» não existissem pessoas capazes, suficientes e empenhadas de levar a bom porto o

socialismo... Ou, pelo menos, evitar o que aconteceu, para já, em alguns países que considerávamos de socialismo.

Ou será que só agora tiveram lugar condições objectivas para que surgissem essas pessoas como Gorbachov e a sua equipa?

De qualquer forma, tudo isso me leva a interrogar-me se as causas e obstáculos que impediram de levar a bom porto o socialismo não assentam também (para além do que já foi dito) nas resistências que oferece a mentalidade (características também?) secular, se não milenária, que formou e envolve as pessoas de qualquer grau etário (sobretudo da juventude não porque ela não seja generosa mas por vários motivos). Recusas também motivadas por certas vivências exteriores, etc. Eis para mim outra grande interrogação... Isto é, eu próprio, com a minha determinação e opção pelo marxismo-leninismo, terei feito tudo que isso me obrigava a fazer? Não estarei também condicionado, sem querer, pelas mesmas razões apontadas?

Perante as aberrações do capitalismo que tanto constrói como destrói pessoas e bens, supus que o Socialismo seria a filosofia de vida que melhor corresponderia às necessidades da Humanidade pela sua matriz de Paz, do fim da exploração do homem pelo homem, etc. — bens supremos e universais. Face aos acontecimentos no campo socialista, e mesmo com as interrogações já expressas, continuo a ter essa esperança. Só que, sou levado a pensar que algo tem que ser feito para ser levada à prática o adaptável, ao momento histórico que se vive, da teoria marxista-leninista.

E a propósito dessa «esperança» (quase certeza), vejamos o que nos disse, recentemente, um certo responsável da Igreja Católica portuguesa através de um trabalho jornalístico, cujo jornal titular em letras vermelhas e a caixa alta: — «O muro caiu — Marx morreu?» e disse:

«Confiemos que, agora, com o fim de Yalta e de Potsdam, terá acabado a paz precária em que temos vivido, a Leste e a Oeste. Vamos, talvez, a caminho de uma paz bem mais segura na Casa Comum Europeia, tarefa que não se esgota, como é óbvio no "harakiri" dos partidos comunistas. Se este é um primeiro passo... ainda há muitas sombras no caminho a Leste e a Oeste. E uma das sombras para os cidadãos do Leste será, porventura, a desilusão ao verificarem que aqui, no Ocidente, nós mantemos teimosamente, neste "nosso paraíso", uma sociedade onde muitos não encontram maneira de sair do escalão da pobreza.

«Até agora, o medo do comunismo foi favorável aqui no Ocidente — até obrigou o capitalismo a adoptar um rosto humano com os Estados a exercerem o papel de árbitros e de redistribuidores. Mas, o Ocidente terá alcançado já o estágio de consciência suficiente para promover a justiça social por convicção colectiva? Ou estamos a precisar de mais alguns anos do "papão comunista"? Sem este "papão comunista" correndo aqui o risco de atrasarmos os direitos sociais, preferindo a gulosa acumulação capitalista, que não sabe distribuir, bem como a ambição do produtivismo para o consumismo, permanecendo o Homem como peça sempre marginalizada nessa engrenagem.»

A transcrição foi longa mas, que tal a reflexão? Logo, até por este testemunho vemos que o marxismo-leninismo ainda teve, também para estes, alguma virtude o que já não é, convenhamos, nada mau.

Face aos acontecimentos no campo Socialista, e ligados a eles todos os estudos e reflexões, resta-nos esperar como a União Soviética se vai sair com a sua Perestroika.

Se há em relação à Perestroika, da-

dos indicadores que nos dão alguma esperança (em alguns casos muita), deve-se a ela também o desmoronar de governos socialistas menos atentos à sua mensagem com a agravante de terem uma administração menos cuidada. Mas nova interrogação: — Isso, por exemplo, não era bem assim... A Perestroika não deveria ser o que foi... etc. E/ou tudo teria que acontecer como aconteceu face a uma interrogação já expressa?

Para já a Perestroika também nos agrada pelos indicadores de esperança dados nos primeiros passos que são no sentido de evitar o holocausto nuclear. Mas, esse bem universal será conseguido?

A matriz e o comportamento do campo imperialista não nos garante totalmente que isso aconteça. Não falando do passado (Vietname, Cuba, etc.), temos os acontecimentos mais recentes de Granada, Panamá, Nicarágua, Angola, etc., que nos preocupam e justificam essas dúvidas. Todavia, penso que, ao mesmo tempo que devemos fazer esse alerta e responsabilizá-lo, também lhe devemos dar o benefício da dúvida no entendimento Leste-Oeste com o adequado resguardo da principal potência socialista, a URSS, e com alguma garantia, também, pela já, felizmente sensibilização mundial no sentido de um profundo desejo de Paz para todos. Todavia, a História dirá se foi merecedor desse benefício de dúvida.

Portanto, as interrogações são muitas face à complexidade dos vários problemas que enfrenta a Humanidade.

O nosso Partido não pode fugir a elas e penso que também as nossas gerações do sacrifício que devem continuar a dar lugar às gerações mais novas, mas que ainda lideram, estão atentas aos acontecimentos externos e internos. Mas estarão suficientemente atentos, principalmente a estes (internos)? Mas, também poderão fazer mais do que têm feito dado que as razões, motivos etc., dos acontecimentos podem ser outros?

Preocupa-me a saída do Partido de camaradas que admirava pelo seu passado bem como este ou aquele reparo ao Partido por outros. Aos camaradas responsáveis, certamente, também os deve preocupar. Todavia, tudo isso não será salutar para o Partido? Eis sempre as interrogações... De qualquer forma, todos estaremos de acordo que a unidade mais do que nunca se impõe e os quadros responsáveis que deram e dão ao Partido o todo da sua vida merecem dos militantes amplo e profundo apoio e participação.

As realidades de hoje (e já de ontem), apontam também para que a considerada esquerda portuguesa se procure encontrar dentro do possível. O Partido terá feito sempre o melhor nesse sentido? Na minha opinião, com alguns erros

de percurso próprios, naturalmente, de conjunturas vividas, e só não erra quem nada faz, tem procurado imensos «possíveis» para esse encontro mas sem resultados por resistência do outro... Entretanto, conseguiu-se um encontro que embora parcial é muito significativo.

A todos os comunistas lhes cabe o dever de fazer algo nos vários sentidos que a complexidade dos acontecimentos actuais encerra. Este foi o meu propósito, tê-lo-ei conseguido ao fazer este simples e elementar trabalho?

Terminando como comecei devo dizer que as Teses para o XII Congresso (extraordinário) são bastas e ricas de conteúdo o que me torna impossível avaliá-las — para poder dar achegas se fosse

caso disso — como desejaria dado certos condicionalismos próprios.

Todavia, neste momento histórico penso que se deve salientar o seguinte:

1 — Principalmente nos países socialistas deve-se praticar os estímulos materiais («de cada um... a cada um...») a todos os títulos e em pleno, acompanhados, é certo, da possível moral revolucionária comunista, isto é, profundamente humanista.

2 — Rever o conceito e o conteúdo da colectivização na sua totalidade. Penso poder dizer-se que neste caso, o nosso Partido já aponta algo nesse sentido.

Luís Gouveia Oliveira — Porto

Quatro questões interligadas

Em relação com o presente debate das Teses para o nosso próximo Congresso e também para uma compreensão adequada dos problemas nacionais e internacionais do momento, é minha opinião que se devem considerar 4 questões importantes, não só isoladamente, mas muito também na sua necessária e real interligação.

1. O marxismo-leninismo — Parece adequado caracterizá-lo como um instrumento de análise e orientação, que permite uma abordagem em base científica da realidade sociopolítica à nossa volta, e que nos pode ajudar a intervir e a tentar modificar essa realidade.

Não há qualquer precisão de o erigir em dogma ou em esquema rígido. Mas também não aparecem razões suficientemente válidas que levem de qualquer modo a pô-lo de parte.

Antes pelo contrário. O marxismo surge na época de ascensão e florescimento dos regimes capitalistas, que, embora com algumas novas características, continuam hoje a ser, como então, um produto indiscutível da luta de classes sociais, assentes na exploração das massas trabalhadoras pela classe capitalista dominante, na apropriação e acumulação da mais-valia assim acriada, em mecanismos umas vezes anárquicos outras vezes planeados, de feroz e impiedosa competição e de relações entre os povos baseadas na imposição, na força e, sempre que necessário, na violência armada.

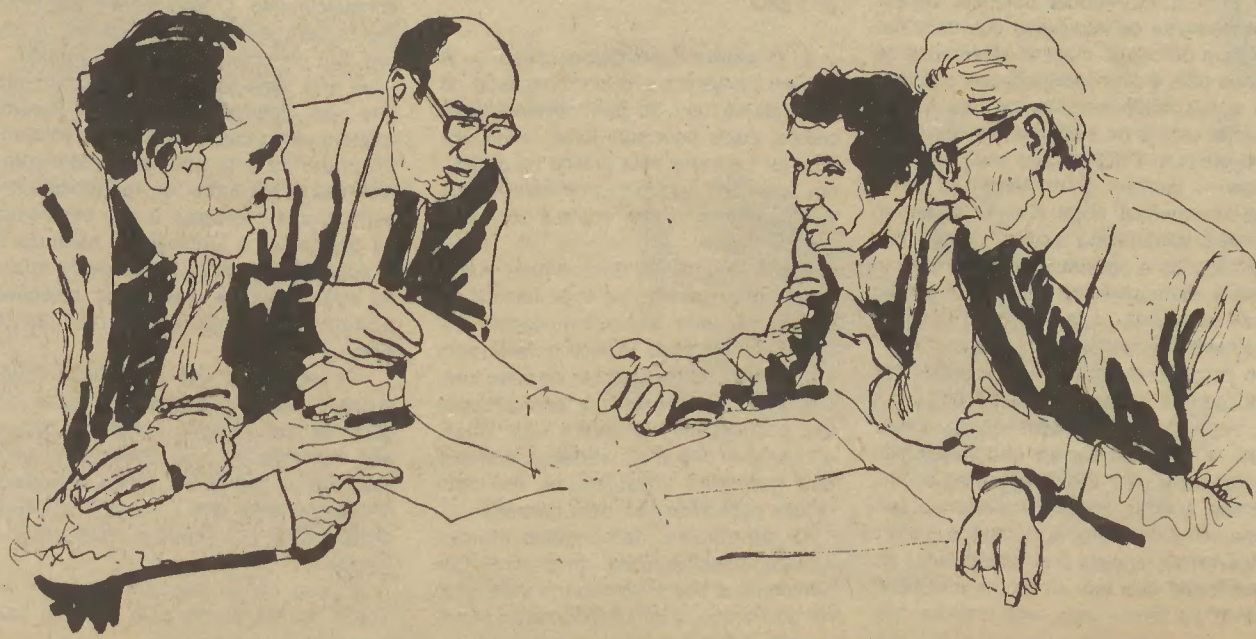
O leninismo surge como um alargamento do marxismo a uma época de transformações sociais revolucionárias e em que o capitalismo entrou na sua fase imperialista, a mais agressiva e de impacto global mais decisivo. Hoje só quem quiser ser cego é que negará a existência e a acção deste campo capi-

talista e imperialista, comandado pelos Estados Unidos, pela CEE e pelo Japão.

O marxismo-leninismo surge como guia e instrumento de análise indispensável na época das transformações mais revolucionárias e progressivas, de sempre, da humanidade, impulsionadas sobretudo a partir de 1917 pela Revolução Socialista de Outubro. O campo socialista então criado, pesem embora erros graves e deformações posteriormente ocorridas, deu um contributo imenso para o progresso social da humanidade, para a luta libertadora dos povos colonizados e para lutas e transformações progressivas que tiveram lugar dentro do próprio mundo capitalista.

O marxismo-leninismo foi guia e instrumento de análise para o PCP nos momentos mais decisivos dos seus 69 anos de vida; na gesta heróica e vitoriosa da luta antifascista que levou à gloriosa revolução de Abril; na defesa das transformações revolucionárias desde então; no dia-a-dia das lutas de hoje em defesa persistente e consequente dos trabalhadores, dos explorados, das grandes massas do nosso povo.

Desde os tempos de Marx, Engels e Lenine, muitas contribuições enriquecedoras da teoria e prática por eles iniciada têm vindo a lume e é necessário que continuem a ocorrer. Mas as suas bases fundamentais, sujeitas a critérios de prática frente a enormes obstáculos e a dolorosos momentos, permanecem hoje plenamente válidas no mundo em que existimos e face à realidade que nos cerca. Apesar de inúmeras tentativas de, por todos os meios, o eliminar da cena mundial e o atirar para o olvido, apesar de capitulações e auto-liquidações difíceis de prever, o marxismo-leninismo continua a constituir um instrumento precioso de análise e intervenção na época em que vivemos.



2. A luta de classes — O papel motor da luta de classes sociais nas sociedades humanas antagónicas, desde a escravagista até ao capitalismo dos nossos dias; o desenrolar da história dessas sociedades como sobretudo a história dessa luta de classes, constituem conceitos esclarecidos principalmente pelo marxismo e cuja veracidade tem resistido às mais variadas contestações.

A evidência dessa luta no mundo em que vivemos tem no nosso próprio país, na fase presente da restauração de monopólios capitalistas associados e dependentes do imperialismo estrangeiro, uma comprovação permanente.

O PCP, como partido marxista-leninista, tem plenamente justificado o seu papel de vanguarda — ou seja de destacamento mais politicamente activo e organizado — da classe operária, de todos os trabalhadores e assalariados e de outras massas exploradas ou camadas não-monopolistas, apoiando-se numa concepção, análise e intervenção de classe que abrange não só o nosso país como também o resto do mundo em que Portugal se insere.

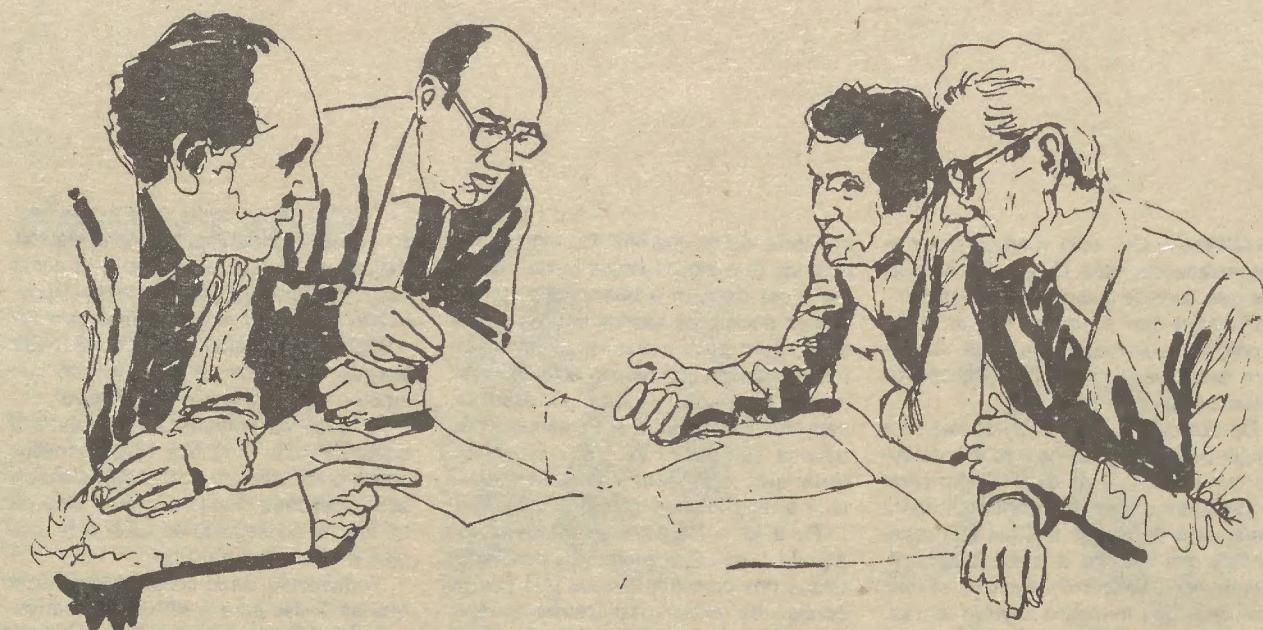
3. O imperialismo — As concepções leninistas, partindo do marxismo, alargaram a análise do capitalismo à sua fase imperialista, que hoje ainda persiste, e em que ganhou corpo a dominação dos monopólios capitalistas e do capital financeiro, com as suas tendências expansionistas, de domínio e partilha do globo. As poderosas corporações capitalistas transnacionais e multinacionais, e os não menos poderoso complexos político-militares são, entre outros, caracteres salientes do imperialismo dos nossos dias, como é bem sabido.

Na história de Portugal, a partir do século dezasseis, têm a maior importância a influência e o domínio sobre o nosso país, durante centenas de anos, de poderosos interesses imperiais estrangeiros; e, a partir do século dezanove, do imperialismo moderno, de origem inglesa primeiro, e partilhado mais tarde com o de outras variadas potências. Os 48 anos de regime fascista assentaram na ditadura dos monopólios capitalistas nacionais, associados e dependentes do imperialismo estrangeiro com os Estados Unidos à cabeça, mas também com os países da CEE em posição de destaque e ainda com a colaboração do Japão.

A contra-revolução em Portugal após o 25 de Abril teve sempre o apoio e o incentivo do campo imperialista, e entrou numa nova e mais acelerada fase com a integração a marchas forçadas do nosso país na CEE, a qual está a aprofundar a restauração dos monopólios e o domínio imperialista estrangeiro sobre toda a nossa economia.

Para o PCP poder defender consequentemente os interesses dos trabalhadores e de outras massas exploradas do nosso país é pois indispensável conduzir — a par evidentemente da luta fundamental contra os exploradores nacionais e o governo PSD-Cavaco seu representante — também a resistência ao domínio imperialista entre nós. O poder do inimigo imperialista explica muitas das dificuldades e obstáculos que o PCP encontra diariamente no seu caminho. Mas sem se resistir cada vez mais, e eventualmente conseguir pôr termo, ao domínio imperialista estrangeiro, o socialismo não poderá conseguir-se em Portugal.

As reduzidas dimensões do nosso país e a sua situação geográfica não tornam fácil esta tarefa. Mas não esqueçamos que a luta anti-imperialista tem uma dimensão global, e que o campo imperialista, apesar das capacidades de resistência que tem vindo a demontstrar, vai acumulando cada vez maiores pro-



blemas, crises, contradições e antagonismos.

Confrontada, como o resto da humanidade, com a ameaça de um holocausto nuclear, a União Soviética luta de há muito e continua a lutar denodadamente pelo desanuviamento internacional e por um clima de Paz mundial. A «perestroika» tem como objectivo corrigir erros e deficiências internas graves, sobretudo relacionadas com as limitações da participação das massas, que ocorreram no decorrer da história conturbada da edificação do socialismo na URSS; e muito também o objectivo de impedir o holocausto nuclear com que o campo imperialista ameaça, e continua hoje, se bem que em menor escala, a ameaçar o nosso planeta.

No entanto as intenções muito compreensíveis da «perestroika» têm deparado com dificuldades de vulto, bem claras e repetidas, na sua concretização prática. O papel da contínua luta de classes à escala mundial e de características básicas do campo imperialista não parece ter sido suficientemente avaliado; dentro outros resultados, amplas oportunidades para os extremamente sofisticados meios de comunicação dos países capitalistas, bem como para as suas aceradas armas ideológicas exacerbando permanentemente o individualismo, o consumismo e a corrupção acompanhante em larga escala — contando ainda com a colaboração, entre outras, de organizações religiosas com influência de massas — se aproveitarem dos erros cometidos nos países socialistas. Isto contribuiu grandemente, numa série destes países, para desastrosas situações de capitulação e autoliquidação de partidos comunistas no poder; avultando entre essas situações a da anexação iminente da RDA pela RFA capitalista e imperialista. Isto tudo enquanto os Estados Unidos arrogantemente invadem e impõem a sua mão de ferro imperialista a um Panamá indefeso.

As lições dos acontecimentos em países socialistas do leste europeu reforçam ainda mais, entre outros aspectos, a necessidade premente de fazer frente ao papel nefasto, de há tantos anos, do imperialismo estrangeiro no nosso próprio país.

4. O centralismo democrático — A estrutura orgânica e o funcionamento do PCP fazem uso do centralismo democrático, cujos princípios foram enriquecidos por Lenine e pela prática na duríssima luta dos partidos comunistas em todo o mundo contra implacáveis inimigos de classe.

Esses princípios determinam claramente a existência, na vida interna do Partido, de uma ampla componente democrática actuando dialecticamente com uma outra componente de carácter centralizador. Democracia e centralização em proporções variáveis são, aliás, constantes das mais variadas actividades humanas organizadas, em condições político-sociais bem diversas.

O centralismo democrático oferece amplas possibilidades de participação democrática dos militantes na vida interna do Partido, e simultaneamente permi-

te a acção interveniente, organizada e disciplinada, deste último, sem a qual a sua própria existência não teria justificação.

Só a coesão orgânica e ideológica, só a unidade de acção do PCP lhe pode permitir fazer face aos adversários poderosos com que se defrontam diariamente os trabalhadores e outras camadas e massas exploradas do nosso país. Um PCP dividido em fracções e tendências, e palco de infundáveis confrontações, seria presa fácil dos experimentados e agressivos monopólios capitalistas, ou dos seus vários representantes políticos, em associação estreita com o poder sem escrúpulos do imperialismo.

São estas algumas considerações sobre problemas levantados pelas Teses ao XIII Congresso que me parecem de importância e em interacção dialéctica. As Teses parecem-se, no seu conjunto, um documento com bom nível e boa elaboração, focando questões da maior importância e aspectos novos do momento presente. Merecem por isso a minha aprovação na generalidade, embora haja propostas de emendas pontuais que penso poderem também ter cabimento.

Nos meus 43 anos de membro do PCP mantive sempre, e sempre foi permitido exprimir, um espírito crítico bastante atento às questões nacionais e internacionais, à actividade do Partido e às condições da minha própria militância. Continuo hoje a fazê-lo persistentemente e sempre que tal me seja possível; recusando-o ao mesmo tempo a ter o que quer que seja ver com os já muitos estafados rótulos de reducionismo, dogmatismo, conservadorismo, sectarismo ou saudosismo, etc., que os autodenominados «críticos», com INE's ou sem INE's, andam por aí generosamente a distribuir.

Outros rótulos e insultos mais soezes têm sido usados, há dezenas de anos contra os comunistas. Ao fazer hoje frente o PCP à campanha mais violenta, ataque concertado, da sua história gloriosa, confio em que o nosso Partido de estará com o melhor do seu passado, bem firme e atento ao presente, e rumo a um futuro melhor que terá inevitavelmente de passar pelo socialismo. É com esse PCP que eu estou e que quero continuar a estar.

Carlos Plácido

O culminar de um rico debate

A realização do XIII Congresso (extraordinário) do Partido, nos próximos dias 18, 19 e 20 de Maio é, no meu entender, o culminar de um rico debate que se está a travar em todo o Partido.

A intensa, fraterna e livre discussão que se está a realizar nas reuniões dos diversos organismos e organizações é uma clara afirmação da democracia interna do Partido e da sua unidade. É este o estilo e método de trabalho que caracteriza o Partido e que não tem paralelo na vida de qualquer outro partido.

As Teses estão em discussão. Não são um documento acabado, apresentado por um qualquer «iluminado». Todos, sem excepção, têm o direito e o dever de participar na discussão, de apresentar sugestões e propostas de alteração, de dar opiniões, de contribuir para o seu enriquecimento. O documento que finalmente será levado ao Congresso é, assim, um documento de todo o Partido.

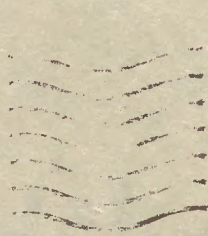
É esta uma forma de funcionamento que nos distingue dos outros. Porém, existem ainda camaradas que, não compreendendo (ou não querendo compreender) esta forma de funcionamento, estão constantemente a pôr em causa os objectivos, a ideologia, a natureza e a actuação do Partido, tentando impor as suas ideias à maioria do colectivo partidário que não pensa da mesma forma.

Há camaradas que dão longas entrevistas e publicam artigos em alguns órgãos de comunicação social que depois são aproveitados para desenvolver uma monstruosa campanha contra o Partido, campanha essa que tem como objectivo dividir, minar por dentro e enfraquecer o Partido.

Alguns camaradas afirmam que as Teses apresentadas pelo CC não ser-

vem. E então apresentam, de forma individual, aquilo a que chamam as suas teses, com honras de televisão e outros órgãos de comunicação social — como há dias fez o camarada J.L. Judas. Ao agir assim o camarada revelou não ter a «humildade» que deve caracterizar um comunista. Quanto a mim não está em causa, à partida, o conteúdo do seu documento, se ele é bom ou mau; está em causa a forma incorrecta como o camarada o apresentou. Se o camarada J.L. Judas o apresentasse no seu organismo — como o fazem centenas de membros do Partido e a partir daí o fizesse chegar ao Partido como proposta de alteração ao documento do CC — de acordo. A que conclusões chegaria o Partido se todos os camaradas que têm feito propostas de alteração e emenda (e que devem ser muitas centenas) agissem da mesma forma? Aconteceria o que há dias dizia uma camarada «se todos os camaradas agissem assim, o Partido não fazia mais nada do que estar em plenário permanente».

Dizem e escrevem alguns que este ou aquele membro da direcção do Partido é o principal obstáculo à renovação do Partido. Qual é a renovação que defendem? Defendem que na sua direcção existam grupos, com os seus chefes e plataformas; que o Partido devia era converter-se em social-democratizante ou diluir-se num outro partido qualquer; defendem o direito de tendência; defendem que o partido deveria abdicar da sua natureza de classe e outras coisas afins. Na minha opinião, o principal obstáculo a estas teses não está neste ou naquele membro da direcção, está sim neste grande colectivo partidário onde, como é natural, os membros da direcção



Cartas do leitor

estão inseridos, e que continuar a ter este Partido Comunista Português, que respeitam os Estatutos e o Programa e que, de forma esmagadora, tem rejeitado tão absurdas teses.

Falam muito em renovação, dizem que a actual direcção do Partido não tem futuro. No entanto, omitem a profunda renovação feita a este nível no XII Congresso, onde 54 novos camaradas foram eleitos para o Comité Central, com uma média de idades de 38 anos; renovação igual feita para os seus organismos executivos. Todos estamos de acordo que o Partido se renove (aliás, as Teses em discussão assim o recomendam), não estou é de acordo que se «renove» por pressão rasgando os Estatutos e o Programa, etc., etc. O Partido deve renovar-se de acordo com novas realidades e exigências, de acordo com as necessidades e interesses do Partido, de acordo com as suas características de Partido Comunista que é e deve continuar a ser. O que defendem não é a renovação, é a demissão de responsabilidades da direcção que foi eleita no XII Congresso — órgão supremo do Partido — por conseguinte, a direcção não assumisse as suas responsabilidades. Põem em causa os Estatutos negam a livre discussão. É falsa esta afirmação porque os estatutos conferem, não só o direito mas também o dever de todos os membros do Partido participarem, em pé de igualdade, de forma criativa, na vida e actividade do Partido. O que os Estatutos não conferem, como alguns pretendem, é que existam militantes de primeira e outros de segunda, que alguns tenham o direito de dar opiniões e o colectivo tenha o dever de as acatar, embora delas discorde. Por isso, os Estatutos conferem direitos mas também deveres, que são iguais para todos, independentemente do cargo que ocupam.

Põe-se em causa o centralismo democrático porque, dizem alguns camaradas, não permite a crítica e a diversidade de opiniões. No entanto, omitem o que é o centralismo democrático como prática de funcionamento do Partido. O centralismo democrático permite que nas reuniões dos organismos e organizações exista o direito das diferenças de opinião e o respeito pelas mesmas, permite a crítica e autocritica, a garantia do direito de discordar, criticar e propor. Isto, no entanto, pressupõe que as ideias, propostas e críticas devem ser inseridas no trabalho colectivo. O centralismo democrático combate — e a todos os níveis — é o trabalho individualista, a sobreposição da opinião pessoal à opinião do colectivo.

É evidente que existem atrasos, erros e insuficiências no trabalho de direcção e organização — que o Partido não nega.

É evidente que urge tomar medidas organizativas para melhorar o trabalho e assim estarmos em melhores condições de responder ao futuro, mas será um erro escamotear que só um Partido forte, unido e coeso, com uma elevada militância, uma grande capacidade de mobilização e intervenção seria capaz de dar resposta positiva a esta grande actividade como o Partido deu.

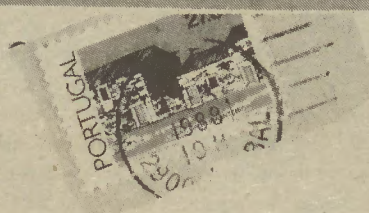
Creio que do XIII Congresso (Extraordinário) sairá o Partido mais preparado para enfrentar com êxito as futuras batalhas, nas quais se inserem duas importantes batalhas eleitorais.

Por fim, espero encontrar estes camaradas lado a lado com muitos outros, a darem o seu contributo, que é valioso, para o êxito das lutas, para infligir novas derrotas ao PSD e ao seu Governo, para reforçar o Partido, porque o reforço do Partido é a base fundamental para a concretização de uma alternativa democrática à direita.

Joaquim Manuel da Concelção
Póvoa de Santo Adrião

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XIII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»
Secção de Cartas do Leitor
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 LISBOA CODEX



● A propósito do Congresso do PCP

Desde 1974, tenho participado em todos os Congressos do PCP. E ao contrário da cassete chilreada pela imprensa madeirense afecta ao PSD, posso afirmar que, quer eu quer os meus camaradas, sempre defendemos livremente as nossas opiniões e demos contributo para a formação do Programa e dos Estatutos do Partido.

É certo que os Congressos do PCP não são férteis em jogos de bastidores, nem se têm transformado em arenas onde se degladiam tendências e se pavoneiam fracções em «lutas de galos» para liderar o Partido.

É que meses antes do Congresso, analisamos e discutimos em todo o país, as teses propostas para debate pelo Comité Central e dessa discussão colectiva, resultam milhares de emendas e propostas que acabam por renovar e definir os Estatutos, o programa e a estratégia que a maioria decide que deve ser seguida no futuro.

Algumas vezes fiz propostas que não foram aprovadas, mas senti-me no dever de acatar a vontade da maioria, pois ninguém me negou o direito de, dentro do partido, discordar, criticar e propor para debate o que julguei mais conveniente na luta pela transformação da sociedade, em que todos estamos empenhados.

Durante estes anos de militância e de debate ideológico, sempre me preocupei com o aprofundamento das questões relacionadas com o tipo de democracia que queremos para Portugal. E confesso que não tenho ficado desiludido com as decisões da maioria dos meus camaradas, pois muito antes dos ventos da «perestroika», éramos o único partido que de forma dialéctica defendia a democracia plena, ou seja a democracia política, económica, social e cultural.

Quase todos os restantes partidos contentam-se com a democracia política, esquecendo que sem democratizar o capital e sem distribuí-lo melhor, de pouco servem as liberdades e nunca alcançaremos a justiça social.

Por tudo isso torna-se lamentável a violenta e agressiva campanha contra o PCP, procurando apresentá-lo como responsável ou cúmplice

dos crimes, erros, deformações e desvios aos ideais socialistas, verificados nos países de Leste e como hostil à democracia e aos processos de renovação e reestruturação.

Seria «democrático», isso sim, se essa imprensa afecta ao PSD nos desafiasse para em mesas-redondas, conferências e debates com outros partidos, discutirmos frontalmente o tipo de democracia que propomos para Portugal.

Mas isso não querem. Não estão, por exemplo, interessados em divulgar que no XII Congresso, o PCP aprovou uma democracia política para Portugal baseada na participação directa do povo na vida política, na eleição dos órgãos do Estado do topo à Base, no pluralismo de opinião e de organização política e no respeito pelas liberdades individuais e colectivas dos cidadãos.

Nesse Congresso fomos ainda mais longe ao definir que «a democracia política, embora muito ligada à democracia económica e social, possui um valor intrínseco pelo que é necessário salvaguardá-lo e assegurá-lo como elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa».

Porque foi privado da liberdade durante 48 anos de ditadura fascista, porque a conquistou

e passou a vivê-la com o 25 de Abril, o povo português conhece o valor da liberdade e não quer mais perdê-la».

Intimamente relacionada com a democracia política e inseparável desta, aprovamos no XII Congresso uma profunda democracia económica ou seja a subordinação do poder económico ao poder político democrático; a propriedade social em benefício dos cidadãos dos principais meios de produção, ou seja dos sectores básicos e estratégicos da economia; um sector privado constituído por empresas de variada dimensão na indústria, na agricultura, na pesca, no comércio e nos serviços; um sector cooperativo e ainda empresas e exploração agrícolas familiares desempenhando um importante papel no abastecimento do mercado e no autoconsumo. A organização económica deve contar ainda com uma planificação que tome na devida conta os gostos, as necessidades das populações, o papel do mercado e o progresso técnico-científico.

E só com a sincronização da democracia política com a económica, podemos caminhar para os benefícios da democracia social ou seja para a libertação das pessoas de todas as forças de opressão e exploração; para a garantia do pleno emprego e do direito ao trabalho; para a garantia do respeito pela propriedade individual resultante do trabalho próprio, assim como pelo interesse material no desenvolvimento da produção. Defendemos ainda a edificação de relações sociais baseadas na defesa da dignidade e personalidade de cada cidadão e o desenvolvimento dos serviços sociais na habitação, na saúde, no ensino, na segurança social e na cultura física e tempos livres, tudo acompanhado pela preocupação de proteger o património histórico e natural.

Finalmente o XII Congresso aprovou a defesa duma democracia cultural baseada no efectivo acesso de todos os cidadãos à fruição da cultura e na liberdade e apoio à criação cultural.

E perdoem os leitores se, aliás na esteira do XII Congresso, repiso este ponto.

É que a democracia cultural «é um factor da democracia política, cujas potencialidades só se podem desenvolver com o alargamento e a elevação da formação e da vida cultural das populações».

É um factor da democracia económica porque sem a qualificação do trabalho humano não existe desenvolvimento e modernização. É um factor da democracia social porque só com o alargamento da cultura, os trabalhadores e demais cidadãos têm possibilidades reais de intervir criativamente na sociedade.

Termino confiante que no XIII Congresso Extraordinário que se realizará a 18 de Maio, o PCP continuará a prosseguir e a lutar por uma democracia que satisfaça os extractos não monopolistas da sociedade portuguesa e seja um factor de orgulho e aglutinação da esquerda portuguesa.

Rui Nepomuceno — Funchal

Nota — Os títulos antecidos de ● são da responsabilidade da Redacção; todos os restantes são propostos nas próprias cartas pelos seus autores.



O Congresso na comunicação social

FRACAS IDEIAS OU ESCREVER COM O FÍGADO

Na sua habitual rubrica «Ideias Fortes», em «o jornal» de 27/4, Cáceres Monteiro, fiel ao seu próprio ritual anual de amesquinamento da manifestação do 25 de Abril na Avenida da Liberdade, resolveu alinhar mais uma série de azedas observações sobre aquela iniciativa.

Para dar alguma novidade ao que ele próprio tem escrito noutros anos sobre o assunto, começou por detectar duas importantíssimas «novidades» na manifestação deste ano: a primeira vislumbrou-a no facto de que «o PCP já não se opôs à presença, mesmo física, de Otelio Saraiva de Carvalho», o que, reconhecamo-lo desportivamente, é uma arguta e arrasadora observação uma vez que, como toda a gente sabe, nos anos anteriores era o PCP, e não a permanência na prisão, que afastava o cidadão Otelio Saraiva de Carvalho daquela manifestação; a segunda descortinou-a no facto de que «o PS dispen-

sou-se de dar a imagem unitária de há poucos anos atrás enviando uma figura de segunda linha como representante, a sindicalista Elisa Damião», o que convenhamos é um argumento um pouco coxo para diminuir a imagem unitária da iniciativa já que a referida senhora, C. M. o diz, era «representante» do PS no comício e é membro do Secretariado Nacional do PS, e não deve, portanto, ter sido tomada por representante da UDP ou por militar de Abril.

Uma vez excitados os seus leitores com estas sensacionais «novidades», Cáceres Monteiro já estava em condições de passar aos inevitáveis parágrafos de amesquinamento, caricatura e sobrançeria sobre a manifestação. E é nesse contexto que a celebração do 25 de Abril pelo desfile da Avenida é por ele equiparada à celebração «pelos sobreviventes, da Batalha de La Lys»; que assinala, em rompante de generosidade, que

«ninguém pode levar a mal estas manifestações de mútuo conforto»; que observa que, «desfilam em conjunto o 25 de Abril muitos daqueles que oito dias depois do golpe militar já estavam em guerra aberta», (pelos vistos C. M. defende que fracturas e divergências entre democratas devem durar toda esta vida e se possível também a outra); que dá da manifestação a imagem de «uns senhores emproados, alardeando uma alegria e uma combatividade que o resto do País não sente», embora tenha a amabilidade de não contestar que «alguns dos participantes» sejam «muito respeitáveis e bem intencionados».

Longa e quase exaustiva vai a lista das citações, não para, de seguida, receber as estocadas que merecia não fosse o caso de apenas merecer desprezo, mas proposadamente para vergonha do autor citado e do seu espírito inconfundivelmente mesquinho.

Com efeito, era o que mais faltava é que um desfile com a honrosa e boa tradição, com o significado democrático, com a projecção cívica e coma força e riqueza humana da manifestação da Avenida da Liberdade já precisasse de ser justificado e defendido dos insultos e calúnias que sobre ele são vertidos por espíritos tão amigos do Poder quanto desconfiados do que é popular, tão incapazes de ver «rituais», representações «unitárias e mitológicas» e «figuras emproadas» nas celebrações oficiais e institucionais quanto cáusticos a flagelar o povo nas ruas, tão incomodados com a coerência quanto prisioneiros da vadiagem das ideias fracas.

Sim, era o que mais faltava. Quando muito, o que faria sentido seria lançar um pedido público para oferecer um computador a Cáceres Monteiro.

Para não ter de escrever com o fígado. ■

Malhas que o capital tece

Por que motivo mandou Reagan bombardear a Líbia?

O que visam as cimeiras do «clube dos ricos», como a que recentemente se realizou em Tóquio?

Que razões levam o imperialismo a jogar na agudização da situação internacional?

Que sugerem os que afirmam ter começado já a Terceira Guerra Mundial?

Quantas e quantas perguntas não formulam os portugueses, particularmente os trabalhadores, muitas vezes sem conseguirem encontrar as respostas. Daí a importância de livros como este.

Que pode não nos dar a resposta expressa, directa. Mas que nos fornece os elementos indispensáveis para nós próprios, encontrarmos as respostas para as perguntas que formulamos.

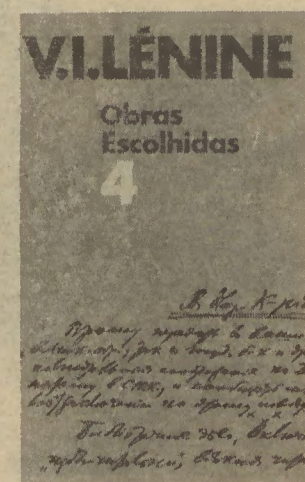
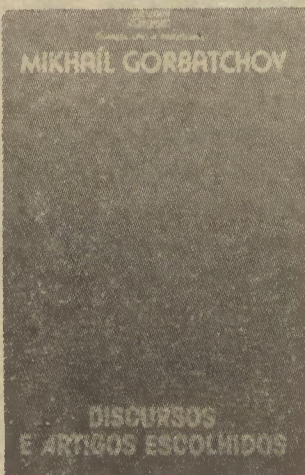
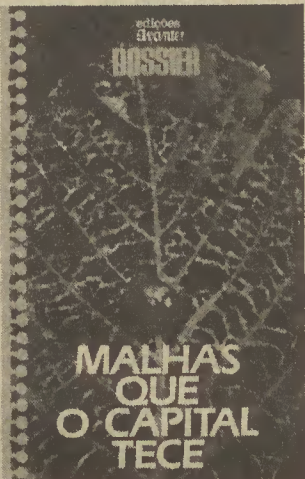
Mikhail Gorbatchov Discursos e Artigos Escolhidos

Não existe campo, quer se trate da política, da economia ou da cultura, em que a União Soviética não esteja disposta a desenvolver frutuosas relações com Portugal na base do entendimento, da igualdade de direitos, da tomada em consideração dos interesses mútuos. É vasto o terreno para a cooperação soviético-portuguesa. E importa que ele não seja obstruído pela incompreensão, pelos preconceitos, pela desconfiança.

«Do Prefácio escrito para este livro por Mikhail Gorbatchov.»

V. I. Lênine Obras Escolhidas, tomo 4

No quarto tomo das *Obras Escolhidas* de V. I. Lênine em 6 tomos são incluídos trabalhos escritos entre Julho de 1918 e Dezembro de 1919, período do desencadeamento e intensificação da intervenção militar estrangeira contra a república soviética e da guerra civil no país.



Biografia de Friedrich Engels

A elaboração de uma biografia científica de Friedrich Engels — genial pensador e lutador político, revolucionário convicto e destemido — é uma tarefa muito complexa. Contar a vida de Engels é contar a história gloriosa da luta da classe operária contra o capital, desde as primeiras acções do proletariado, dispersas e muitas vezes ainda espontâneas, até à sua transformação numa poderosa força política.

Mikhail Filatov e Alexandre Riabov O Fascismo dos Anos Oitenta

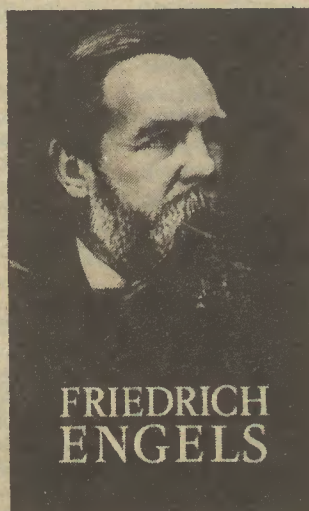
Em 1945, o plano nazi-fascista de dominar o mundo foi derrotado. Mas as raízes do fascismo não foram completamente extirpadas. Hoje existem grupos e partidos fascistas ou de tipo fascista em quase 60 países do mundo capitalista, que actuam como ponta de lança da reacção imperialista.

Os autores da presente obra revelam a essência de classe do fascismo dos anos 80, analisam os seus instrumentos psicológico-sociais, as vias e os métodos de penetração da sua propaganda nas massas, mostram a inconsistência da ideologia do fascismo.



A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL V. Kniashinski

A *Integração Europeia Ocidental* é um estudo sobre os problemas políticos fundamentais da integração na Europa Ocidental, que faz uma análise crítica das concepções ocidentais em voga, assim como uma ampla exposição dos fundamentos em que assentam as posições do socialismo científico quanto a este problema. 63.10 / 300 pp. / 750\$00



edições
Avante!

Agenda

Avante!

Ano 60 — Série VII
N.º 853

3 de Maio de 1990

5.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta

* LISBOA

Assembleia plenária da célula da Carris para discussão das Teses e eleição de delegados - às 18.30 no CT Vitória.

Assembleia plenária do núcleo **Cuidados Diferenciados** do sector **Saúde** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.00 no CT Vitória.

Assembleia plenária da célula da CGD para discussão das Teses e eleição de delegados - às 17.30, no CT Chiado, com participação de **Domingos Abrantes**.

Assembleia plenária da célula do BNU para discussão das Teses e eleição de delegados - às 17.30, no CT Vitória, com participação de **Joaquim Judas**.

Assembleia plenária da célula do BFB para discussão das Teses e eleição de delegados - às 17.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Assembleia plenária de **Vários Bancos** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 17.30, no CT Chiado, com **Romeu do Rosário**.

Reunião plenária do sector **Seguros** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 17.30, no CT Vitória, com a participação de **António Abreu**.

Plenário das células do **ex-MES** - às 18.00 no CT da Av. António Serpa.

Plenário das organizações de **Presidência, Min. Trabalho, QT's, FPCo** para discussão das Teses - às 19.00 no CT da Av. António Serpa.

Plenário da célula do **LNEC** - às 12.30 no LNEC.

Assembleia plenária para discussão das Teses e eleição de delegados do sector **Gráficos** - às 18.30, no CT Duque de Loulé, com **Manuel Pedro**.

Assembleia plenária para discussão das Teses e eleição de delegados de **Pequenos Organismos** - às 19.00 no CT Vitória com **Agostinho Lopes**.

Assembleia plenária para discussão das Teses da célula da **Gulbenkian** - às 18.00, no CT da Av. Ant. Serpa, com **Domingos Lopes**.

Assembleia plenária para discussão das Teses e eleição de delegados dos sectores **Ind. Farmacêutica, Ajud. Farmácia e Delegados Prop. Médica** - às 19.00 no CT Duque de Loulé, com **Marques Lopes**.

Assembleia plenária do sector **Colina da Graça** (freguesias de **Sta. Engrácia, Graça, S. Vicente**) para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.30 no CT da Graça.



Alvaro Cunhal

Debate-convívio promovido pela JCP

PCP

Um Partido

para o nosso tempo,
sempre com a juventude

Sexta-feira às 21.30
no Terraço do CT Vitória

Almoço-convívio integrado
na Assembleia Plenária
da célula da Lisnave

Domingo às 13 h.
nos «Amigos da Costa»
Costa da Caparica

* AMADORA

Assembleia plenária das células da **Cabos Ávila** e **J.B. Corsino** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 18.30, no CT da Amadora.

Assembleia plenária das células da **Fiat, Cel-Cat, Unial e Vidago** - às 18.30 no CT da Amadora.

* ALGUEIRÃO

Plenário da organização **Pequenas Empresas** para discussão das Teses - às 18.30 no Centro de Trabalho.

* STA. IRIA DA AZÓIA

Assembleia plenária para discussão das Teses e eleição de delegados das células **Cavan, Mec, Sores, Facilma e Autarquias** - às 18.30 no Centro de Trabalho.

* GRÂNDOLA

Reunião de quadros técnicos e intelectuais dos concelhos de **Aicacer do Sal, Grândola, Santilago e Sines** para debate das Teses. Participa **Manuel Gusmão**. Às 21.00 no CT de Grândola.

Assembleia plenária da organização de **Canal/Caveira**.

das Teses e eleição de delegados - às 21.30, no Centro de Trabalho, com participação do cam. **Serafim Brás**.

* V. POUCA DE AGUIAR

Assembleia plenária da organização concelhia para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.30, com a participação do cam. **Vasco Paiva**.

Debate sobre a situação internacional e os acontecimentos nos países socialistas com a participação de **Alberto Vilaverde Cabral**.

* GONDOMAR

Assembleia plenária da organização de **Valbom** - no CT de Valbom, às 21.30.

Assembleia plenária da organização de freguesia de **S. Cosme** e das células de **Gondomarinho e Interforma** - às 21.30 no CT de S. Cosme.

* STO. TIRSO

Assembleia plenária das organizações de freguesia de **S. Martinho de Bougado, Guidões, Alvareiros, Muro, Covelas, S. Romão do Coronado, S. Mamede de Coronado** e das células de empresa da **Preh e Feruni** - às 21.00, na Cantina da Escola de Paranhos, em S. Martinho de Bougado.

* ÍLHAVO

Assembleia plenária das organizações concelhias de **Ílhavo** e **Vagos** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.30 no CT de Ílhavo.

celhias de **Ílhavo** e **Vagos** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.30 no CT de Ílhavo.

* ÁGUEDA

Assembleia plenária da organização concelhia para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.30 no Centro de Trabalho.

* OVAR

Assembleia plenária das células de empresa de **Ovar** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.30 no Centro de Trabalho.

* COIMBRA

O ideal comunista, o PCP, a sua identidade e a luta por uma alternativa democrática em Portugal - debate público promovido pelo Sector Intelectual de Coimbra, com participação dos camaradas **Carlos Fraião, Aurélio Santos e Ruben de Carvalho**. No salão das Piscinas Municipais, às 21.30.

* VIALONGA

Plenário de militantes para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.30 no Centro de Trabalho.

* LOURES

Assembleia plenária de **Residentes em Sta. Iria da Azóia** para eleição de delegados - às 21.30 no Centro de Trabalho, com participação do cam. **Domingos Abrantes**.

Assembleia plenária da organização de **Sto. António dos Cavaleiros** para eleição de delegados - às 21.30, com participação do cam. **Vidal Pinto**.

Assembleia plenária da organização de **Apelação** para eleição de delegados - às 21.30, com participação de **Joaquim Dias**.

Assembleia plenária da organização de **Moscavide** para eleição de delegados - às 21.30, na Casa da Cultura.

Assembleia plenária da organização de **Bobadela** para eleição de delegados - às 21.30.

Assembleia plenária da organização de **Lousa** para discussão das Teses - às 21.30.

Assembleia plenária da organização de **Fanhões** para eleição de delegados - às 21.30.

Assembleia plenária da organização de **Odivelas** para discussão do cap. 5 das Teses - às 21.30, com participação de **Euclides Pereira**.

Assembleia plenária da organização de **Prior Velho** para discussão das Teses - às 21.30.

* AMADORA

Assembleia plenária dos sectores **Ind. Farmacêutica, Comércio e Escritórios** para eleição de delegados - às 18.30 no Centro de Trabalho.

Assembleia plenária da organização de freguesia da **Venteira** - às 21.30 no Centro de Trabalho da Amadora.

* SINTRA

Reunião da organização de **Mercês/Algueirão** para discussão das Teses - às 21.00, com a participação de **Manuela Batalha**.

Assembleia plenária da organização de freguesia de **Belas** para eleição de delegados - às 21.30, na sala da Telecola, com **Vitor Castro**.

Assembleia da organização de freguesia do **Cacém** para eleição de delegados - às 21.30, no salão da Junta de Freguesia, com participação de **Alexandre Teixeira**.

* LISBOA

«PCP - um Partido para o nosso tempo, sempre com a juventude»: debate sobre as Teses para o XIII Congresso do PCP promovido pela JCP com a participação de **Alvaro Cunhal**. Convívio. A partir das 21.00 no terraço do Centro de Trabalho Vitória.

Assembleia plenária das células **TAP e Aviação Estrangeira** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 18.30 no CT Vitória.

Assembleia plenária da organização de freguesia de **S. Domingos de Benfica** para eleição de delegados - às 21.30, no Centro de Trabalho de Sete Rios, com a participação de **José Casanova**.

Assembleia plenária da organização da **6ª Zona/Zona Norte** para debate das Teses - às 21.00, no CT do Lumiar, com participação de **Dias Coelho**.

* ALMADA

Assembleia plenária das células da **SFUAP, CPPC e Incrivel Almadaense e Sector Saúde** - às 14.30 no Centro de Trabalho concelhio.

Assembleia plenária das células da **Assembleia Municipal, Vereação, SIP, Comp. Teatro e Vários** - às 21.00 no CT concelhio.

Jantar-convívio comemorativo do 25 Abril e 1º Maio com a participação do cam. **Octávio Pato** - às 20.00.

* BARREIRO

Reunião dos cam. das direcções sindicais dos **Ferrovários e Químicos** - às 14.30 no Centro de Trabalho.

* MONTIJO

Reunião dos camaradas residentes no **Bairro Barrosa** para discussão das Teses - às 21.00.

Assembleia plenária da organização de **Lançada** - às 21.00.

* SEIXAL

Assembleia plenária das células da **Stel, Concorco, Bic** - às 18.30.

* SETÚBAL

Assembleia plenária das células da **Sapex, Portucel, Renault, Valfrio, Ariston, Mague, Emp. Comércio, Torralta, Cootsetr, Bancários, Hot. Esperança, Clerigos, Tecnitools, Habisul, Comissões Específicas, Dispersos, Construção Civil, Etermar, Sector Latorial, Previgal, Secil, CP, EDP, Oleos Vegetais, Imap, Ar Liquido, Setubauto, Technimetal, Movauto, Of. Reparaç. Viaturas, Iola, Sado Intern., Custódio Sérgio, Litosado** - às 21.00 no Centro de Trabalho de Setúbal.

Assembleia plenária da organização de freguesia de **Sta. Maria** - às 21.00 no CT.

* FARO

Assembleia plenária dos sectores **Serviços, Intelectuais e Quadros Técnicos** para eleição de delegados - às 21.30 no Centro de Trabalho.

* LISBOA

Assembleia plenária das células **Autocoop e Táxis** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 16.00 no CT da Av. António Serpa.

Sábado

* LISBOA

Assembleia plenária das células **Autocoop e Táxis** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 16.00 no CT da Av. António Serpa.

Assembleia plenária da célula da **RN** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 15.00 no CT da Av. António Serpa.

Assembleia plenária das organizações de freguesia da **Sé, S. Miguel e Sto. Estevão** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 15.00 no CT de Alfama.

ma, com participação de **Manuel Pedro**.

Assembleia plenária da organização de freguesia do **Lumiar** para eleição de delegados - às 15.00, no CT do Lumiar, com participação de **Octávio Teixeira**.

Assembleia plenária do sector **Hotelaria** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 15.30 no CT da Av. Duque de Loulé, com participação de **Henrique Sousa**.

Assembleia plenária da organização de freguesia de **Campolide** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 15.00 no Sport Lisboa e Amoreiras, com a participação de **Jerónimo de Sousa**.

Assembleia plenária das organizações de freguesia de **Campo Grande, S. João de Brito e Alvalade** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 15.30 no CT da Av. António Serpa.

Assembleia plenária da organização de freguesia de **Benfica** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 15.00, no CT de Benfica, com participação de **Luís Sá**.

Assembleia plenária das células das empresas do **Centro e Norte da Cidade de Lisboa** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 19.00, no CT da Av. Duque de Loulé, com participação de **Fernanda Barroso**.

* SINTRA

Reunião da célula da **S. Carlos/Algueirão** para discussão das Teses - às 15.00.

Assembleia das organizações de **Rio de Mouro, Portucel e Tabaqueira** para eleição de delegados - às 15.30, no CT de Rio de Mouro, com a participação da cam. **Clarinda**.

* BARREIRO

Assembleia da célula da **Socarmar** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 15.30 no CT do Barreiro.

Assembleia plenária da célula da **Fisipe** - às 16.30.

Assembleia plenária da organização de freguesia de **Coina** - às 21.00.

Assembleia plenária da organização de freguesia de **Lavradio** - às 15.00.

* SETÚBAL

Assembleia plenária da organização de freguesia de **Anunciada** - no salão da Junta de Freguesia às 21.00.

Assembleia plenária das organizações de **Gâmbia, Pontes, Alto Guerra** - às 15.00.

* PALMELA

Assembleia plenária da organização de freguesia de **Quinta do Anjo** - às 17.00.

* SINES

Assembleia plenária da organização concelhia - no Salão do Povo às 15.00.

* SEIXAL

Assembleia plenária do **SGM/Seixal** - no CT da Baixa da Banheira, às 15.00.

* MONTIJO

Assembleia plenária das células **Intelectuais e Quadros Técnicos** do Montijo - às 16.00.

Assembleia plenária da organização do **Bairro Areias** - às 21.00.

* SANTIAGO DO CACÉM

Assembleia plenária das células dos trabalhadores da **Câmara Municipal** e da freguesia de **Santiago** - às 15.00.

Assembleia plenária da organização do **Cercal** - às 21.00.

* OEIRAS

Assembleia plenária dos militantes de **Laveiras** para discussão das Teses - às 15.30, na Associação «A Familiar».

* ALCABIDECHÉ

Assembleia plenária para discussão das Teses e eleição de delegados - às 16.00, no Centro de Trabalho, com participação de **Júlio Filipe**.

* LOURES

Assembleia plenária da organização de **LoURES** para eleição de delegados - às 16.00, com a participação de **Domingos Abrantes**.

Almoço-convívio de camaradas das células de empresa de **Sacavém** - às 13.00, com a participação da camarada **Rosa Rabiais**.

Assembleia plenária da célula da **Fima** para eleição de delegados - às 15.00 no CT de Sacavém.

Assembleia plenária da organização de **Camarate** - às 15.00.

Assembleia plenária da organização de **Unhos** para eleição de delegados - às 15.30.

Assembleia plenária da organização de **Oliveira do Bairro** para discussão das Teses - às 16.00.

Debate-convívio com jovens da **Zona Ocidental de Loures** - às 16.00 em Odivelas.

Debate sobre as Teses com camaradas e amigos do sector **Saúde de Loures** - às 16.00 no CT de Loures.

Assembleia plenária da organização de freguesia da **Pontinha** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.30 com **António Abreu**.

Assembleia plenária das organizações de **Sto. Antão e S. Julião do Tojal**. Convívio. Às 17.00.

* AMADORA

Assembleia plenária da organização de freguesia da **Reboleira** - às 15.00 na Junta de Freguesia da **Reboleira**.

Assembleia plenária das organizações das freguesias de **Buraca e Alfragide** - às 15.00 no salão da Junta de Freguesia da **Buraca**.

Assembleia plenária da organização de freguesia da **Mina** - às 15.00 no CT da Amadora.

* OLHÃO

Assembleia plenária da organização de **Olhão** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 16.00 na Escola Secundária.

* FARO

Assembleia plenária da organização de freguesia de **Sta. Bárbara de Nexe e Estói** para eleição de delegados - às 18.00 na Palhagueira.

Assembleia plenária em **Concelção** para eleição de delegados - às 21.30.

Assembleia plenária dos sectores **Reformados e Mulheres** para eleição de delegados - às 15.00 no CT de Faro.

* OVAR

Assembleia plenária para eleição de delegados das freguesias da zona Norte de **Ovar** - às 21.30 na Esc. Primária nº4, em Relvas/Esmoriz.

* AVEIRO

Assembleia plenária das organizações concelhias de **Aveiro e Oliveira do Bairro** para eleição de delegados - às 15.00 na Esc. Secundária Homem Cristo.

* MONTELEGRE

Assembleia plenária para discussão das Teses e eleição de delegados, com a participação de **Armando Carvalho**.

* VILA REAL

Assembleia plenária para discussão das Teses e eleição de delegados, com a participação de **Vasco Paiva**.

* STA. MARTA DE PENAGUIÃO

Assembleia plenária para discussão das Teses e eleição de delegados, com a participação de **Fernando Teixeira**.

* MACEDO DE CAVALEIROS

Assembleia plenária para discussão das Teses e eleição de delegados, com a participação de **Serafim Brás**.

* MIRANDELA

Debate sobre a situação internacional e os acontecimentos nos países socialistas com a participação de **Alberto Vilaverde Cabral**.

* VILA NOVA DE GAIA

Assembleia plenária da organização de freguesias de **Interfreguesias** - às 15.00 no Centro de Trabalho.

* GONDOMAR

Assembleia plenária da organização de **Rio Tinto** - às 15.00, no CT da Ponte (Trav. da Ponte, 134).

* STO. TIRSO

As **Transformações no Leste Europeu e o ideal comunista** - debate na Biblioteca Municipal, às 15.00, com a participação de **Domingos Lopes**.

Sexta

* BRAGANÇA

Assembleia plenária da organização concelhia para discussão



TV O Programa

Quinta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez (inclui «Rua Sésamo»)
12.05 - Fera Radical (96º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Um Anjo na Terra (40º epis.)
14.15 - O Mundo Animal (52º epis.)
14.45 - Ponto Por Ponto
15.50 - Matinée - «A Canção de Lisboa», real. Cottineli Telmo, interpr. Vasco Santana, António Silva, Beatriz Costa (Port/1937, 118 min.)
17.25 - Brinca Brincando
18.30 - Rua Sésamo (129º epis.)
19.00 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Vale Tudo (104º epis.)
21.15 - Nome de Código Kyril (1º epis.)
22.10 - Conversas Vadias (9º progr.)
22.40 - Murphy Brown (4º epis.)
23.10 - 24 Horas
23.45 - Remate
23.55 - Cartas de Humor

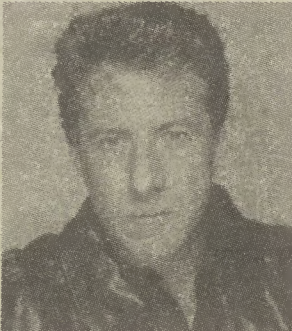
RTP2

14.00 - Primeiro Jornal
14.15 - Espaço Infantil
14.45 - Filhos e Filhas (461º epis.)
15.10 - Agora, Escolha!
16.40 - Os Centuriões (5º epis.)
17.10 - Novo Elucidário Madeirense (5º epis.)
17.35 - Os Desafios da Lei (5º epis.)
18.25 - Telemercado
18.35 - Meu Pé de Laranja Lima (86º epis.)
19.15 - Espaço Infantil
19.50 - Clássicos da TV
20.40 - Via Rápida
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Emoções (15º epis.)
21.55 - Hora da Verdade
22.55 - Quinta Dimensão (21º epis.)
23.20 - Universidade Aberta

Sexta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Gloss (43º epis.)
14.20 - O Mundo Animal (53º epis.)
14.45 - Ponto Por Ponto

15.25 - Matinée - «Ginger e Fred», real. Federico Fellini (1986, 127 min.)
17.30 - Juntos e ao Vivo (progr. juvenil)
18.30 - Rua Sésamo
19.00 - Jogo de Cartas
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Vale Tudo
21.30 - Concurso Miss Portugal
22.15 - Missão Impossível (11º epis.)
00.10 - 24 Horas
00.45 - Remate
00.55 - Cartas de Humor



01.00 - Pela Noite Dentro - «Beco Sem Saída», real. Ulu Grosbard (EUA/1977, 109 min.)

RTP2

14.00 - Primeiro Jornal
14.15 - Espaço Infantil
14.35 - Filhos e Filhas (462º epis.)
15.00 - Agora, Escolha!
16.30 - Heróis (2º epis.)
16.55 - As Grandes Viagens de Combolo (4º epis.)
17.55 - Magazine Musical
18.20 - Telemercado
18.45 - O Meu Pé de Laranja Lima
19.20 - Espaço Infantil
19.50 - As Cidades e as Terras
20.15 - Bucha e Estica (4º epis.)
20.40 - Via Rápida
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - D. Beija (32º epis.)
23.00 - Rotações
24.00 - Haja Música

Sábado
RTP1

09.00 - TV Rural
09.25 - Meu Querido Sábado
12.30 - Grandes Tormentos (13º epis.)
13.00 - Notícias
13.10 - Saga da Canção Francesa - Juliette Greco
14.05 - Parlamento
14.35 - Crime, Disse Ela (43º epis.)
15.20 - Vivamúsica

15.50 - Sessão da Tarde - «Selva Humana», real. Peter Yates (EUA/1973, 94 min.)
17.30 - Viagem Infinita (2º epis.)
18.25 - Sete Folhas
19.00 - Jornal de Sábado
19.40 - Boletim Meteorológico
19.45 - Totoloto
20.00 - Concurso Eurovisão da Canção
23.00 - Cenários Perdidos (5º epis.)
24.00 - Cinema da Meia Noite - «A Mulher Falcão», real. Richard Donner (EUA/1985, 116 min.)

RTP2

09.00 - Universidade Aberta
10.10 - Caminhos
10.40 - Música n'América
11.35 - Um Lar para Animais (7º epis.)
12.25 - Telemercado
12.50 - Revista Tauromáquica
13.10 - Cine-Sábado - «Ouvem-se Tambores ao Longe», real. John Ford (EUA/1939, 99 min.)
15.00 - Estádio
19.00 - Primeiro Jornal
19.15 - Arca de Noé (3ª sessão)
19.50 - Contos Populares Europeus (5º epis.)
21.20 - Estádio/2ª Edição
23.30 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»

Domingo
RTP1

09.00 - Domingão (programa infantil)
11.30 - 70x7
12.00 - Missa
13.00 - Notícias
13.10 - Espaço 1999 (13º epis.)
14.00 - Napoleão, Meu Amor (5º epis.)
14.20 - Rumo aos Noventa (1ª parte)
15.20 - Primeira Matinée - «John e Mary», real. Peter Yates (EUA/1969, 89 min.)
17.00 - Concurso 1, 2, 3
19.00 - McGyver (31º epis.)
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - Querido John (29º epis.)



21.05 - Para Além da Guerra (6º epis.)
22.45 - Domingo Desportivo

RTP2

09.00 - Bros ao Vivo
10.00 - Troféu
13.00 - Espaço Infantil
14.05 - Novos Horizontes
14.30 - Sobrevivência (6º epis.)
15.30 - Troféu
18.00 - Quem Sai aos Seus...
18.30 - Imagem e Imagens
19.00 - Primeiro Jornal
19.15 - Em Busca da Memória (5º epis.)



19.40 - A Bela e o Monstro (5º epis.)
20.30 - Cineclub - «O Terceiro Homem», real. Carol Reed, (Gr.Bret./1949, 96 min.)
22.10 - Leituras
23.00 - Lusitânia Expresso

Segunda
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - A Rota de Howard (44º epis.)
14.20 - O Mundo Animal
14.45 - Ponto Por Ponto
15.40 - Matinée - «Duelo de Fogo» (EUA)
17.40 - A Hora do Lecas
18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
19.00 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico



20.15 - Vale Tudo
21.15 - Clube dos Subscritores
21.40 - Reencontros (2º epis.)
22.30 - Chuva de Maio (2º epis.)
23.30 - 24 Horas
00.10 - Remate
00.20 - Cartas de Humor

RTP2

14.00 - Primeiro Jornal
14.15 - Espaço Infantil
14.45 - Filhos e Filhas
15.00 - Agora, Escolha!
16.30 - O Jovem Sherlock (8º epis.)
17.00 - Portugal He Nome Intelro
17.30 - Itália/90 (5º epis.)
18.15 - Telemercado
18.35 - O Meu Pé de Laranja Lima
19.15 - Espaço Infantil
19.50 - Clássicos da TV
20.40 - Via Rápida
21.00 - Jornal da Nove
21.30 - Acerto de Contas
22.00 - Bailado

Terça
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Dallas (82º epis.)
14.15 - O Mundo Animal
14.55 - Ponto Por Ponto
15.40 - Matinée - «As Crianças de An Lac», real. John L. Moxey (EUA)
17.30 - A Hora do Lecas
18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
19.00 - Jogo de Cartas

Filmes

«A Canção de Lisboa» - 5ª, 15.50, RTP-1
«Ginger e Fred» - 6ª, 15.25, RTP-1
«Beco Sem Saída» - 6ª, 01.00, RTP-1
«Ouvem-se Tambores ao Longe» - sáb., 13.10, RTP-2
«Selva Humana» - sáb., 15.50, RTP-1
«A Mulher Falcão» - sáb., 24.00, RTP-1
«John e Mary» - dom., 15.15, RTP-1
«O Terceiro Homem» - dom., 20.30, RTP-2
«Duelo de Fogo» - 2ª, 15.40, RTP-1
«As Crianças de An Lac» - 3ª, 15.40, RTP-1
«Pastoral» - 3ª, 21.50, RTP-2
«Meu Irresistível Selvagem» - 4ª, 15.25, RTP-1
«Quatro Amigos» - 4ª, 22.55, RTP-1

Música

Quinta
20.40, RTP-2: Via Rápida

Sexta
17.50, RTP-2: Magazine Musical
20.40, RTP-2: Via Rápida

Sábado
10.30, RTP-2: Música n'América
13.10, RTP-1: Saga da Canção Francesa - Juliette Greco
15.25, RTP-1: Vivamúsica
20.00, RTP-1: Concurso Eurovisão da Canção

Domingo
14.20, RTP-1: Rumo aos Noventa (1ª parte)

Segunda
20.40, RTP-2: Via Rápida

Terça
20.40, RTP-2: Via Rápida

Quarta
20.40, RTP-2: Via Rápida

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (23.45), 6ª (00.45), 2ª (00.10), 3ª (23.45), 4ª (00.45)
Estádio - RTP-2, sáb., 15.00 e 21.20
Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 15.30
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.45
Futebol - RTP-1, 4ª, 19.00

19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Vale Tudo
21.10 - Primeira Página
22.15 - Crónica do Crime (30º epis.)
23.10 - 24 Horas
23.45 - Remate
23.55 - Cartas de Humor

RTP2

14.00 - Primeiro Jornal
14.15 - Espaço Infantil
14.30 - Filhos e Filhas
15.00 - Agora, Escolha!
16.30 - Os Novos Caça-Fantasmas (21º epis.)
17.00 - Contos Contados
17.30 - O Homem da Margem (5º epis.)
18.15 - Telemercado
18.35 - O Meu Pé de Laranja Lima
19.15 - Espaço Infantil
19.50 - Clássicos da TV
20.40 - Via Rápida
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Cinemagazine
21.50 - Cinemadois - «Pastoral», real. Otar losseliani (URSS/1975)

Quarta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Também os Rios Correm (8º epis.)
14.20 - O Mundo Animal
14.55 - Ponto Por Ponto
15.25 - Matinée - «Meu Irresistível Selvagem», real. Jean-Paul Rappeneau (Fr, 103 min.)

17.10 - A Hora do Lecas
18.00 - O Sítio do Picapau Amarelo
19.00 - Futebol
21.00 - Vale Tudo
22.00 - Telejornal
22.30 - Boletim Meteorológico
22.35 - Vamos Jogar no Totobola
22.55 - Lotação Esgotada - «Quatro Amigos», real. Arthur Penn (EUA, 70 min.)
00.10 - 24 Horas
00.45 - Remate
00.55 - Cartas de Humor

RTP2

14.00 - Primeiro Jornal
14.15 - Espaço Infantil
15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
17.00 - O Liceu Degraiss (3º epis.)



17.30 - Um Mistério Misterioso (5º epis.)
17.55 - A Rota Marítima da Seda (10º epis.)
18.15 - Telemercado
18.45 - O Meu Pé de Laranja Lima
19.15 - Espaço Infantil
19.50 - Clássicos da TV
20.40 - Via Rápida
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - O Riso de Calm (3º epis.)
22.35 - Os Alemães na 2ª Guerra Mundial

Teatro O Cartaz

LISBOA

Casa da Comédia, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3ª a dom. às 21.30. **Teatro, Doce Teatro**, de Radzinsky, encen. Fernando Heitor.

Chapltô, Rua da Costa do Castelo, 7. 5ª, 6ª e sáb. às 21.30. **Klássikus Kabaret**, texto e encen. de Fernando Gomes.

Cinema Stadium, Algés. 6ª e sáb. às 21.30. **Os Três Chapéus Altos**, de Miguel Mihura, adapt. Armando Caldas e Fernando Tavares Marques.

Comuna, Pr. de Espanha. **Café Teatro** - Sáb. às 24.00. **Festival da Otite**, de Carlos Paulo.

Primeiro Acto, Rua Eduardo Augusto Pedroso (Algés). De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 17. **As Pulgas**, de Cunha de Leiradella, encen. Miguel Menezes, pelo Grupo Pessoa.

Pro Tea, Rua Alexan-

dre Braga, 24-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **Inimigos**, de Nigel Williams, encen. José Wallenstein

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. **What Happened to Madalena Iglesias?**, texto e encen. de Filipe La Féria.

Teatro Aberto, Pç. Espanha. De 5ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. **Na Solidão dos Campos de Algodão**, de Bernard-Marie Koltés, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O Fim**, de António Patrício, enc. Xosé Blanco Gil.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. **Severa**, de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breynier.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23.

Vitória! Vitória!, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Auto da Índia**, de Gil Vicente, enc. e coreogr. Agueda Sena (até 29/4)

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.

ESTORIL **Casino Estoril-Sala de Teatro**, Pç. José Teodoro dos Santos. 4ª e 5ª às 21.30, sáb. às 18 e às 21.30, dom. às 17. **Somente Entre Nós**, de Reginaldo Faria, encen. Roberto Frota. **Teatro Mirita Csimpli**, Monte Estoril. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Quero Ser Rei Esta Noite**, de Peter Shaffer, encen. Carlos Avilez.

LOURES **Teatro da Malaposta**. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom.

às 16. **A Floresta**, de Alexandre Ostrowsky, encen. José Peixoto, pela companhia do CDIAG.

PORTO **Teatro Sá da Bandeira**, Rua Sá da Bandeira, 108. De 4ª a 6ª às 21.30, sáb. às 20 e 23, dom. às 16 e 21.30. **Ai Cavaquinho**, de E. Damas, C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.

TEP, Rua do Pinheiro, 4. De 3ª a sáb. às 21.45, sáb. e dom. às 16.30. **Max e Milla**, de Volker Ludwig, encen. Júlia Correia, pelo Teatro Experimental do Porto.

Para crianças

LISBOA **Os Papa-Léguas**, Rua Prof. Santos Lucas. 3ª, 5ª e 6ª às 11.30 e 14.00. **Hoje Sou Rei... Amanhã Não Sei**.

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Cinema Paraíso	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
B	Clube dos Poetas Mortos	—	★	★★	★★
C	O Cozinheiro, o Ladrão, a Sua Mulher e o Amante Dela	★★★★★	★★★★★	★★★★★	—
D	Crimes e Escapadelas	★★★★★	—	—	★★★★★
E	Miss Daisy	—	★★	★	—
F	Nascido a 4 de Julho	—	★	★★	★★
G	Sempre	—	★★★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Giuseppe Tornatore — **Plaza/1** (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) **Lisboa**.
 B — Real. Peter Weir — **Amoreiras/10** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Estúdio** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **King/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.30), **Quarteto/2** (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — **Lisboa**.
 C — Real. Peter Greenway — **Forum/2** (14.00, 16.30, 19.15, 22.00), **Quarteto/4** (14.15, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00) — **Lisboa**.
 D — Real. Danny De Vito — **Amoreiras/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 00.15), **Cine Portela** (15.15, 21.15), **Las Vegas/1** (14.00, 16.15, 18.45, 21.30), **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.
 E — Real. Bruce Beresford — **Alfa/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/2** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), **S. Jorge/3** (14.30, 16.45, 19.15, 21.45) — **Lisboa**.
 F — Real. Oliver Stone — **Alfa/4** (13.30, 16.15, 19.00, 21.30, 00.30), **Amoreiras/4** (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30), **Fonte Nova/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Mundial/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **S. Jorge/2** (15.15, 18.15, 21.15) — **Lisboa**.
 G — Real. Steven Spielberg — **Alfa/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/6** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Mundial/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), **S. Jorge/1** (15.30, 18.30, 21.15) — **Lisboa**.

Exposições

LISBOA
Abílio de Matos e Silva - Pintura, desenho e cenografias. Galeria das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, Av. Berna. De 3ª a dom. das 10 às 17.00.
Andreas Stocklein - Azulejos. Raton Cerâmicas, R. Academia das Ciências, 2-C. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.
Aníbal Remo - Pintura. Galeria da Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. Das 11 às 22.
No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Setembro).
Colectiva de Gravura - gravuras e serigrafias de 150 autores. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.
Helena Almeida - Pintura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 19/5).
Isabel Moniz - Pintura. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 13/5).
Manuel Baptista - Pintura. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Das 14 às 20 (até 13/5).
Manuel Vilarinho - Desenhos. Loja do Desenho, Rua Academia das Ciências, 2-B. De 3ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 5/5).
Manuela Almeida - Escultura. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3ª a sáb. das 16 às 20 (até 19/5).
Margarida Cepêda - Pintura e desenho. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 19/5).
Maria Antónia Santos - «Tapeçarias do suor, do riso e do cansaço». Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor (Lusiar). De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 (até 13/5).
Miguel Horta - Pintura. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 19/5).
Noémia Cruz - Escultura. Clube Cinquentista, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9, 1º. De 3ª a 6ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 16/5).
90 Anos de Arte Moderna Portuguesa (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.
Paulo Cardoso - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2ª das 15 às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.
Paulo Quintas - Pintura. Galeria Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169.
Rogério Amaral - Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c, Esq. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 12/5).
Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.
Três Idades do Abstracto Espanhol - Colectiva (Paulo Gago, Luis Ruiz del Arbol e Angel de la Peña). Galeria Alfama, Rua das Flores, 109. 2ª das 15 às 19, de 3ª a sáb. das 11 às 19.30.
Tintin por tintin - colectiva de pintura, escultura, fotografia, vídeo e múltiplos inspirados no herói de Hergé (trabalhos de Carlos Ferreira, Caseirão, Manuel San Payo e outros). Gal. Litoral-Novo Século, Rua do Século, 4. De 3ª a sáb. das 13 às 19 (até 19/5).

João Penalva - Pintura. Galeria Atlântica, R. Galeria de Paris, 67. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 11/5).
Nuno Santiago - Pintura. Galeria Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777. De 2ª a sáb. das 20 às 12 e das 15 às 22.
Pedro Saraiva - Pintura e desenho. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 22/5).

OUTRAS LOCALIDADES
«A censura e o fascismo» - exposição documental. Junta de Freguesia de ALMADA
Gravura Cubana. Recreios Artísticos (ex. Cine Plaza), Av. Santos Matos (até 13/5) AMADORA

Hazel Caine - Pintura. Galeria da Junta de Freguesia (até 3/5) CASCAIS
António Alijó - Pintura. Galeria de Colares, Rua Fria, 2. 6ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 6/5) COLARES
Hugo Ferrão - Pintura. Das 15 às 24, Espaço 2 do Casino ESTORIL
João Sant'ago - Pintura e desenho. Das 15 às 24, Casino ESTORIL
Maria Gabriel - Desenhos. Galeria Arcada, Arcadas do Parque, 18. De 4ª a 2ª das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 14/5) ESTORIL
«Objectos do dia-a-dia salão». Casa do Adro (Museu Municipal), Rua Fria. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às

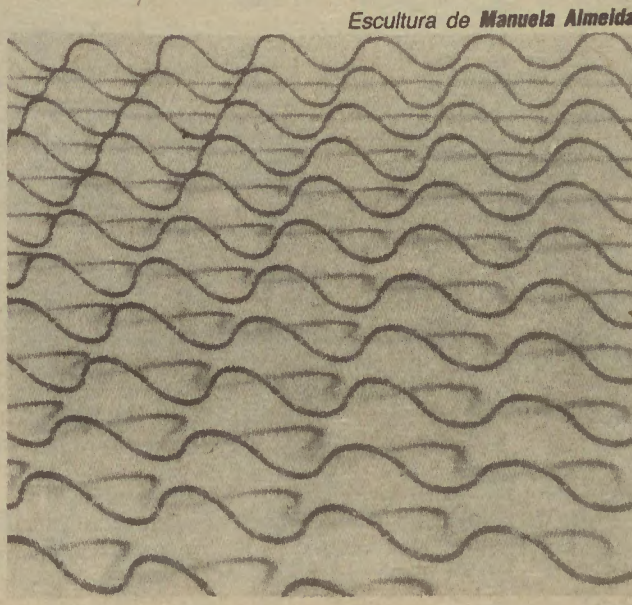
17, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 (até 3/6) LOURES

Emília Isabel Soares - Desenho e pintura. Das 9.30 às 11.30 e das 16.30 às 20 (até 9/5) PAREDE

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ
Escultura Portuguesa Contemporânea (colectiva). Galeria Municipal, Av. Pedro Victor, 88. De 3ª a dom. das 15 às 22 (até 6/5) VILA FRANCA DE XIRA.



Pintura de Hugo Ferrão



Escultura de Manuela Almeida

Agenda

Avante!

Ano 60 - Série VII
 N.º 851
 19 de Abril de 1990
 5.º Caderno
 Não pode ser vendido separadamente

Domingo

* **CINFÃES**
 Assembleia plenária para debate das Teses - às 10.00.

* **MONCORVO**
 Assembleia plenária das organizações concelhias de Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta - às 21.30, na Esc. Secundária, com participação do cam. Serafim Brás.

* **STO. TIRSO**
 Assembleia plenária das organizações das freguesias de Santo Tirso, Palmeira, Arelas, Lama, Sequelrô, Burgães, S. Miguel, S. Miguel do Couto, Sta. Cristina do Couto, Monte Cordoba, Carreira, Guimarei, Refojos de Riba d'Ave, Lameiras, Agua Longa, Reguenga e Agrela e das células da Arco, Teles e Silvares - às 15.00 no CT de Santo Tirso.

* **COSTA DA CAPARICA**
 Assembleia plenária da célula da Lisnave para discussão das Teses e eleição de delegados - a partir das 10.00 no clube «Amigos da Costa». Almoço-conívio no mesmo local, a partir das 13.00, com participação do camarada Álvaro Cunhal.

* **SANTIAGO DO CACÉM**
 Assembleia plenária da organização de Ermidas/Santiago - na

Junta de Fréguesia às 15.00.

* **AZEITÃO**
 Assembleia plenária da freguesia e empresas de Azeitão - na C.C.D.B.A às 10.00.

* **SEIXAL**
 Assembleia plenária da freguesia de Arrentela - às 15.30.

Assembleia plenária da célula dos trabalhadores da Câmara Municipal - às 18.00 nas Oficinas do Foguetório.

* **SESIMBRA**
 Assembleia plenária da freguesia de Santiago - às 17.00.

* **PALMEIRA**
 Assembleia plenária da célula da Cometna - às 15.00.

* **LISBOA**
 Assembleia plenária da organização de freguesia da Ajuda para discussão das Teses e eleição de delegados - às 16.00, no CT da Ajuda, com participação de Luisa Araújo.

Segunda

* **LISBOA**
 Reunião de quadros das freguesias da Zona Ocidental de Lisboa para discussão das Teses - às 21.00, no CT de Alcântara, com a participação de José Casanova.

* **ALMADA**
 Assembleia plenária

das organizações Bancários, Função Pública, TLP - no CT de Almada às 21.30.

Terça

* **PORTO**
 Assembleia plenária da organização dos Órgãos de Informação - às 21.30 no CT da Boavista.

* **LISBOA**
 Assembleia plenária da célula da CP para eleição de delegados - às 18.30 no Centro de Trabalho Vitória.

Assembleia plenária da célula do Metro para eleição de delegados - às 18.30 no Centro de Trabalho Vitória.

Assembleia plenária de Diversos do sector Saúde de Lisboa para eleição de delegados - às 21.00.

Plenário da célula do BPSM para discussão das Teses e eleição de delegados - às 17.30, na sede da JCP (R. Sousa Martins), com participação de Américo Costa.

Plenário das organizações Min. Educação, Min. Militares, Min. Justiça e Aposentados/FP - às 18.30 no CT da Av. António Serpa.

Quarta

* **LOURES**
 Assembleia plenária

da célula da Covina para eleição de delegados - às 17.15, com a participação de Joaquim Judas.

Assembleia plenária da célula dos trabalhadores da Câmara e dos Serviços Municipalizados para eleição de delegados - às 17.30

Assembleia plenária das células de empresa das freguesias de S. João da Talha e Bobadela - às 18.30, nmo CT da Bobadela, com a participação do camarada Joaquim Dias

* **LISBOA**
 Assembleia plenária da célula da ANA-EP para eleição de delegados - às 18.00 no CT da Av. António Serpa.

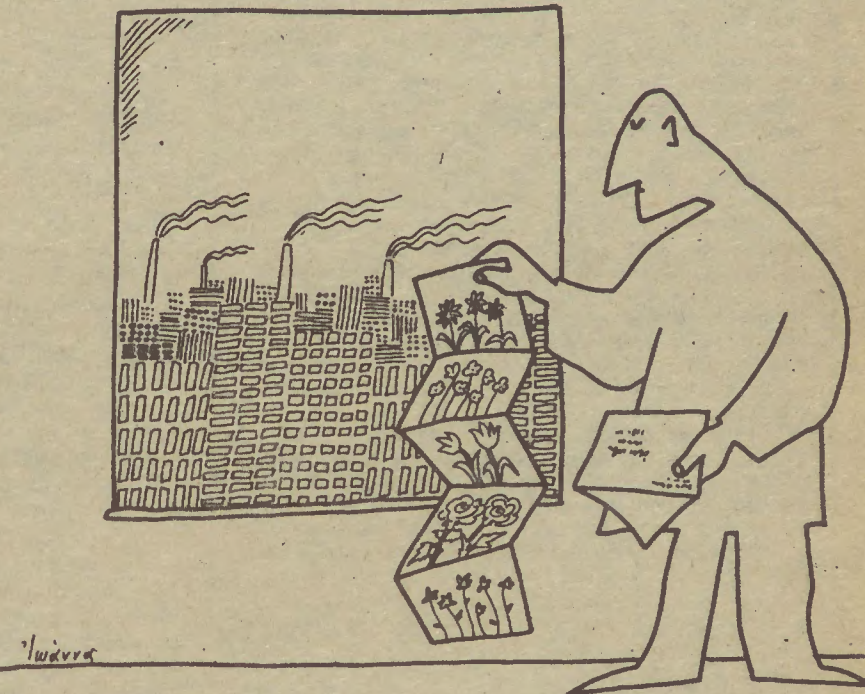
Assembleia plenária das células da FIL e empresas alimentares da zona ocidental de Lisboa para discussão das Teses e eleição de delegados - às 19.00, no CT de Alcântara, com participação de Jerónimo de Sousa.

Assembleia plenária da célula das empresas do Grupo FNAC para discussão das Teses e eleição de delegados - às 19.00, no CT Vitória, com a participação de António Abreu.

* **ALMADA**
 Assembleia plenária da célula do Arsenal - às 18.30.

...e ainda

Música, debates, etc.



(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Tempo Fim de Semana



Sábado: céu pouco nublado, vento fraco, neblina ou nevoeiro matinal. **Domingo:** céu muito nublado, vento fraco a moderado de sueste.

a TV



No trapézio das ilusões

Jornal de Sábado conta com um espaço mais alargado do que os vulgares telejornais. Assim mesmo, querendo-se como uma espécie de semanário, os seus quase noventa minutos não seriam de mais se ele pretendesse dar, correcta, a panorâmica dos acontecimentos.

Mas não quer. O cavalo de batalha continua a ser o Leste europeu, através das agências ou dos seus correspondentes. Curiosamente, estes andam geralmente com atraso significativo em relação àquelas.

Fora isso, vejamos o que sucedeu naquele **Jornal de Sábado**: imensa fatia do tempo foi ocupada com o «problema» dos ovnis. Mandaram Portugal às urtigas e embarcaram no trapézio das grandes ilusões.

Que foi para tapar buraco, foi. Qual, é que não sei. Mas, pelo tamanho, foi mais do que um buraco: foi uma cratera!

Telejornal e os filhotes

A televisão tem quatro grandes blocos de notícias: o **Jornal da Tarde**, o **Telejornal**, o **Jornal das Nove e 24 Horas**. Depois, ao longo do dia, enxameiam os noticiários de menor rotação, género noticiários de Rádio. Agora apareceu à tarde, no segundo programa, o **Primeiro Jornal**, de voltagem média...

Já houve tempo em que o **Jornal da Tarde** foi um bloco decente e em que o **Jornal das Nove** era um competidor de alguma credibilidade. Agora? Agora são todos filhotes do **Telejornal**, todos bebem nele. Todos os passos vão certos na formatura...

24 Horas é o mais tosco, o mais provinciano, o mais ridículo. Veja-se a solenidade com que eles, à meia-noite, dão as notícias mais rascas e as entrevistas mais chatas!

Mas já lá descobriram como são importantes as últimas imagens que o telespectador leva para o sono. Então impingem-lhe doses maciças de ministragem e secretariagem...

Só numa emissão: Cavaco Silva; Miguel Beza; Du-rão Barroso; Bagão Félix; novamente Cavaco; a fechar a passagem de modelos, Couto dos Santos...

Que tal? Será por estas e por outras que se diz que a meia-noite é a hora trágica do crime?

Pecado mortal

Primeira Página organizou um debate sobre o 25 de Abril. Nas vésperas. Caramba, foi necessária a efeméride...

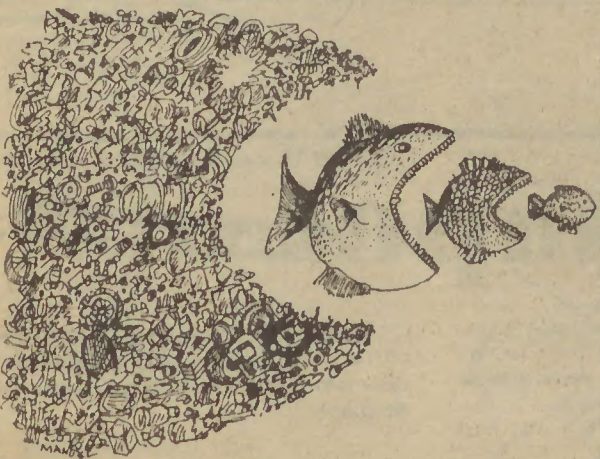
Por vários motivos se provou como o debate político deve ser considerado uma constante na programação da RTP. Infelizmente, é tido como excepção que se exerce na base da comemoração histórica em vez de se voltar para a vida circunstancial do país. Só para não queimar espaço evito fazer aqui o rol das inúmeras situações não debatidas. Temos aqui a prova provada de que a informação na RTP serve os interesses do governo, de um partido e de dirigentes desse partido. Ou seja: a RTP não nos presta uma informação isenta.

Debates frequentes evitariam cair-se na desgraça em que se debateu o deputado do CDS, Narana Coissoró. Segundo ele, o papel manipulador do PCP esteve bem à vista no **Caso República**. A falsidade informativa é de tal ordem que até um deputado, com a experiência e a qualidade de um Narana Coissoró, ainda embarca na mentira!

Não quero acreditar que o deputado colabore na fraude conscientemente. Se há coisa que a Deus desgoste, é a difamação. Busque, pois, Narana o debate esclarecedor, ao menos para que, depois, não possa alegar ignorância como atenuante do pecado mortal.

Quanto ao debate na **Primeira Página**... até quando?

■ Ulisses



Síntese semanal da IMPRENSA

Algumas histórias contando como o «estado-laranja» pensa, age e produz... em benefício de «benefícios»...

Mistérios em Beza

Na emaranhada rede de negócios obscuros e interesses pessoais e de grupo, de ordem privada, de mistura com projectos públicos e dinheiros do Estado, posta a descoberto pelo inquérito parlamentar aos actos administrativos do Ministério da Saúde de Leonor Beza, está agora a sobressair o caso do Hospital de Fafe, em que foram gastas verbas da ordem dos 400 mil contos.

Em Março de 1987, a empresa PA (consultores de gestão e organização), a que apareceu estreitamente ligado o secretário de Estado de Leonor Beza, Costa Freire, apresentou um orçamento de obras de remodelação daquele hospital da ordem dos 300 mil contos.

Em circunstâncias ainda não apuradas, a PA foi encarregue das obras, consideradas de carácter urgente.

Contudo, em 12 de Junho de 1987 a Comissão Instaladora do Hospital de Fafe, vendo que continuava tudo parado, mandou um ofício à Comissão Inter-Hospitalar a perguntar o que se passava, pois as obras ainda não tinham começado.

No entanto, a 29 de Junho de 1987, decorridos pouco mais de 15 dias sobre aquele ofício, a PA enviava aos SUCH (Serviços de Utilização Comum dos Hospitais) uma factura no valor de 100 mil contos, acrescidos do valor do IVA, relativa àquela obra.

Essa factura foi paga em Agosto de 1987.

Este estranho pagamento é uma das questões que a comissão parlamentar de inquérito tem de esclarecer devidamente.

Mas há mais. A PA é uma empresa de prestação de serviços nas áreas económica e financeira e de informática (consultoria e gestão). Por que é que uma obra desta envergadura não foi entregue, como seria normal, a uma empresa de construção civil? (...)

O mistério adensa-se quando a própria PA confirma à comissão de inquérito, em documento enviado, o mês passado à Assembleia da República, que não existe nem nunca existiu qualquer contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a PA para a execução das obras no Hospital de Fafe. Quer dizer: segundo se depreende das declarações da PA, não existe contrato de subempregada desta empresa com a Edilbloco (empresa que fez as obras).

No entanto, a própria PA fornece uma informação «curiosíssima» quando diz que tal subempregada é da inteira responsabilidade do engenheiro Fernando Costa Freire, secretário de Estado da Saúde!

Sendo assim, importa es-

clarecer quem foi de facto que, sem concurso público e com grande secretismo, ficou então com aquela empreitada: a PA? O secretário de Estado, Costa Freire? A própria Leonor Beza associada a Costa Freire? O director dos SUCH, pessoa de inteira confiança de Leonor Beza e Costa Freire? A Edilbloco? (...)

(...) No meio de tudo isto surge igualmente o irmão do secretário de Estado, Carlos Costa Freire, que pelos vistos ninguém sabe a que empresa pertence.

A Edilbloco diz que nunca existiu entre si e Carlos Costa Freire qualquer vínculo, referindo ao mesmo tempo que o mesmo era responsável, por parte da PA, na supervisão dos trabalhos do Hospital de Fafe.

Mas, por outro lado, a PA desmente esta informação, garantindo que nunca existiu qualquer vínculo entre o engenheiro Carlos da Costa Freire e a PA. Esta empresa de consultoria e gestão acrescenta que Carlos da Costa Freire pertencia, sim, aos quadros do GTI-Gabinete Técnico de Informática, com sede no Porto (mas que o inquérito já permitiu evidenciar estar ligado à PA).

Ou seja: será que no meio desta confusão toda o engenheiro Carlos da Costa Freire esteve a trabalhar para o seu irmão Fernando da Costa Freire, secretário de Estado da Saúde, de toda a confiança de Leonor Beza e com a cobertura de Cavaco Silva? (...)

«Tempo», 25 de Abril

(...) Em meados dos anos cinquenta, constituiu-se em Évora a Fundação do Patrocínio que tinha por objectivo a construção na cidade de um centro de investigação oncológica. No Alentejo morre muita gente de cancro e daí o interesse por uma unidade desse tipo. O engenheiro Eugénio de Almeida doou a importância de cinco mil contos e foi feita uma subscrição pública que rende cerca de mil contos. Houve também populares que contribuíram com materiais de construção. Com este capital inicial, a Fundação deu início às obras de construção do edifício em local próximo do Hospital Distrital.

As obras duraram enquanto durou o dinheiro. Quando este se acabou pararam. Um «esqueleto» de tijolo ficou ali anos à espera de uma solução.

(...) Depois de muitas voltas, foi decidido integrar a estrutura de tijolo do Hospital do Patrocínio no Hospital Distrital de Évora. A escritura foi celebrada em 20 de Abril de 1980 e tudo o que pertencia ao Hospital do Patrocínio foi integrado no Hospital Distrital. Em termos legais, o Hospital do Patrocínio deixou de existir. (...)

Em Dezembro de 1984, durante a visita do Presidente da República ao Hospital Distrital de Évora, o ministro Gonelha fez deslocar a Évora a sua chefe de gabinete, Maria Belém Roseira, que informou o General Eanes e todos os que o acompanhavam que no Plano do Ministério tinha sido inscrita a verba de 725 mil contos para conclusão das obras do Patrocínio e que essa verba iria ser entregue em anualidades de 145 mil contos.

Em 1986 ainda não tinha vindo um tostão sequer. Na discussão do Orçamento de Estado para aquele ano, por proposta dos deputados do PCP, foi incluída a verba de 70 mil contos para início das obras do Patrocínio. Quando foram para receber o dinheiro, como a entidade Patrocínio não existia, o dinheiro não veio e a estrutura de tijolo ficou como estava. (...)

Em Setembro de 1986, a ex-ministra Leonor Beza veio a Évora e fez a entrega do Hospital do Patrocínio, que em termos legais não existia, à Misericórdia. Nos termos do acordo então celebrado, o Ministério da Saúde obrigava-se a fazer obras de acabamento e a garantir a sua estabilidade financeira e a sua normal administração. A Misericórdia apenas explorava a nova unidade hospitalar que deveria englobar uma unidade de rastreio de cancro, uma unidade para idosos dependentes e - imagine-se - uma clínica privada.

E aqui é que reside o busilis da questão: a ex-ministra Leonor Beza não se teria interessado minimamente pelo Patrocínio se não fosse a possibilidade de ali instalar uma clínica privada. A responsável pela pasta da Saúde não teve qualquer escrúpulo em fazer um investimento com dinheiros do Estado para, posteriormente, entregar parte da estrutura a uma entidade privada.

O então director do Hospital Distrital de Évora - por sinal um membro destacado do PSD local - pôs o assunto em Tribunal.

«Diário do Alentejo», 27 de Abril

A Reforma Agrária «ajuda» a família PSD

Quatro rendeiros do Estado, entre os quais se encontra o pai do actual secretário de Estado da Alimentação, Luís Capoulas, receberam já a devolução das rendas que haviam pago este ano, com os aumentos resultantes da actualização do seu valor. A questão do pagamento das rendas da Reforma Agrária foi despoletada pela Associação dos Pequenos e Médios Agricultores e Associação dos Empresários Agrícolas Familiares.

Na sequência de uma exposição dirigida ao ministro Arlindo Cunha, em que aquelas associações se manifestavam contra a actualização das rendas pelo limite máximo e a sua cobrança com efeitos retroactivos, a Direcção Regional do Alentejo mandou suspender o pagamento daquelas rendas. Posteriormente, aquele organismo na dependência de Luís Capoulas emitiu um novo despacho em que determinava a devolução aos rendeiros das quantias já entregues.

António Capoulas, pai do secretário de Estado com a tutela da Reforma Agrária, por delegação ministerial, foi um dos principais beneficiados com aquela medida. (...)

Entretanto a FENCA - Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção veio esta semana a terreiro criticar o Executivo pelo processo que está a ser utilizado na elaboração das alterações à Lei de Bases da Reforma Agrária.

Para aquela federação a alteração está a ser feita em «circuito fechado entre o Governo e a CAP», reclamando também o direito de ser ouvida em todo este processo. Para já solicitou uma audiência ao ministro da Agricultura, prometendo ainda a realização de um encontro para análise do que se conhece da proposta do Governo e suas consequências.

Recorde-se que Luís Capoulas reuniu uma vez com a Associação Central da Agricultura Portuguesa, Associação dos Pequenos e Médios Agricultores (de Évora) e Associação dos Empresários Agrícolas Familiares (de Portalegre). Depois disso apenas houve contactos informais. Apenas com a CAP e face às críticas da confederação, o Governo tem mantido encontros regulares, ora com o ministro Arlindo Cunha ora com o secretário de Estado.

«O Independente», 27 de Abril

Com a devida vénia:»stop!»

A Comissão dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu recebeu, na quinta-feira, em Bruxelas, uma delegação de deputados de diversos países stop **Arménio Santos**, o social-democrata líder dos TSD, era o único enviado português stop Ao falar na qualidade de representante do partido e da maioria stop e com o brilhantismo que se lhe reconhece stop afirmou, a dada altura: «**Temos em Portugal uma Lei para a estabilidade do emprego, a que nós chamamos Leis dos Despedimentos**» stop Na sala, alguns parlamentares ficaram perplexos stop outros riram até às lágrimas stop.

«Expresso», 28 de Abril